



DIÁRIO OFICIAL

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA



Mesquita, 22 de Dezembro de 2016 | Nº 00173

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 1.981 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE MESQUITA, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente na importância de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.04.04.122.0143.2.153.000 – Despesas com Pessoal Decorrente da Contratação de Terceiros

Natureza da Despesa	Despesa	Fonte	Valor
3.3.90.34.00	Out. Desp. de Pessoal Dec. de Cont. de Terc.	29	0 4.000.000,00
TOTAL			4.000.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender a presente suplementação são oriundos de anulação parcial do(s) programa(s) de trabalho, conforme o exposto no inciso III, do artigo 43, da Lei nº. 4.320, de 17/03/64.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.02.04.122.0137.2.138.000 – Manutenção da Unidade

Natureza da Despesa	Despesa	Fonte	Valor
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	17	0 672.958,74

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.07.12.122.0153.2.197.000 – Manutenção da Unidade

Natureza da Despesa	Despesa	Fonte	Valor
4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	41	0 420.077,56

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.07.12.361.0159.2.204.000 – Manutenção do Pagamento de Pessoal Terceirizado

Natureza da Despesa	Despesa	Fonte	Valor
3.3.90.34.00	Out. Desp. de Pessoal Dec. de Cont. de Terc.	64	0 2.163.597,70

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.07.12.361.0160.2.462.000 – Projetos Pedagógicos

Natureza da Despesa	Despesa	Fonte	Valor
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	66	0 289.943,23

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.07.12.365.0165.2.215.000 – Ampliação e Manutenção dos Serviços de Alimentação Escolar

Natureza da Despesa	Despesa	Fonte	Valor
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	77	0 453.422,77
TOTAL			4.000.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a contar de 30/10/2016, revogadas as disposições em contrário.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016

ROGELSON SANCHES FONTOURA
Prefeito

DECRETO N° 1.982 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso de

suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 942/15 de 11 de dezembro de 2015, publicada em 12/12/2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.07.12.361.0157.2.202 – MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, AQUISIÇÃO E REFORMA FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.30	Material de Consumo	150.000,00	48
Total do Programa			150.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender a presente suplementação são oriundos da anulação total ou parcial das dotações abaixo relacionadas, conforme o exposto no inciso III, do artigo 43, da Lei nº. 4.320, de 17/03/64.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PROGRAMA DE TRABALHO:

20.07.12.306.0155.2.200 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL

– ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.30	Material de Consumo	150.000,00	48
Total do Programa			150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30/10/2016, revogando-se às disposições em contrário.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016

ROGELSON SANCHES FONTOURA
Prefeito

DECRETO N° 1.983 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Institui o calendário de recolhimento de tributos Municipais do Município de Mesquita (CATRIMM), fixa os índices de atualização monetária dos créditos da Fazenda Municipal, estabelece os valores das taxas e preços públicos para o exercício 2017 e dá outras providências”.

O PREFEITO DA CIDADE DE MESQUITA, Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e CONSIDERANDO a necessidade de fixar as datas e os prazos para o pagamento dos tributos municipais para vigorar no exercício de 2017, como determina o Código Tributário do Município de Mesquita, Lei Complementar nº 17, de 22/12/2014, publicada em 31/12/2014, no J.H., atualizada pela Lei Complementar nº 18, de 11/12/2015, publicada em 12/12/2015;

CONSIDERANDO a importância da instituição do Calendário Fiscal de Recolhimento de Tributos Municipais de Mesquita (CATRIMM), que torna possível o contribuinte conhecer antecipadamente, as datas para o cumprimento das suas obrigações tributárias como município;

CONSIDERANDO que a medida é de suma importância para os profissionais legalmente habilitados a administrar bens e negócios de terceiros, como os contadores e advogados;

CONSIDERANDO que a administração fazendária do município,

tem o principal objetivo de melhorar a relação fisco-contribuinte através da transparência e ampla divulgação da legislação tributária;

DECRETA:

Art. 1º - As datas e os prazos para pagamento dos tributos municipais no exercício de 2017 são aqueles fixados nos anexos deste Decreto.

Art. 2º - As datas e os prazos fixados no anexo deste Decreto poderão ser modificados por ato do titular do órgão fazendário na ocorrência de fatos que justifiquem a medida devendo, em tal caso, ser dado conhecimento aos contribuintes por meio de publicação no órgão de divulgação dos atos oficiais do município.

Parágrafo Único – Na hipótese de não funcionamento da rede bancária autorizada, os vencimentos ocorrerão no primeiro dia útil seguinte ao vencimento.

Art. 3º - As guias e/ ou carnês de Imposto Predial e territorial Urbano (IPTU), das taxas e contribuições de melhorias, vinculadas aos imóveis do exercício de 2017, serão entregues respectivamente:

I - No endereço do contribuinte – quando o proprietário ou possuidor a qualquer título tenha indicado previamente o endereço para onde o carnê de pagamento deverá ser remetido.

II - No endereço do imóvel nos demais casos, excetuados os imóveis territoriais.

III - Na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, localizada à rua Mister Watkins nº 22, Centro, Mesquita quando não for possível nenhuma das hipóteses anteriores.

Art. 4º - Será recusado o domicílio tributário eleito pelo contribuinte quando o endereço escolhido impossibilitar ou dificultar a arrecadação ou a fiscalização dos tributos, com fundamento no artigo 127, parágrafo 2º do CTN.

Art. 5º - A remessa de guias e/ ou carnês de pagamento não desobriga o contribuinte a retirar seu carnê na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, localizada à rua Mister Watkins nº 22, Centro, Mesquita, caso não receba em até cinco dias úteis antes da data prevista para pagamento do Tributo.

Art. 6º - O pagamento dos tributos será efetuado de acordo com o que determina o Calendário Tributário do Município de Mesquita (CATRIMM), que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 7º - As reclamações, pedidos de revisão, impugnações dos valores lançados na guia e/ ou carnês de pagamento ou quaisquer solicitações relativas ao IPTU, e as taxas vinculadas ao imóvel, deverão ser formalizadas por meio de petição no Protocolo Geral da Prefeitura e dirigida ao Secretário Municipal de Fazenda.

§ 1º - O prazo para protocolar as petições referidas no caput deste artigo será o dia 31 de março de 2017.

§ 2º - Da decisão do Secretário Municipal de Fazenda, caberá recurso para CCMM, no prazo de vinte dias contados da data do indeferimento.

Art. 8º - As reclamações, pedidos de remissão ou impugnações dos tributos Municipais lançados para o exercício de 2017, não impedirão a eventual cobrança de acréscimos legais ou de atualização de valores dos débitos, salvo quando assistir razão ao contribuinte.

Art. 9º - O desconto para o pagamento em cota única dos tributos Municipais será garantido em conformidade com as tabelas integrantes deste Decreto.

Art. 10º - Ficam os valores constantes da Legislação Tributária Municipal – corrigidos em 5,97%, de acordo com a variação nos últimos 12 (doze) meses do IPCA (Índices de Preços ao Consumidor), de acordo com o Código Tributário do Município de Mesquita, Lei Complementar N.º 17/2014.

Parágrafo único – Com relação ao IPTU foi adotado o valor unitário de m² de construção representativo fornecido pelo SINDUSCON/RJ – Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro, tendo como referência o mês de agosto de 2009, para definição do (Vu)c - Valor Unitário do metro quadrado da construção.

Art. 11º - Ficam estabelecidos os valores das Taxas e Preços Públicos dispostos no Código Tributário do Município de Mesquita, Lei Complementar nº 17/2014, a serem cobradas no exercício 2016 em conformidade com os Quadros das Tabelas anexas a este Decreto.

Art. 11º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

CALENDÁRIO TRIBUTÁRIO PARA O EXERCÍCIO 2017

VALOR DA UFIME 2017 = R\$ 72,80 (SETENTA E DOIS REAIS, OITENTA CENTAVOS)

ANEXO I – DATA DE VENCIMENTO

I - IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

VENCIMENTOS PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA

Data de vencimento	Dia da semana	Desconto
06/03/2017	Segunda-feira	desconto de 15%
20/03/2017	Segunda-feira	desconto de 10%
31/03/2017	Sexta-feira	desconto de 5%

VENCIMENTOS PARA PAGAMENTOS EM PARCELAS

Data de vencimento	Dia da semana	Parcela	
31/03/2017	Sexta-feira	01/10	
28/04/2017	Sexta-feira	02/10	
31/05/2017	Quarta-feira	03/10	
30/06/2017	Sexta-feira	04/10	
31/07/2017	Segunda-feira	05/10	
31/08/2017	Quinta-feira	06/10	
29/09/2017	Sexta-feira	07/10	
31/10/2017	Terça-feira	08/10	
30/11/2017	Quinta-feira	09/10	
28/12/2017	Quinta-feira	10/10	

Após o vencimento, multa de 5% mais juros de mora de 1,0 % para cada mês

II – ISSQN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA:

a) ISSQN AUTÔNOMOS

VENCIMENTOS PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA

Data de vencimento	Dia da semana	Desconto
06/03/2017	Segunda-feira	desconto de 15%
20/03/2017	Segunda-feira	desconto de 10%
31/03/2017	Sexta-feira	desconto de 5%

VENCIMENTOS DAS COMPETENCIAS

Competência	Vencimento	Dia da semana	
Janeiro	13/01/2017	Sexta-feira	
Fevereiro	15/02/2017	Quarta-feira	
Março	15/03/2017	Quarta-feira	
Abri	13/04/2017	Quinta-feira	
Maio	15/05/2017	Segunda-feira	
Junho	14/06/2017	Quarta-feira	
Julho	14/07/2017	Sexta-feira	
Agosto	15/08/2017	Terça-feira	
Setembro	15/09/2017	Sexta-feira	
Outubro	13/10/2017	Sexta-feira	
Novembro	14/11/2017	Terça-feira	
Dezembro	15/12/2017	Sexta-feira	

Após o vencimento, multa de 5% mais juros de mora de 1,0 % para cada mês

b) ISSQN SOBRE MOVIMENTO ECÔNOMICO

VENCIMENTOS DAS COMPETENCIAS

Competência	Vencimento	Dia da semana	
Janeiro	13/01/2017	Sexta-feira	
Fevereiro	15/02/2017	Quarta-feira	
Março	15/03/2017	Quarta-feira	
Abri	13/04/2017	Quinta-feira	
Maio	15/05/2017	Segunda-feira	
Junho	14/06/2017	Quarta-feira	
Julho	14/07/2017	Sexta-feira	
Agosto	15/08/2017	Terça-feira	
Setembro	15/09/2017	Sexta-feira	
Outubro	13/10/2017	Sexta-feira	
Novembro	14/11/2017	Terça-feira	
Dezembro	15/12/2017	Sexta-feira	

Após o vencimento, multa de 5% mais juros de mora de 1,0 % para cada mês

III – TAXAS:

- TFAE – TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE AMBULANTE, EVENTUAL, FEIRANTE E RUDIMENTAR;
- TSCL – TAXA DE SERVIÇO E COLETA DE LIXO;
- TIS – TAXA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA;
- TFE – TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO;

VENCIMENTOS PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA

Data de vencimento	Dia da semana	Desconto
06/03/2017	Segunda-feira	desconto de 15%
20/03/2017	Segunda-feira	desconto de 10%
31/03/2017	Sexta-feira	desconto de 5%

VENCIMENTOS PARA PAGAMENTO EM PARCELAS		
Data de vencimento	Dia da semana	Parcela
31/03/2017	Sexta-feira	01/10
28/04/2017	Sexta-feira	02/10
31/05/2017	Quarta-feira	03/10
30/06/2017	Sexta-feira	04/10
31/07/2017	Segunda-feira	05/10
31/08/2017	Quinta-feira	06/10
29/09/2017	Sexta-feira	07/10
31/10/2017	Terça-feira	08/10
30/11/2017	Quinta-feira	09/10
28/12/2017	Quinta-feira	10/10

Após o vencimento, multa de 5% mais juros de mora de 1,0 % para cada mês

ANEXO IV

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARS – TFOPI
1 – EDIFICAÇÕES

1.1 - CONSTRUÇÕES

USO / CATEGORIA	VALOR EM REAL (R\$)																				
RESIDÊNCIA TIPO PROLETÁRIA – por unidade / por ano até 70,00m ²	R\$ 36,38																				
RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR – de 70,01 m ² até 100,00 m ²	R\$ 72,76																				
RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR- DE 100,00 m ² em diante	R\$ 218,24																				
RESIDÊNCIA MULTIFAMILIAR	<table border="1"> <tr> <td>Até 05 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 109,12</td> </tr> <tr> <td>De 06 até 10 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 137,69</td> </tr> <tr> <td>De 11 até 15 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 159,37</td> </tr> <tr> <td>De 16 até 20 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 218,24</td> </tr> <tr> <td>De 21 até 50 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 434,75</td> </tr> <tr> <td>De 51 até 75 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 653,01</td> </tr> <tr> <td>De 76 até 100 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 869,53</td> </tr> <tr> <td>De 101até 150 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 1.233,27</td> </tr> <tr> <td>De 151até 200 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 1.740,78</td> </tr> <tr> <td>Acima de 201 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 3.332,51</td> </tr> </table>	Até 05 unidades por fiscalização	R\$ 109,12	De 06 até 10 unidades por fiscalização	R\$ 137,69	De 11 até 15 unidades por fiscalização	R\$ 159,37	De 16 até 20 unidades por fiscalização	R\$ 218,24	De 21 até 50 unidades por fiscalização	R\$ 434,75	De 51 até 75 unidades por fiscalização	R\$ 653,01	De 76 até 100 unidades por fiscalização	R\$ 869,53	De 101até 150 unidades por fiscalização	R\$ 1.233,27	De 151até 200 unidades por fiscalização	R\$ 1.740,78	Acima de 201 unidades por fiscalização	R\$ 3.332,51
Até 05 unidades por fiscalização	R\$ 109,12																				
De 06 até 10 unidades por fiscalização	R\$ 137,69																				
De 11 até 15 unidades por fiscalização	R\$ 159,37																				
De 16 até 20 unidades por fiscalização	R\$ 218,24																				
De 21 até 50 unidades por fiscalização	R\$ 434,75																				
De 51 até 75 unidades por fiscalização	R\$ 653,01																				
De 76 até 100 unidades por fiscalização	R\$ 869,53																				
De 101até 150 unidades por fiscalização	R\$ 1.233,27																				
De 151até 200 unidades por fiscalização	R\$ 1.740,78																				
Acima de 201 unidades por fiscalização	R\$ 3.332,51																				
COMERCIAL, SERVIÇO INDUSTRIAL, MISTO, INSTITUCIONAL, EXTRATIVISTA E PECUÁRIA	<table border="1"> <tr> <td>Até 05 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 129,90</td> </tr> <tr> <td>De 06 até 10 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 161,07</td> </tr> <tr> <td>De 11 até 15 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 213,04</td> </tr> <tr> <td>De 16 até 20 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 251,14</td> </tr> <tr> <td>De 21 até 50 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 486,73</td> </tr> <tr> <td>De 51 até 75 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 433,88</td> </tr> <tr> <td>De 76 até 100 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 1.027,13</td> </tr> <tr> <td>De 101até 150 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 1.506,95</td> </tr> <tr> <td>De 151até 200 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 2.056,03</td> </tr> <tr> <td>Acima de 201 unidades por fiscalização</td> <td>R\$ 4.148,45</td> </tr> </table>	Até 05 unidades por fiscalização	R\$ 129,90	De 06 até 10 unidades por fiscalização	R\$ 161,07	De 11 até 15 unidades por fiscalização	R\$ 213,04	De 16 até 20 unidades por fiscalização	R\$ 251,14	De 21 até 50 unidades por fiscalização	R\$ 486,73	De 51 até 75 unidades por fiscalização	R\$ 433,88	De 76 até 100 unidades por fiscalização	R\$ 1.027,13	De 101até 150 unidades por fiscalização	R\$ 1.506,95	De 151até 200 unidades por fiscalização	R\$ 2.056,03	Acima de 201 unidades por fiscalização	R\$ 4.148,45
Até 05 unidades por fiscalização	R\$ 129,90																				
De 06 até 10 unidades por fiscalização	R\$ 161,07																				
De 11 até 15 unidades por fiscalização	R\$ 213,04																				
De 16 até 20 unidades por fiscalização	R\$ 251,14																				
De 21 até 50 unidades por fiscalização	R\$ 486,73																				
De 51 até 75 unidades por fiscalização	R\$ 433,88																				
De 76 até 100 unidades por fiscalização	R\$ 1.027,13																				
De 101até 150 unidades por fiscalização	R\$ 1.506,95																				
De 151até 200 unidades por fiscalização	R\$ 2.056,03																				
Acima de 201 unidades por fiscalização	R\$ 4.148,45																				

1.2 – REFORMA (Sem acréscimo de área): Uma (01) UFIME para cada unidade

1.3 – REFORMA (Com acréscimo de área):

	VALOR EM REAL (R\$)
a) Até 70,00 m ²	R\$ 36,38
b) De 70,01 m ² até 100,00 m ²	R\$ 72,76
c) De 100,01 m ² em diante	R\$ 223,42

1.4 – DEMOLIÇÃO:

	VALOR EM REAL (R\$)
a) 01 pavimento	R\$ 72,76
b) 02 ou mais pavimentos	R\$ 218,24

1.5 – MODIFICAÇÃO DE PROJETO APROVADO DURANTE A IMPLANTAÇÃO:

	VALOR EM REAL (R\$)
a) Até 70,00 m ²	R\$ 72,76
b) De 70,01 m ² até 200,00 m ²	R\$ 145,50
c) Acima de 200,00 m ²	R\$ 362,02

ANEXO V

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARS – TFO

1) INSTALAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAS QUE DEPENDEM DE LICENÇA – TLI

1.1.1 – ÁREA ÚTIL POR UNIDADE

	VALOR EM REAL (R\$)
a - até 100 m ²	R\$ 218,24
b - de 101 a 300 m ²	R\$ 434,75
c - de 301 a 500 m ²	R\$ 580,25
d - de 500,01 a 750 m ²	R\$ 869,53
e - de 750,01 a 1.000 m ²	R\$ 1.160,53
f - acima de 1000,01 m ²	R\$ 1.595,29

TRANSFORMAÇÃO DE USO OU UTILIZAÇÃO COMERCIAL / INDUSTRIAL

1.1.2 – ÁREA ÚTIL POR UNIDADE

	VALOR EM REAL (R\$)
a - até 50 m ²	R\$ 72,76
b - de 50,01 a 120 m ²	R\$ 145,50
c - de 120,01 a 300 m ²	R\$ 289,26
d - de 300,01 a 600 m ²	R\$ 724,02
e - acima de 600,01m ²	R\$ 869,53

1.1.3 – ASSENTAMENTO DE INSTALAÇÃO ELETROMECÂNICA:

	VALOR EM REAL (R\$)
Por HP	R\$ 7,27

1.1.4 – INSTALAÇÃO DE BOMBA DE GASOLINA:

	VALOR EM REAL (R\$)
Por unidade	R\$ 109,12

ANEXO VI

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO E DE PERMANÊNCIA EM ÁREAS, EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

ATIVIDADES	VALOR EM REAL (R\$)												
Qualquer atividade exercida em solo, vias e logradouros públicos – por ano e por m ²	R\$ 50,22												
Banca de jornais e revistas – por ano e por m ²	R\$ 109,12												
Comércio em feiras livres	<table border="1"> <tr> <td>Produtos hortifrutigranjeiros, manufaturados, industrializados ou de uso pessoal</td> <td>Barraca de até 3,00 m² – por dia</td> <td>R\$ 14,55</td> </tr> <tr> <td>Carnes frescas, salgadas, peixes e congêneres</td> <td>Tabuleiro de até 3,00 m² - por dia</td> <td>R\$ 7,27</td> </tr> <tr> <td>Colocação de mesas e cadeiras por até 04 cadeiras</td> <td>No comércio estabelecido – por mês</td> <td>R\$ 36,38</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Nas cadeiras livres – por dia</td> <td>R\$ 21,66</td> </tr> </table>	Produtos hortifrutigranjeiros, manufaturados, industrializados ou de uso pessoal	Barraca de até 3,00 m ² – por dia	R\$ 14,55	Carnes frescas, salgadas, peixes e congêneres	Tabuleiro de até 3,00 m ² - por dia	R\$ 7,27	Colocação de mesas e cadeiras por até 04 cadeiras	No comércio estabelecido – por mês	R\$ 36,38		Nas cadeiras livres – por dia	R\$ 21,66
Produtos hortifrutigranjeiros, manufaturados, industrializados ou de uso pessoal	Barraca de até 3,00 m ² – por dia	R\$ 14,55											
Carnes frescas, salgadas, peixes e congêneres	Tabuleiro de até 3,00 m ² - por dia	R\$ 7,27											
Colocação de mesas e cadeiras por até 04 cadeiras	No comércio estabelecido – por mês	R\$ 36,38											
	Nas cadeiras livres – por dia	R\$ 21,66											

ANEXO VII

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES AMBULANTE EVENTUAL, FEIRANTE E RUDIMENTAR

1- COMÉRCIO EVENTUAL

ATIVIDADES	VALOR EM REAL (R\$)
POR DIAS	POR MÊS
Em barracas, tabuleiros ou quaisquer outras unidades, nas vias e logradouros públicos, quando da realização de qualquer tipo de eventos religiosos, cultural, artístico, esportivo e similares.	R\$50,22
Em qualquer estabelecimento comercial, industrial e outros locais permitidos.	R\$50,22
Escriptório para exposição de vendas de imóveis nos locais de construção – por stander, barraca ou unidade.	R\$57,14
Em feiras proporcionais, exposições e outros locais aprovados e permitidos – por stander, barraca ou unidade.	R\$57,14
Outras atividades congêneres	R\$57,14
	R\$725,74

2 – COMÉRCIO AMBULANTE

ATIVIDADE	VALOR EM REAL (R\$)
POR DIAS	POR MÊS
Por qualquer meio de locação	R\$10,90
	R\$ 86,61

3 - COMÉRCIO RUDIMENTAR

ATIVIDADE	VALOR EM REAL (R\$)
POR MÊS	
Por atividade (instalação com até 20 m ²)	R\$49,52

4 – FEIRAS LIVRES

ATIVIDADE	VALOR EM REAL (R\$)
POR DIA	
Produto hortifrutigranjeiro	R\$ 3,63
Produto industrializado	R\$ 7,27
Carne salgadas, frescas e peixes	R\$ 2,16
Cereais e condimentos	R\$ 3,63
Alimentos manufaturados	R\$14,55

ANEXO VIII

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS

		VALOR EM REAL (R\$)
TABULETAS (Out door) - Engenho Publicitário, simples ou iluminado, com dimensões padronizadas de 3,00 m (três metros) por 9,00 (nove metros), destinado a fixação de cartazes substitutíveis de papel de 32 folhas.	Por unidade / mês	R\$ 97,86
PAINÉIS - Engenho Publicitário simples, iluminados ou luminosos, com ou sem mecanismo eletrônico ou mecânico, montando em estrutura própria, destinados a anúncios publicitários.	Por unidade / mês	R\$145,50
LETREIROS - Engenho Publicitário, montado em material apropriado, destinado a pintura de anúncios ou luminosos, fixado em estruturas ou superfícies regulares ou não, sob ou sobre marquise, contendo anúncio institucional de estabelecimento, com área nunca superior a 31,69 m ² (trinta metros quadrados).	Por unidade / mês / m ²	R\$ 8,67
PRISMA - Engenho Publicitário em dimensões variáveis, com estrutura metálica e exibição em palhetas giratórias (três publicidades em um só engenho).	Por unidade / mês / m ²	R\$ 10,90
FRONLIGHT - Engenho Publicitário, em dimensões variáveis, com estrutura metálica, com cartazes em lona e iluminação frontal.	Por unidade / mês / m ²	R\$ 14,55
BACKLIGHT - Engenho Publicitário, em dimensões variáveis, com estrutura metálica, com cartazes em lona e iluminação interna.	Por unidade / mês / m ²	R\$ 14,55
RGB CORES - Engenho Publicitário com visor digital em uma ou mais cores.	Por unidade / mês / m ²	R\$ 14,55
RGB ALTA DEFINIÇÃO - Engenho Publicitário com visor digital em alta definição.	Por unidade / mês / m ²	R\$ 14,55
RELOGIOS ELETRÔNICOS - Engenho de utilização Pública, que informa a hora e temperatura ambiente, encimado ou ladoado por publicidade.	Por unidade / mês / m ²	R\$ 14,55
BUSDOOR - Adesivo com dimensões padronizadas de 3,00 m ² (três metros quadrados), fixado no para brisa traseiro dos coletivos.	Por unidade / mês / m ²	R\$ 5,43
Cartazes	Por mês e por dia	R\$ 7,25
Panfletos, folhetos, volantes ou prospectos	Por dia e por pessoa	R\$ 3,63
Faixas, estandartes e galhar detes	Por mês e por unidade	R\$ 2,71
Publicidade móvel	Por veículo e por mês	R\$111,49
Anúncio em balões	Por dia e por unidade	R\$ 7,25
Som em veículos	Por veículo e por mês	R\$ 72,76
Anúncio em mesas, cadeiras e bancos.	Por unidade e por mês	R\$ 2,71
Anúncio não especificados	Por unidade e por mês	R\$ 72,76

ANEXO IX

SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO – COMPULSÓRIOS PERTINENTES A OBRAS EM GERAL

1.1 – Edificações
1.1.1 – Construções

1.1.1.1 – Concessão do Habite-se:

a) Até 70,00 m ² =	R\$ 31,16
b) De 70,01 m ² até 100,00 m ² = por m ²	R\$ 5,31
c) Acima de 100,01 m ² = por m ²	R\$ 10,90

1.1.1.2 – Legalização de construção (prédios construídos sem licença):

a) Até 70,00 m ² = por m ²	R\$ 72,76
b) Acima de 70,00 m ² – o valor da legalização será encontrado conforme abaixo:	

a- O valor da legalização predial será encontrado pela aplicação da formula:

- AC até 180,00 m²: [(AC/200 x Vu x Lo)] x 2

- AC acima de 180,01 m²: [(AC/180 x Vu x Lo)] x 2 onde:

AC = área construída

200 e 180 = parâmetros divisores de uma área construída

Vu = valor do metro quadrado

Lo = índice fixado na tabela abaixo:

ÁREA CONSTRUÍDA (M ²)	ÍNDICE / TEMPO
De 01,00 a 10,00	
De 10,01 a 20,00	0,4
De 20,01 a 31,69	0,8
De 30,01 a 40,00	1,2
De 40,01 a 50,00	1,6
De 50,01 a 63,38	2,0
De 60,01 a 70,00	2,4
De 70,01 a 84,51	2,8
De 80,01 a 90,00	3,2
De 90,01 a 100,00	3,6
De 100,01 a 126,76	4,0
De 120,01 a 140,00	4,4
De 140,01 a 163,38	4,8
De 160,01 a 184,51	5,2
De 180,01 a 200,00	5,6
De 200,01 a 250,00	6,0
De 250,01 a 300,00	6,4
De 300,01 a 350,00	6,8

De 350,01 a 400,00	7,2
De 400,01 a 450,00	7,6
De 450,01 a 500,00	8,0
De 500,01 a 550,00	8,4
De 550,01 a 600,00	8,8
De 600,01 a 650,00	9,2
De 650,01 a 700,00	9,6
De 700,01 a 750,00	10,0
De 750,01 a 800,00	10,4
De 800,01 a 850,00	10,8
De 850,01 a 900,00	11,2
De 900,01 a 950,00	11,6
De 950,01 a 1000,00	12,0
DE 1.000,01*	12,4
De 1.000,01 m ² em diante, o índice / tempo será acrescido para cada 500,00 m ² o valor de:	R\$ 62,19
Construções residenciais unifamiliares com área útil de construção até 70,00 m ² , e sejam únicas em um lote de terreno de até 363,38 m ² , será cobrado a título de TLP um valor mínimo de:	R\$ 109,12

1.2 – Parcelamento do solo:

1.2.1 – Análise de Consulta prévia de projetos de loteamento:

1.2.2 – Aprovação de projeto de parcelamento do solo:

A – Loteamentos:

Lote Resultante	Valor em Real (R\$)
Até 100 lotes	R\$ 218,24
De 101 até 200 lotes	R\$ 362,02
De 201 até 300 lotes	R\$ 547,62
De 301 até 500 lotes	R\$ 764,72
De 501 até 1000 lotes	R\$1.087,76

B- Remembramento / Desmembramento / Retificação de área:

Lote Resultante	Valor em Real (R\$)
a) Remembramento:	R\$ 72,76
b) Desmembramento:	R\$ 72,76
c) Retificação de área:	R\$ 72,76

C – Modificação de projeto aprovado (durante a implantação):

Lote Resultante	Valor em Real (R\$)
Até 100 lotes	R\$ 218,24
De 101 até 200 lotes	R\$ 362,02
De 201 até 300 lotes	R\$ 580,25
De 301 até 500 lotes	R\$ 869,53
De 501 até 1000 lotes	R\$ 869,53
Acima de 1000 lotes	R\$1.087,76

D – Concessão do Habite-se:

Lote Resultante	Valor em Real (R\$)
Até 100 lotes	R\$ 474,65
De 101 até 200 lotes	R\$ 603,64
De 201 até 300 lotes	R\$1.082,99
De 301 até 500 lotes	R\$1.389,18
De 501 até 1000 lotes	R\$1.997,07
Acima de 1000 lotes	R\$2.942,87

ANEXO X

SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO – COMPULSÓRIOS PERTINENTES A CEMITÉRIOS

	Valor em Real (R\$)
1.1 Por sepultamento realizado	R\$14,55
1.2 Por lote ou sepultura vendida ou transferida	R\$72,76
1.3 Transladação de ossos	R\$ 7,25
1.4 Transferência de local	R\$10,90
1.5 Transferência de titularidade	R\$21,66
1.6 Compra de nicho	R\$14,55
1.7 Licença para obras	R\$ -
1.8 Em sepulturas temporárias	R\$10,90
1.9 Em sepulturas temporárias com carneiro	R\$18,16
2.0 Em sepulturas perpétuas	R\$21,66

ANEXO XI

SERVICOS PÚBLICOS NÃO – COMPULSÓRIOS PERTINENTES A ATIVIDADES DIVERSAS

	PREÇO PÚBLICO	VALOR EM REAL (R\$)
1 Vistoria administrativas não especificadas – por ano		R\$ 58,02
2 Vistoria de estabelecimento ou locais onde se realiza diversões públicas – por ano		R\$ 58,02

3	Vistoria de local para licença de localização e funcionamento – por ano	R\$ 58,02
4	Vistoria de obras e loteamentos	R\$ -
5	Vistoria de obras – por vistoria	R\$ 58,02
6	Vistoria de loteamento – por lote vistoriado	R\$ 58,02
7	Vistoria de Prédios – TVP	R\$ -
8	Residencial – por m ²	R\$ 0,72
9	Comercial / Não Residencial – por m ²	R\$ 2,17
10	Industrial – por m ²	R\$ 2,89
11	Vistoria em veículos	R\$ -
12	Em ônibus – por veículo e por ano	R\$ 72,76
13	Em utilitários (camionetas, vans, e similares) - por veículo e por ano	R\$ 50,72
14	Em automóveis (táxis), até 04 passageiros - por veículo e por ano	R\$ 36,38
15	Em moto táxi - por veículo	R\$ 36,38
16	Em caminhões - por veículo e por ano	R\$ 58,02
17	Lavratura de contratos, Termos de compromisso e de ajuste por lavratura com traslado	R\$ 72,76
18	Permanência em Depósito público	R\$ -
19	De bens Móveis – por unidade e por dia	R\$ 14,55
20	De veículos – por unidade e por dia	R\$ 36,38
21	De mercadorias – por lote e por dia	R\$ 14,55
22	De animais – por lote e por dia	R\$ 14,55
23	Tarifa de transporte de passageiros – a ser estabelecido Por ato do executivo	R\$ -
24	Serviços prestados pela vigilância sanitária	R\$ -
25	Alteração de responsável técnico	R\$145,50
26	Alteração de razão social	R\$145,50
27	Alteração de endereço	R\$145,50
28	Certificado de regularidade	R\$145,49
29	Registro de livros	R\$ 72,76
30	Inspeção sanitária a pedido	R\$145,50
31	Coleta de amostra	R\$145,50
32	Por requerimento	R\$ 7,27
33	Por guia emitida	R\$ 3,39
34	Desarquivamento de processo – por desarquivo	R\$ 7,27
35	Certidões – por certidões	R\$ 20,74
36	Inscrição de cadastro fiscal de qualquer atividade – por inscrição	R\$ 10,90
37	Alteração no cadastro fiscal de qualquer atividade – por cadastro	R\$ 7,27
38	Baixa do encerramento de qualquer atividade – por baixa	R\$ 14,55
39	Inscrição no cadastro imobiliário – por inscrição	R\$ 79,67
40	Baixa no cadastro imobiliário – por inscrição	R\$ 7,27
41	Autenticação / autorizadas para livros, documentos fiscais e plantas	R\$ 10,90
42	Suspensão temporária de atividades – por ato	R\$ 7,27
43	Serviços diversos não especificados	R\$ 10,90
44	Alteração do cadastro de terrenos não edificados, inclusive transferências de nome – por lote	R\$ -
45	Até 10 lotes	R\$ 7,27
46	De 11 a 50 lotes	R\$ 3,63
47	De 51 a 100 lotes	R\$ 2,16
48	Acima de 100 lotes	R\$ 1,46
49	Alteração de cadastro de terreno edificados, inclusive transferência de nome	R\$ -
50	Por prédio ou unidade imobiliária – por unidade	R\$ 7,27
51	Por terreno correspondente – por terreno	R\$ 7,27
52	Alteração do cadastro de área não loteada, inclusive transferência de nomes	R\$ -
53	Área acima de 600,00 m ² a 5.000,00 m ² - por cadastro alterado	R\$ 10,90
54	Área acima de 5.000,00 m ² - por cada 1.000 m ² ou fração de área acrescida	R\$ 58,02
55	Averbação de fração ideal – por unidade	R\$ 10,90
56	Coleta de lixo ou remoção de entulho requerida – pra 10 m ³ ou fração de lixo ou entulho coletado	R\$ 72,76
57	Estabelecimento de veículos, sem exercício de qualquer atividade, em local permitido, cobrança previamente indicada em ato normativo caracterizando as condições de estacionamento – por hora ou por fração.	R\$ -
58	Poda de árvores ou retirada com necessidade	R\$ -

ANEXO XII

PLANTA FISCAL

Preços mínimos correntes para cálculo do ISSQN relativos aos itens 31,32 e 33 da lista de serviços:	Valor em real / m ² / (R\$)
Edificações residenciais	R\$ 134,39
Edificações não residenciais	R\$ 190,54
Demolição	R\$ 51,95

Galpões	R\$ 88,33
Edificações residenciais debaixo padrão de construção	R\$ 45,03

ANEXO XIII

VALORES DA TAXA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (TMRS)

IMÓVEIS RESIDENCIAIS

FAIXAS	CATEGORIA DE IMÓVEIS	VALOR (R\$)
1	Imóveis até 30,00 m ²	R\$ 43,20
2	de 30,01 até 60,00m ²	R\$ 85,10
3	de 60,01 até 90,00m ²	R\$115,19
4	de 90,01 até 100,00m ²	R\$144,00
5	de 100,01 até 120,00m ²	R\$172,80
6	acima de 120,01m ²	R\$207,36

ANEXO XIV

APURAÇÃO DO VALOR VENAL E NA FIXAÇÃO DAS ALÍQUOTAS PARA CÁLCULO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU)

Os critérios e parâmetros a serem utilizados na apuração do valor venal e na fixação das alíquotas para cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o exercício de 2016, em conformidade com Lei Complementar n.º 17/2014 (Código Tributário do Município de Mesquita), é o seguinte:

Zona de Interesse Industrial - ZIND

Começa no encontro da Rodovia Presidente Dutra – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999 com a Avenida Coelho da Rocha. O limite segue por esta Avenida, excluída, até o Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA, segue pelo Eixo deste Ramal até a Linha de Limite da Área Aprovada pelo PAL n.º 201/77, segue, à esquerda, por esta Linha até o Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA, segue pelo Eixo deste Ramal até a Rua Barros Peixoto, segue por esta Rua, excluída, até o Rio da Prata – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este Limite Municipal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 1 – ZF 01

Começa no encontro do prolongamento da Rua Goiás com o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri). O limite segue pelo eixo deste ramal até o Leito do Rio Dona Eugênia, segue pelo leito deste Rio, à montante, até a Rua Goiás, segue por esta Rua, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 2 – ZF 02

Começa no encontro do Rio Dona Eugênia com o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri). O limite segue pelo eixo deste ramal até o prolongamento da Rua Júpiter, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida União, segue por esta Avenida, excluída, até a Rua Professor Anselmo, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Antonio Rodrigues de Oliveira, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Cuiabá, segue por esta Rua, excluída, até a Avenida São Paulo, segue por esta Avenida, incluída, até a Avenida Brasil, segue por esta Avenida, excluída, até a Rua São Salvador, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Minas Gerais, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Florianópolis, segue por esta Rua e por seu Prolongamento, excluídos, até o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri), segue pelo eixo deste ramal até o prolongamento da Rua Goiás, segue por esta Rua, excluída, até o Leito do Rio Dona Eugênia, segue pelo leito deste Rio, à jusante, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 3 – ZF 03

Começa no encontro da Avenida Governador Celso Peçanha com a Rua Hercília. O limite segue por esta rua, excluída, até a Rua Nilza Gurgel, segue por esta Rua e por seu prolongamento, excluída, até o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri), segue pelo eixo deste ramal até o prolongamento da Avenida Governador Celso Peçanha, segue por esta Avenida, excluída, até ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 4 – ZF 04

Começa no encontro da Rua Natália com a Rua Zeferino. O limite segue por esta Rua, excluída, até a Avenida Governador Celso Peçanha, segue por esta Rua e por seu prolongamento, incluída, até o Ramal Ferroviário de

Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri), segue pelo eixo deste ramal até prolongamento da Rua Natália, segue por seu prolongamento e por esta Rua, incluídos, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 5 – ZF 05

Começa no encontro Avenida Governador Celso Peçanha com a Rua Libânia. O limite segue por esta Rua, excluída, até a Rua Hipólito, segue por esta Rua, excluída, até o Leito do Rio Dona Eugênia, segue pelo leito deste Rio, à montante, até o Rio Santo Antônio, segue pelo leito deste Rio, à montante, até o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri), segue pelo eixo deste ramal até o prolongamento da Rua Nilza Gurgel, segue por esta Rua e por este prolongamento, incluídos, até a Rua Hercília, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida Governador Celso Peçanha, segue por esta Avenida, excluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 6 – ZF 06

Começa no encontro do Rio Dona Eugênia com a Via Light. O limite segue pelo Eixo desta Via até o Rio Sarapuí – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este Limite Municipal até a Rua Duartina, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Plácido, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Cosmorama, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Saul Bernardino Pedro, segue por esta Rua, incluída, até o Muro do Cemitério Jardim da Saudade (lado direito), segue por este muro e por seu prolongamento até o leito do Rio Dona Eugênia, segue pelo leito deste Rio, à jusante, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 7 – ZF 07

Começa no encontro do prolongamento da Rua Júpiter com o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri). O limite segue pelo eixo deste ramal até o prolongamento da Rua Magno de Carvalho, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Barão de Salusse, segue por esta Rua, incluída, até a Rua João Bittencourt, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Cordura, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Doutor Manoel Pereira Reis, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Minerva, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Aurora, segue por esta Rua, excluída, até a Avenida União, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Júpiter, segue por esta Rua, excluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 8 – ZF 08

Começa no encontro da Avenida Carlos Marques Rollo – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999 com a Via Light. O limite segue pelo eixo desta Via até a Rua Cirilo, segue por esta Rua e por seu prolongamento, incluídos, até o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri), segue pelo eixo deste ramal até o prolongamento da Rua Florianópolis, segue por este prolongamento e por esta Rua, incluídos, até a Rua Minas Gerais, segue para o início desta Rua, excluída, até a Rua Sergipe, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida São Paulo, segue por esta Avenida, incluída, até a Avenida Irmãos Maurício– Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este Limite Municipal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 9 – ZF 09

Começa no encontro da rua Natália com a Via Light. O limite segue pelo eixo desta via até a Avenida Governador Celso Peçanha, segue por esta Avenida, incluída, até a Rua Zeferino, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Natália, segue por esta Rua, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 10 – ZF 10

Começa no encontro Avenida Governador Celso Peçanha com a Via Light. O limite segue pelo eixo desta Via até o leito do Rio Dona Eugênia, segue pelo leito deste, à montante, a Rua Hipólito, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Libânia, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida Governador Celso Peçanha, segue por esta Rua, excluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 11 – ZF 11

Começa no encontro do Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri) com o Leito do Rio Santo Antônio. O limite segue pelo leito deste Rio, à jusante, até o Rio Dona Eugênia segue pelo leito deste Rio, à jusante, até o prolongamento do muro do Cemitério Jardim da Saudade (lado direito), segue pelo prolongamento

e por este muro até a Rua Saul Bernardino Pedro, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Carlos Fraiha, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Cosmorama, segue por esta Rua e por seu prolongamento, excluídos, até o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri), segue pelo eixo deste ramal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 12 – ZF 12

Começa no encontro do Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri) com o Rio Sarapuí – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este limite municipal até o Córrego do Socorro, segue pelo leito deste, à montante, até a Avenida União, segue por esta Avenida, excluída, até a Rua Aurora, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Minerva, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Doutor Manoel Pereira Reis, segue por esta Rua, excluída, até a Rua João Bittencourt, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Barão de Salusse, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Magno de Carvalho, segue por esta Rua e por seu prolongamento, incluída, até o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri), segue pelo eixo deste ramal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 13 – ZF 13

Começa no encontro da Rua Julio Macedo com o Leito do Córrego do Socorro. O limite segue pelo leito deste córrego, à jusante, até a Rua Magno de Carvalho, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Almirante Batista das Neves, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Coronel Azevedo Júnior, segue por esta Rua, excluída, até a Reta do Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue pelo Limite Municipal até a Rua Adolfo de Albuquerque, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Doutor Godoy, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Júlio Macedo, segue por esta Rua, excluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 14 – ZF 14

Começa no encontro da Rua Chalé com a Avenida União. O limite segue por esta Avenida, incluída, até a Rua dos Alpinos, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Manoel Ferreira Chaves, segue por esta Rua, incluída, até o prolongamento da Rua João Piloto, segue por este prolongamento e por esta Rua, excluídos, até a Avenida Manoel Duarte, segue por esta Rua, incluída, até a Rua dos Dentistas, segue por esta Rua, incluída, até a Rua da Serra, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Carlinhos, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Guarapari, segue por esta Rua e por seu prolongamento, excluídos, até a Rua Guaporé, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Chalé, segue por esta Rua, excluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 15 – ZF 15

Começa no encontro da Rua Augusto Cardoso com a Rua Natal. O limite segue pelo eixo desta Rua, até a Rua Antônio Rodrigues de Oliveira, segue pelo eixo desta Rua, incluída, até a Rua Professor Anselmo, segue por esta Rua, excluída, até a Avenida União, segue por esta Avenida, incluída, até a Rua Chalé, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Vereador Manoel José dos Passos, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Uruguaí, segue por esta Rua, excluída, até a Travessa Cisneiro, segue por esta Travessa, excluída, até a Rua José Dias Guimarães, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Augusto Cardoso, segue por esta Rua, excluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 16 – ZF 16

Começa no encontro da Rua Amazonas com a Rua Sergipe. O limite segue por esta Rua, incluída, até o final da Rua Minas Gerais, segue por esta Rua, excluída, até a Rua São Salvador, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida Brasil, segue por esta Avenida, incluída, até a Avenida São Paulo, segue por esta Avenida, excluída, até a Rua Cuiabá, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Antonio Rodrigues de Oliveira, segue pelo eixo desta Rua, até a Rua Natal, segue pelo eixo desta Rua, até a Rua Augusto Cardoso, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Amazonas, segue por esta Rua, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 17 – ZF 17

Começa no encontro da Rua Cirilo com a Via Light. O limite segue pelo eixo desta via até a Rua Natália, segue por seu prolongamento e por esta Rua, excluídos, até o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri), segue pelo eixo deste ramal até o prolongamento da Rua Cirilo, segue por esta Rua, excluída, até o ponto

inicial desta descrição.

Zona Fiscal 18 – ZF 18

Começa no encontro da Rua Marciano com a Rua Antônio Borges. O limite segue por esta Rua, incluída, até a Rua Sotero, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Cesário, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida Governador Celso Peçanha, segue por esta Avenida, excluída, até a Via Light, segue pelo eixo desta até a Rua Bráulio, segue por esta Rua e por seu prolongamento, incluídos, até o Rio da Prata – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por esse Limite Municipal até o prolongamento da Rua Marciano, segue por esta Rua, excluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 19 – ZF 19

Começa no encontro da Avenida Coelho da Rocha com a Rodovia Presidente Dutra – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999. O limite segue por este Limite Municipal até o Canal da Avenida Robert Kennedy, segue pelo leito deste Canal, à montante, até o Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA, segue pelo Eixo deste Ramal até a Avenida Coelho da Rocha, segue por esta Avenida, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 20 – ZF 20

Começa no encontro da Avenida Coelho da Rocha com o Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA. O limite segue pelo eixo deste Ramal até a Avenida Doutor Carvalhaes, segue por esta Avenida, incluída, até a Rua Cachoeira, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida Coelho da Rocha, segue por esta Avenida, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 21 – ZF 21

Começa no encontro do Rio Dona Eugênia com o Rio Sarapuí – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999. O limite segue por este limite municipal até a Via Light, segue pelo Eixo desta Via até o Rio Dona Eugênia, segue pelo leito deste Rio, à jusante, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 22 – ZF 22

Começa no encontro da Avenida Governador Celso Peçanha com a Avenida Coelho da Rocha. O limite segue por esta Avenida, excluída, até a Rua Irene, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Professor João Ribeiro Filho, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Itapemirim, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Manacá, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Hugo Bastir, segue por esta Rua, incluída, até a Via Light, segue pelo eixo desta Via até a Avenida Governador Celso Peçanha, segue por esta Avenida, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 23 – ZF 23

Começa no encontro da Rua Cosmorama com a Rua Plácido. O limite segue por esta Rua, incluída, até a Rua Duartina, segue por esta Rua, incluída, até o Leito do Rio Sarapuí – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este limite municipal até o Ramal Ferroviário de Passageiros da Supervia (Central do Brasil – Japeri), segue pelo eixo deste ramal até o prolongamento da Rua Cosmorama, segue por esta Rua, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 24 – ZF 24

Começa no encontro da Rua Magno de Carvalho com o Leito do Córrego do Socorro. O limite segue pelo leito deste córrego, à jusante até o Rio Sarapuí – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue pelo Limite Municipal até a Rua Coronel Azevedo Júnior, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Almirante Batista das Neves, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Magno de Carvalho, segue por esta Rua, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 25 – ZF 25

Começa no encontro da Rua Sergipe com o início da Rua Minas Gerais. O limite segue por esta Rua, incluída, até a Rua Sergipe, segue por esta Rua, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 26 – ZF 26

Começa no encontro do Rio da Prata – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999 com o prolongamento da Rua Bráulio. O limite segue por esta Rua, excluída, até a Via Light, segue pelo Eixo desta Via até a Avenida Carlos Marques Rolo – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este Limite Municipal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 27 – ZF 27

Começa no encontro da Travessa Tupinambá com a Rua Barros Peixoto. O limite segue por esta Rua, incluída, até a Avenida Governador Celso Peçanha, segue por esta Avenida, excluída, até a Rua Cesário, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Antônio Borges, segue por esta Rua, excluída, até o Canal do Rio da Prata segue pelo leito deste Canal, à jusante, até a Rua Paz e Amor, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Delfina Borges, segue por esta Rua, incluída, até a Travessa Marina, segue por esta Rua, excluída, até a Travessa Tupinambá, segue por esta Travessa, excluída até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 28 – ZF 28

Começa no encontro do Canal da Avenida Robert Kennedy com o Rio Sarapuí – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999. O limite segue por este Limite Municipal até o Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA, segue pelo Eixo deste Ramal até o Canal da Avenida Robert Kennedy, segue pelo leito deste Canal, à jusante, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 29 – ZF 29

Começa no encontro da Avenida Doutor Carvalhaes com o Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA. O limite segue pelo eixo deste Ramal até a Rua Doutor Álvaro Lessa, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Cachoeira, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida Doutor Carvalhaes, segue por esta Avenida, excluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 30 – ZF 30

Começa no encontro da Avenida Coelho da Rocha com a Rua Cachoeira. O limite segue por esta Rua, excluída, até o Rio Dona Eugênia, segue pelo leito deste Rio, à montante, até a Via Light, segue pelo Eixo desta Via até a Avenida Coelho da Rocha, segue por esta Avenida, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 31 – ZF 31

Começa no encontro da Rua Irene com a Avenida Coelho da Rocha. O limite segue por esta Avenida, excluída, até a Via Light, segue pelo Eixo desta Via até a Rua Hugo Bastir, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Manacá, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Itapemirim, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Professor João Ribeiro Filho, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Irene, segue por esta Rua, excluída, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 32 – ZF 32

Começa no encontro do Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA com a Avenida Coelho da Rocha. O limite segue por esta Avenida, excluída, até a Avenida Governador Celso Peçanha, segue por esta Avenida, excluída, até a Rua Barros Peixoto, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Carolina Pereira, segue por esta Rua, excluída, até a Linha de Limite da Área Aprovada pelo PAL n.º 201/77, segue, à direita, por esta Linha até o Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA, segue pelo Eixo deste Ramal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 33 – ZF 33

Começa no encontro da linha de cota 100 (cem) metros com o Córrego do Socorro. O limite segue pelo leito deste, à jusante, até a Rua Júlio Macedo, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Doutor Godoy, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Adolfo de Albuquerque, segue por esta Rua, incluída, até a Reta do Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este limite municipal até a linha de cota 100 (cem) metros, segue por esta linha de cota até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 34 – ZF 34

Começa no encontro da Linha de Cota 100 (cem) metros com a Rua Jardimópolis. O limite segue por esta Rua, excluída, até a Rua Guaporé, segue por esta Rua, excluída, até o prolongamento da Rua Guarapari, segue por este prolongamento e por esta Rua, incluída, até a Rua Carlinhos, segue por esta Rua, incluída, até a Rua da Serra, segue por esta Rua, excluída, até a Rua dos Dentistas, segue por esta Rua, excluída, até Avenida Manoel Duarte, segue por esta Rua, excluída, até a Rua João Piloto, segue por esta Rua e por seu prolongamento, incluídos, até a Rua Manoel Ferreira Chaves, segue por esta Rua, excluída, até a Rua dos Alpinos, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida União, segue por esta Rua, incluída, até o Leito do Córrego do Socorro, segue por este leito, à montante, até a Linha de Cota 100 (cem) metros, segue por esta

linha de cota até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 35 – ZF 35

Começa no encontro do prolongamento da Avenida Irmãos Maurício – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999 com a Rua José Dias Guimarães. O limite segue por esta Rua, incluída, até a Travessa Cisneiro, segue por esta Travessa, incluída, até a Rua Uruguai, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Vereador Manoel José dos Passos, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Chalé, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Guaporé, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Jardimópolis, segue por esta Rua, incluída, até a Linha de cota 100 (cem) metros, segue por esta linha de cota até o prolongamento da Avenida Irmãos Maurício– Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este limite municipal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 36 – ZF 36

Começa no encontro da Avenida Irmãos Maurício – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999 com a Rua Brucedo. O limite segue por esta Rua, incluída, até a Rua Carioca, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Caroem, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Bahia, segue por esta Rua, incluída, até a Avenida São Paulo, segue por esta Avenida, excluída, até a Rua Sergipe, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Amazonas, segue por esta Rua, excluída, até Rua Augusto Cardoso, segue por esta Rua, incluída, até a Rua José Dias Guimarães, segue por esta Rua, excluída, até o prolongamento da Avenida Irmãos Maurício – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este limite municipal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 37 – ZF 37

Começa no encontro da Avenida Irmãos Maurício – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999 com a Avenida São Paulo. O limite segue por esta Avenida, excluída, até a Rua Bahia, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Caroem, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Carioca, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Carioca, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Brucedo, segue por esta Rua, excluída, até a Avenida Irmãos Maurício – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este Limite Municipal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 38 – ZF 38

Começa no encontro do Rio da Prata – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999 com o Canal do Rio da Prata. O limite segue pelo leito deste Canal, à montante, até a Rua Antônio Borges, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Marciano, segue por esta Rua e por seu prolongamento, incluídos, até o Rio da Prata – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este Limite Municipal, até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 39 – ZF 39

Começa no encontro do Rio da Prata – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999 com a Rua Barros Peixoto. O limite segue por esta Rua, incluída, até o Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA, segue pelo Eixo deste Ramal até a Linha de Limite da Área Aprovada pelo PAL n.º 201/77, segue, à direita, por esta Linha até a Rua Carolina Pereira, segue por esta Rua, incluída, até a Rua Barros Peixoto, segue por esta Rua, incluída, até a Travessa Tupinambá, segue por esta Travessa, incluída, até a Travessa Marina, segue por esta Travessa, incluída, até a Rua Delfina Borges, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Paz e Amor, segue por esta Rua, excluída, até o Canal do Rio da Prata, segue pelo leito deste, à jusante, até o Rio da Prata – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este limite municipal até o ponto inicial desta descrição.

Zona Fiscal 40 – ZF 40

Começa no encontro da Rua Doutor Álvaro Lessa com o Ramal Ferroviário Auxiliar da RFFSA. O limite segue pelo eixo deste Ramal até o Rio Sarapuí – Limite do Município de Mesquita conforme lei n.º 3.253 de 25 de setembro de 1999, segue por este Limite Municipal até o Rio Dona Eugênia, segue pelo leito deste Rio, à montante, até a Rua Cachoeira, segue por esta Rua, excluída, até a Rua Doutor Álvaro Lessa, segue por esta Rua, incluída, até o ponto inicial desta descrição.

CÁLCULO DO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS

- Imóveis não edificados (Imposto Territorial):

$$VV = (Vu)t \times (Rs) \times (At) \times Z$$

Onde:

VV = Valor Venal;

(Vu)_t = Valor unitário do metro quadrado de terreno, discriminado por rua, por bairro ou um valor médio por subprefeitura, distrito ou qualquer outra denominação de região que venha ser adotada;

(Rs) = Fator de Localização

(At) = Área do terreno;

Z = Fator de Utilização do terreno, variando conforme tabela abaixo:

ÁREA	FATOR Z
Até 5.000 m ² e fração	1,00
De 5.001 m ² até 10.000 m ² e fração	0,90
De 10.001 m ² até 30.000 m ² e fração	0,75
De 30.001 m ² até 70.000 m ² e fração	0,60
De 70.001 m ² até 200.000 m ² e fração	0,55
De 200.001 m ² até 500.000 m ² e fração	0,45
De 500.001 m ² até 1.000.000 m ² e fração	0,35
De 1.000.001 m ² em diante	0,25

- Imóveis residenciais:

$$VV = (Vu)c \times (Ac) \times (Rs) + (Vu)t \times (Rs) \times (At) \times Z$$

Onde:

VV = Valor Venal;

(Vu)_c = Valor Unitário do metro quadrado da construção;

(Vu)_t = Valor unitário do metro quadrado do terreno;

(Ac) = área construída;

(Rs) = Fator de Localização de unidades residenciais, em função da subprefeitura, bairro, distrito ou qualquer outra denominação que venha a ser adotada, de 0,1 (um décimo) a 2,0 (dois inteiros).

(At) = área do terreno;

- Imóveis não residenciais:

$$VV = (Vu)c \times (Ac) \times (Cs) + (Vu)t \times (Rs) \times (At) \times Z$$

Onde:

VV = Valor Venal;

(Vu)_c (Ac), (Vu)_t e (At) = designação semelhante aos imóveis residenciais;

(Cs) = Fator de localização de unidades não residenciais, em função da subprefeitura, bairro, distrito, ou qualquer outra denominação que venha a ser adotada, variando de 0,1 (um décimo) a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).

- Imóveis não residenciais situados nas Zonas Especiais:

$$VV = (Vu)c \times (Ac) \times (Cs-E) + (Vu)t \times (Rs) \times (At) \times Z$$

Onde:

VV = Valor Venal;

(Vu)_c (Ac), (Vu)_t e (At) = designação semelhante aos imóveis residenciais;

(Cs-E) = Fator de localização de unidades não residenciais, em função da subprefeitura, bairro, distrito, ou qualquer outra denominação que venha a ser adotada variando de 0,1 (um décimo) a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).

IMÓVEIS RESIDENCIAIS	
Tipologia da Construção	(Vu) _c
Área Construída Padrão – ACP	RS 1.382,77
Área Construída Padrão Diferente – ACPD	RS 691,38

Área Construída Padrão – ACP conforme estabelecida na Norma Técnica NBR 12721 da ABNT – Associação Brasileira de Norma Técnicas.

Área Construída Padrão Diferente – ACPD conforme estabelecida na Norma Técnica NBR 12721 da ABNT – Associação Brasileira de Norma Técnicas (inclusas coberturas e a cota parte, na proporção da Fração Ideal da Unidade Autônoma das Áreas Construídas de Uso Comum em Edificações Condominiais).

IMÓVEIS NÃO-RESIDENCIAIS	
Tipologia da Construção	(Vu) _c
Loja Térrea	RS 1.979,41
Pavimento Superior	RS 989,72
Galpão	RS 759,63
Telheiro	RS 379,82
Estacionamento	RS 989,72
Área de Uso Comum	RS 975,63

Loja Térrea – Imóvel de utilização Não Residencial ao nível do Solo.

Pavimento Superior - Imóvel de utilização Não Residencial que se encontra num plano superior à Loja Térrea.

Galpão – é uma construção constituída por uma cobertura, sem forro, fechada ou não, na altura total ou em parte, por parede de alvenaria, destinadas aos fins industriais, comerciais e serviços, sendo vedado o uso para habitação.

Telheiro – é a construção constituída por uma cobertura apoiada por pilares ou colunas, aberta em todo o seu perímetro.

Estacionamento – Parte de edificação não residencial destinado ao estacionamento de veículos rodoviários.

Área de Uso Comum – Soma das áreas cobertas e das áreas equivalentes de construção situadas fora dos limites de uso exclusivo de cada unidade autônoma, nos diversos pavimentos da edificação.

Z = Fator de utilização do terreno variando conforme se segue:

Área	Fator
Até 5000,00 m ²	1,00
De 5000,01 m ²	0,90
De 10000,01 m ²	0,75
De 30000,01 m ²	0,60
De 70000,01 m ²	0,55
De 200000,01 m ²	0,45
De 500000,01 m ²	0,35
Acima de 1000000,01 m ²	0,25

ALÍQUOTAS A SEREM APPLICADAS SOBRE O VALOR VENAL DOS IMÓVEIS

Territorial (m ²)	Aliquota (%)
Até 360,00 m ²	1,0
De 360,01 m ²	1,2
De 500,01 m ²	1,4
De 750,01 m ²	1,6
Acima de 1500,01 m ²	2,0

Residencial (m ²)	Aliquota (%)
Até 60,00 m ²	0,8
De 60,01 m ²	0,9
De 90,01 m ²	1,0
Acima de 150,01 m ²	1,1

Não-Residencial e Assemelhados (m ²) (Comercial, Industrial, Galpão e Telheiro)	Aliquota (%)
Até 50,00 m ²	0,9
De 50,01	1,0
Acima de 150,01 m ²	1,1

A "Mais Valia" será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$Vms = Acms \times V \text{ m}^2 \times Irvms$$

Onde:

Vmv – Valor da "mais Valia"

Acmv – Área da Construção de Mais Valia

V m² - Valor da Construção por m² de "Mais Valia"

Irvms – Índice Real de "Mais Valia".

Índice Real de Mais Valia (IRMV).

Utilização	Afastamento Frontal		Taxa de Utilização e Ocupação	
	Residencial	Não Residencial	Residencial	Não Residencial
Índice	0,212	0,318	0,053	0,079

Valor da Construção por m² da Mais Valia – V m²

ZF	(Vu)c	Rs	Vm m ²
ZF01, ZIND	R\$ 1.382,77	0,44	92,59
ZF02, ZF03, ZF04, ZF05, ZF06, ZF07, ZF08	R\$ 1.382,77	0,42	88,38
ZF09, ZF10, ZF11, ZF12, ZF13, ZF14, ZF15, ZF16, ZF17, ZF18, ZF19, ZF20, ZF21, ZF22	R\$ 1.382,77	0,37	77,86
ZF23, ZF24, ZF25, ZF26, ZF27, ZF28, ZF29, ZF30, ZF31, ZF32	R\$ 1.382,77	0,36	75,75
ZF33, ZF34, ZF35, ZF36, ZF37, ZF38, ZF39, ZF40	R\$ 1.382,77	0,13	27,36

LEGENDA

ZF – ZONA FISCAL;

(Vu)c – VALOR UNITÁRIO DO METRO QUADRADO DA CONSTRUÇÃO;

RS – FATOR DE LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES;

Vm m² – VALOR DA CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO DE MAIS VALIA;

ZIND – ZONA DE INTERESSE INDUSTRIAL

O "ISS" dos imóveis legalizados será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ISS e = (ATC \times V \text{ m}^2) \times \text{Aliquota}$$

Onde:

ISS e - Imposto Sobre Serviços Estimados;

ATC – Área Total Construída ou Acrescida;

Vm² - Valor do Custo Médio do Metro Quadrado da Edificação.

Valor do custo médio do (m²) de edificação para cálculo do ISS sobre licença e Legalização de Obras Particulares.

Residencial Padrão Normal	Não residencial Salas e Lojas	Galpão	Telheiro	Edificações com Baixo padrão de Construção
Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
R\$ 109,28	R\$ 152,35	R\$ 56,96	R\$ 37,53	R\$ 38,56

ISS sobre Demolição e ou Desmonte	Valor (R\$)
	RS 40,18

VALORES RESIDENCIAIS

ZF	ACP		ACPD	
	(Vu)c	Rs	(Vu)c	Rs
ZF01	R\$ 1.382,78	0,44	R\$ 691,40	0,44
ZIND	R\$ 1.382,78	0,44	R\$ 691,40	0,44
ZF02	R\$ 1.382,78	0,42	R\$ 691,40	0,42
ZF03	R\$ 1.382,78	0,42	R\$ 691,40	0,42
ZF04	R\$ 1.382,78	0,42	R\$ 691,40	0,42
ZF05	R\$ 1.382,78	0,42	R\$ 691,40	0,42
ZF06	R\$ 1.382,78	0,42	R\$ 691,40	0,42
ZF07	R\$ 1.382,78	0,42	R\$ 691,40	0,42
ZF08	R\$ 1.382,78	0,42	R\$ 691,40	0,42
ZF09	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF10	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF11	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF12	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF13	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF14	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF15	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF16	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF17	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF18	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF19	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF20	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF21	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF22	R\$ 1.382,78	0,37	R\$ 691,40	0,37
ZF23	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF24	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF25	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF26	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF27	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF28	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF29	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF30	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF31	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF32	R\$ 1.382,78	0,36	R\$ 691,40	0,36
ZF33	R\$ 1.382,78	0,13	R\$ 691,40	0,13
ZF34	R\$ 1.382,78	0,13	R\$ 691,40	0,13
ZF35	R\$ 1.382,78	0,13	R\$ 691,40	0,13
ZF36	R\$ 1.382,78	0,13	R\$ 691,40	0,13
ZF37	R\$ 1.382,78	0,13	R\$ 691,40	0,13
ZF38	R\$ 1.382,78	0,13	R\$ 691,40	0,13
ZF39	R\$ 1.382,78	0,13	R\$ 691,40	0,13
ZF40	R\$ 1.382,78	0,13	R\$ 691,40	0,13

LEGENDA									
ZF = Zona Fiscal									
ACP = Área Const. Padrão									
ACPD = Área Const. Padrão Diferente									
ZIND = Zona de Interesse Industrial									

VALORES NÃO - RESIDENCIAIS

ZF	LOJA TÉRREA		PAVIMENTO SUPERIOR		GALPÃO		TELHEIRO		ESTACIONAMENTO		USO COMUM	
	(Vu)c	Cs	(Vu)c	Cs	(Vu)c	Cs	(Vu)c	Cs	(Vu)c	Cs	(Vu)c	Cs
ZF01	R\$ 1.979,41	0,44	R\$ 1.045,49	0,44	R\$ 759,78	0,43	R\$ 379,88	0,43	R\$ 989,70	0,44	R\$ 989,70	0,44
ZIND	R\$ 1.979,41	0,44	R\$ 1.045,49	0,44	R\$ 759,78	0,43	R\$ 379,88	0,43	R\$ 989,70	0,42	R\$ 989,70	0,42
ZF02	R\$ 1.979,41	0,42	R\$ 1.045,49	0,42	R\$ 759,78	0,41	R\$ 379,88	0,41	R\$ 989,70	0,42	R\$ 989,70	0,42
ZF03	R\$ 1.979,41	0,42	R\$ 1.045,49	0,42	R\$ 759,78	0,41	R\$ 379,88	0,41	R\$ 989,70	0,42	R\$ 989,70	0,42
ZF04	R\$ 1.979,41	0,42	R\$ 1.045,49	0,42	R\$ 759,78	0,41	R\$ 379,88	0,41	R\$ 989,70	0,42	R\$ 989,70	0,42
ZF05	R\$ 1.979,41	0,42	R\$ 1.045,49	0,42	R\$ 759,78	0,41	R\$ 379,88	0,41	R\$ 989,70	0,42	R\$ 989,70	0,42
ZF06	R\$ 1.979,41	0,42	R\$ 1.045,49	0,42	R\$ 759,78	0,41	R\$ 379,88	0,41	R\$ 989,70	0,42	R\$ 989,70	0,42
ZF07	R\$ 1.979,41	0,42	R\$ 1.045,49	0,42	R\$ 759,78	0,41	R\$ 379,88	0,41	R\$ 989,70	0,42	R\$ 989,70	0,42
ZF08	R\$ 1.979,41	0,42	R\$ 1.045,49	0,42	R\$ 759,78	0,41	R\$ 379,88	0,41	R\$ 989,70	0,42	R\$ 989,70	0,42
ZF09	R\$ 1.979,41	0,37	R\$ 1.045,49	0,37	R\$ 759,78	0,40	R\$ 379,88	0,40	R\$ 989,70	0,37	R\$ 989,70	0,37
ZF10	R\$ 1.979,41	0,37	R\$ 1.045,49	0,37	R\$ 759,78	0,40	R\$ 379,88	0,40	R\$ 989,70	0,37	R\$ 989,70	0,37
ZF11	R\$ 1.979,41	0,37	R\$ 1.045,49	0,37	R\$ 759,78	0,40	R\$ 379,88	0,40	R\$ 989,70	0,37	R\$ 989,70	0,37
ZF12	R\$ 1.979,41	0,37	R\$ 1.045,49	0,37	R\$ 759,78	0,40	R\$ 379,88	0,40	R\$ 989,70	0,37	R\$ 989,70	0,37
ZF13	R\$ 1.979,41	0,37	R\$ 1.045,49	0,37	R\$ 759,78	0,40	R\$ 379,88	0,40	R\$ 989,70	0,37	R\$ 989,70	0,3

ZF21	RS 1.979,41	0,37	RS 1.045,49	0,37	RS 759,78	0,40	RS 379,88	0,40	RS 989,70	0,37	RS 989,70	0,37
ZF22	RS 1.979,41	0,37	RS 1.045,49	0,37	RS 759,78	0,40	RS 379,88	0,40	RS 989,70	0,37	RS 989,70	0,37
ZF23	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF24	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF25	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF26	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF27	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF28	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF29	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF30	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF31	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF32	RS 1.979,41	0,36	RS 1.045,49	0,36	RS 759,78	0,30	RS 379,88	0,30	RS 989,70	0,36	RS 989,70	0,36
ZF33	RS 1.979,41	0,13	RS 1.045,49	0,13	RS 759,78	0,29	RS 379,88	0,29	RS 989,70	0,13	RS 989,70	0,13
ZF34	RS 1.979,41	0,13	RS 1.045,49	0,13	RS 759,78	0,29	RS 379,88	0,29	RS 989,70	0,13	RS 989,70	0,13
ZF35	RS 1.979,41	0,13	RS 1.045,49	0,13	RS 759,78	0,29	RS 379,88	0,29	RS 989,70	0,13	RS 989,70	0,13
ZF36	RS 1.979,41	0,13	RS 1.045,49	0,13	RS 759,78	0,29	RS 379,88	0,29	RS 989,70	0,13	RS 989,70	0,13
ZF37	RS 1.979,41	0,13	RS 1.045,49	0,13	RS 759,78	0,29	RS 379,88	0,29	RS 989,70	0,13	RS 989,70	0,13
ZF38	RS 1.979,41	0,13	RS 1.045,49	0,13	RS 759,78	0,29	RS 379,88	0,29	RS 989,70	0,13	RS 989,70	0,13
ZF39	RS 1.979,41	0,13	RS 1.045,49	0,13	RS 759,78	0,29	RS 379,88	0,29	RS 989,70	0,13	RS 989,70	0,13
ZF40	RS 1.979,41	0,13	RS 1.045,49	0,13	RS 759,78	0,29	RS 379,88	0,29	RS 989,70	0,13	RS 989,70	0,13

LEGENDA

ZF = Zona Fiscal

ZIND = Zona de Interesse Industrial

VALORES TERRITORIAIS

ZF	TERRITORIAL	
	(Vu)c	Rs
ZF01	RS 279,37	0,44
ZIND	RS 279,37	0,44
ZF02	RS 279,37	0,39
ZF03	RS 279,37	0,39
ZF04	RS 279,37	0,39
ZF05	RS 279,37	0,39
ZF06	RS 279,37	0,39
ZF07	RS 279,37	0,39
ZF08	RS 279,37	0,39
ZF09	RS 279,37	0,33
ZF10	RS 279,37	0,33
ZF11	RS 279,37	0,33
ZF12	RS 279,37	0,33
ZF13	RS 279,37	0,33
ZF14	RS 279,37	0,33
ZF15	RS 279,37	0,33
ZF16	RS 279,37	0,33
ZF17	RS 279,37	0,33
ZF18	RS 279,37	0,33
ZF19	RS 279,37	0,33
ZF20	RS 279,37	0,33
ZF21	RS 279,37	0,33
ZF22	RS 279,37	0,33
ZF23	RS 279,37	0,28
ZF24	RS 279,37	0,28
ZF25	RS 279,37	0,28
ZF26	RS 279,37	0,28
ZF27	RS 279,37	0,28
ZF28	RS 279,37	0,28
ZF29	RS 279,37	0,28
ZF30	RS 279,37	0,28
ZF31	RS 279,37	0,28
ZF32	RS 279,37	0,28
ZF33	RS 279,37	0,22
ZF34	RS 279,37	0,22
ZF35	RS 279,37	0,22
ZF36	RS 279,37	0,22
ZF37	RS 279,37	0,22
ZF38	RS 279,37	0,22
ZF39	RS 279,37	0,22
ZF40	RS 279,37	0,22

LEGENDA

ZF = Zona Fiscal

ZIND = Zona de Interesse Industrial

LOGRADOUROS DAS ZONAS ESPECIAIS - ZE

TIPO	LOGRADOURO	BAIRRO	ZF	TRECHO
RUA	ALMIRANTE BATISTA DAS NEVES	CHATUBA	ZF13	ENTRE OS N. ^o 298 E 920
RUA	ALMIRANTE BATISTA DAS NEVES	CHATUBA	ZF33	DEPOIS DO N. ^o 920
RUA	AMBROSIO	VILA EMIL	ZF05	ATÉ O N. ^o 548
RUA	ARTHUR DE OLIVEIRA VECCHI	CENTRO	ZF01	DO INÍCIO ATÉ N. ^o 190
RUA	BRAULIO	SANTO ELIAS	ZF26	ATÉ O N. ^o 170
AV	CARLOS MARQUES ROLLO	JUSCELINO	ZF08	ATÉ O N. ^o 170
AV	CARLOS MARQUES ROLLO	SANTO ELIAS	ZF26	DEPOIS DO N. ^o 170
AV	COELHO DA ROCHA	BNH	ZF19	ENTRE O N. ^o 720 E 1300
AV	COELHO DA ROCHA	ROCHA SOBRINHO	ZF20	ENTRE OS N. ^o 1300 E 2290
AV	COELHO DA ROCHA	VILA NORMA	ZF30	DEPOIS DO N. ^o 2290
RUA	COSMORAMA	COSMORAMA	ZF06	DEPOIS DO N. ^o 160
RUA	COSMORAMA	ZF23	ATÉ O N. ^o 160	
RUA	DELFINA BORGES	JACUTINGA	ZF27	ATÉ O N. ^o 811
AV	DOS OLIVEIRAS	BNH	ZF19	DEPOIS DO N. ^o 146
EST	FELICIANO SODRÉ	CENTRO	ZF01	ENTRE OS N. ^o 1954 ATÉ 2112
AV	GOVERNADOR CELSO PEÇANHA	CRUZEIRO DO SUL	ZF04	ATÉ O N. ^o 463
AV	GOVERNADOR CELSO PEÇANHA	CRUZEIRO DO SUL	ZF09	ENTRE OS N. ^o 463 E 650
AV	GOVERNADOR CELSO PEÇANHA	BANCO DE AREIA	ZF22	DEPOIS DO N. ^o 650
RUA	MARCIAL	JUSCELINO	ZF08	INTEGRAL
RUA	MARIA MENDES VECCHI	CENTRO	ZF01	DO INÍCIO ATÉ N. ^o 305
RUA	MISTER WATKINS	CENTRO	ZF01	DO INÍCIO ATÉ N. ^o 150
RUA	MISTER WATKINS	CENTRO	ZF02	DEPOIS DO N. ^o 150
RUA	PAULO	CENTRO	ZF03	ATÉ O N. ^o 12
PC	PREF. JOÃO LUIZ DO NASCIMENTO	CENTRO	ZF03	INTEGRAL
RUA	PREF. JOSÉ MONTES PAIXÃO	CENTRO	ZF01	DO N. ^o 1737 ATÉ O FIM
RUA	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	EDSON PASSOS	ZF07	DO INÍCIO ATÉ N. ^o 440
ROD	PRESIDENTE DUTRA	BNH	ZF19	ATÉ O N. ^o 9800
ROD	PRESIDENTE DUTRA	INDUSTRIAL	ZIND	DEPOIS DO N. ^o 9800
RUA	RAUL	CENTRO	ZF03	ATÉ O N. ^o 81
PC	SEC. ELIZABETH PAIXÃO	CENTRO	ZF01	INTEGRAL
AV	UNIÃO	SANTA TEREZINHA	ZF14	DO INÍCIO ATÉ N. ^o 1295
AV	UNIÃO	ALTO URUGUAI	ZF15	DEPOIS DO N. ^o 1295

VALORES NÃO RESIDENCIAIS NAS ZONAS ESPECIAIS - ZE

ZF	LOJA TÉREA	PAVIMENTO SUPERIOR	GALPÃO	TELHEIRO	ESTACIONAMENTO	USO COMUM		
	(Vu)c	Cs - E	(Vu)c	Cs - E	(Vu)c	Cs - E	(Vu)c	Cs - E
ZF01	RS 1.979,40	0,46	RS 1.045,49	0,46	RS 759,77	0,45	RS 379,88	0,45
ZIND	RS 1.979,40	0,46	RS 1.045,49	0,46	RS 759,77	0,45	RS 379,88	0,45
ZF02	RS 1.979,40	0,44	RS 1.045,49	0,44	RS 759,77	0,43	RS 379,88	0,43
ZF03	RS 1.979,40	0,44	RS 1.045,49	0,44	RS 759,77	0,43	RS 379,88	0,43
ZF04	RS 1.979,40	0,44	RS 1.045,49	0,44	RS 759,77	0,43	RS 379,88	0,43
ZF05	RS 1.979,40	0,44	RS 1.045,49	0,44	RS 759,77	0,43	RS 379,88	0,43
ZF07	RS 1.979,40	0,44	RS 1.045,49	0,44	RS 759,77	0,43	RS 379,88	0,43
ZF08	RS 1.979,40	0,44	RS 1.045,49	0,44	RS 759,77	0,43	RS 379,88	0,43
ZF09	RS 1.979,40	0,39	RS 1.045,49	0,39	RS 759,77	0,42	RS 379,88	0,42
ZF13	RS 1.979,40	0,39	RS 1.045,49	0,39	RS 759,77	0,42	RS 379,88	0,42
ZF14	RS 1.979,40	0,39	RS 1.045,49	0,39	RS 759,77	0,42	RS 379,88	0,42
ZF15	RS 1.979,40	0,39	RS 1.045,49	0,39	RS 759,77	0,42	RS 379,88	0,42
ZF19	RS 1.979,40	0,39	RS 1.045,49	0,39	RS 759,77	0,42	RS 379,88	0,42
ZF20	RS 1.979,40	0,39	RS 1.045,49	0,39	RS 759,77	0,42	RS 379,88	0,42
ZF22	RS 1.979,40	0,39	RS 1.045,49	0,39	RS 759,77	0,42	RS 379,88	0,42
ZF23	RS 1.979,40	0,38	RS 1.045,49	0,38	RS 759,77	0,31	RS 379,88	0,31
ZF26	RS 1.979,40	0,38	RS 1.045,49	0,38	RS 759,77	0,31	RS 379,88	0,31
ZF27	RS 1.979,40	0,38	RS 1.045,49	0,38	RS 759,77	0,31	RS 379,88	0,31
ZF30	RS 1.979,40	0,38	RS 1.045,49	0,38	RS 759,77	0,31	RS 379,88	0,31
ZF33	RS 1.979,40	0,14	RS 1.045,49	0,14	RS 759,77	0,30	RS 379,88	0,30

ANEXO XV

TABELA ALVARÁ

CNAE Subclasses 2.1		em moeda R\$			
código	denominação	TLLI	TIS	TSCL	TFE
Seção A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura					
0111-3/01	Cultivo de arroz	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0111-3/02	Cultivo de milho	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0111-3/03	Cultivo de trigo	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0112-1/02	Cultivo de juta	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0114-8/00	Cultivo de fumo	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0115-6/00	Cultivo de soja	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0116-4/01	Cultivo de amendoim	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0116-4/02	Cultivo de girassol	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0116-4/03	Cultivo de mamona	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/01	Cultivo de abacaxi	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/02	Cultivo de alho	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/04	Cultivo de cebola	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/05	Cultivo de feijão	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/06	Cultivo de mandioca	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/07	Cultivo de melão	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/08	Cultivo de melancia	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0121-1/01	Horticultura, exceto morango	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0121-1/02	Cultivo de morango	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0122-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0131-8/00	Cultivo de laranja	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0132-6/00	Cultivo de uva	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/01	Cultivo de açaí	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/02	Cultivo de banana	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/03	Cultivo de caju	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/04	Cultivo de citrícios, exceto laranja	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/05	Cultivo de coco-da-baía	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/06	Cultivo de guaraná	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/07	Cultivo de maçã	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/08	Cultivo de mamão	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/09	Cultivo de maracujá	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/10	Cultivo de manga	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/11	Cultivo de pêssego	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0133-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0134-2/00	Cultivo de café	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0135-1/00	Cultivo de cacau	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0139-3/01	Cultivo de chá-da-india	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0139-3/02	Cultivo de erva-mate	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0139-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0139-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0139-3/05	Cultivo de dendê	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0139-3/06	Cultivo de seringueira	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0139-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0142-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0151-2/01	Criação de bovinos para corte	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0151-2/02	Criação de bovinos para leite	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0151-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0152-1/01	Criação de bufalinos	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0152-1/02	Criação de equinos	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0152-1/03	Criação de asininos e muares	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0153-9/01	Criação de caprinos	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0153-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0154-7/00	Criação de suínos	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0155-5/01	Criação de frangos para corte	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0155-5/02	Produção de pintos de um dia	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0155-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19

0155-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0155-5/05	Produção de ovos	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0159-8/01	Apicultura	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0159-8/02	Criação de animais de estimação	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0159-8/03	Criação de escargô	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0159-8/04	Criação de bicho-da-seda	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0159-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0161-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0162-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0162-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0162-8/03	Serviço de manejo de animais	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0162-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0163-6/00	Atividades de pós-colheita	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0170-9/00	Caça e serviços relacionados	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/01	Cultivo de eucalipto	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/02	Cultivo de acácia-negra	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/03	Cultivo de pinus	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/04	Cultivo de teca	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/05	Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0210-1/99	Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0220-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0220-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0220-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0220-9/04	Coleta de fátex em florestas nativas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0220-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0220-9/06	Conservação de florestas nativas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0220-9/99	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0230-6/00	Atividades de apoio à produção florestal	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0311-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0311-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0312-4/01	Pesca de peixes em água doce	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0312-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0312-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0312-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0321-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0321-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0321-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0321-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0321-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0321-3/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0322-1/01	Criação de peixes em água doce	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0322-1/02	Criação de camarões em água doce	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0322-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0322-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0322-1/05	Ranicultura	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0322-1/06	Criação de jacaré	RS1.992,94	RS774,91	RS1.170,27	RS581,19
0322-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água				

0710-3/01	Extração de minério de ferro	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0710-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0721-9/01	Extração de minério de alumínio	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0721-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0722-7/01	Extração de minério de estanho	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0722-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0723-5/01	Extração de minério de manganês	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0723-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0724-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0725-1/00	Extração de minerais radioativos	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0729-4/01	Extração de minérios de níobio e titânio	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0729-4/02	Extração de minério de tungstênio	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0729-4/03	Extração de minério de níquel	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0729-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0729-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/05	Extração de gesso e caulim	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0810-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0891-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0892-4/01	Extração de sal marinho	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0892-4/02	Extração de sal-gema	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0893-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0899-1/01	Extração de grafita	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0899-1/02	Extração de quartzo	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0899-1/03	Extração de amianto	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0899-1/99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0910-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0990-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0990-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
0990-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	RS\$2.391,53	RS\$929,90	RS\$774,91	RS\$697,42
Seção C - Indústrias de transformação					
1011-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1011-2/02	Frigorífico - abate de equinos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1011-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1011-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1011-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1012-1/01	Abate de aves	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1012-1/02	Abate de pequenos animais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1012-1/03	Frigorífico - abate de suínos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1012-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1013-9/01	Fabricação de produtos de carne	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1020-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1020-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1031-7/00	Fabricação de conservas de frutas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1032-5/01	Fabricação de conservas de palmito	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1032-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1033-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1033-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1041-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82

1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1051-1/00	Preparação do leite	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1052-0/00	Fabricação de laticínios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1053-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1061-9/01	Beneficiamento de arroz	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1061-9/02	Fabricação de produtos de arroz	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1065-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1066-0/00	Fabricação de alimentos para animais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1069-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1081-3/01	Beneficiamento de café	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1081-3/02	Torrefação e moagem de café	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1082-1/00	Fabricação de produtos à base de café	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1091-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1091-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1096-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1099-6/01	Fabricação de vinagres	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1099-6/04	Fabricação de gelo comum	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1099-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1111-9/01	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1111-9/02	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1112-7/00	Fabricação de vinho	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1113-5/01	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1113-5/02	Fabricação de cervejas e chopes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1121-6/00	Fabricação de águas envasadas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1122-4/01	Fabricação de refrigerantes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1122-4/02	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1122-4/03	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1122-4/04	Fabricação de bebidas isotônicas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1210-7/00	Processamento industrial do fumo	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1220-4/01	Fabricação de cigarros	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1220-4/02	Fabricação de cigarrilhas e charutos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1220-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1220-4/99	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarrilhas e charutos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS

1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1352-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1353-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1411-8/01	Confecção de roupas íntimas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1411-8/02	Façação de roupas íntimas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1412-6/03	Façação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1413-4/03	Façação de roupas profissionais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1421-5/00	Fabricação de meias	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1531-9/01	Fabricação de calçados de couro	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1610-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1610-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1721-4/00	Fabricação de papel	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1811-3/01	Impressão de jornais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1812-1/00	Impressão de material de segurança	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1813-0/99	Impressão de material para outros usos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1821-1/00	Serviços de pré-impressão	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1822-9/00	Serviços de acabamentos gráficos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1822-9/01	Serviços de enederação e plastificação	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1822-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto enederação e plastificação	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82

1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1910-1/00	Coqueiras	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/05/1922	Formulação de combustíveis	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/05/1922	Rerrefinação de óleos lubrificantes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1931-4/00	Fabricação de álcool	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2014-2/00	Fabricação de gases industriais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/03/2019	Elaboração de combustíveis nucleares	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2022-3/00	Fabricação de intermediários para plástificantes, resinas e fibras	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2033-9/00	Fabricação de elastômeros	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2051-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/04/2092	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/04/2092	Fabricação de artigos pirotécnicos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
03/04/2092	Fabricação de fósforos de segurança	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2094-1/00	Fabricação de catalisadores	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/01/2099	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2110-6/00	Fabricação de produtos farmaquímicos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/01/2121	Fabricação de medicamentos alopatônicos para uso humano	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/01/2121	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
03/01/2121	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/03/2229	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/03/2229	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
03/03/2229	Fabricação de artef				

03/03/2330	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
04/03/2330	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
05/03/2330	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/07/2342	Fabricação de azulejos e pisos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/07/2342	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/04/2349	Fabricação de material sanitário de cerâmica	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/05/2391	Britamento de pedras, exceto associado à extração	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/05/2391	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
03/05/2391	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2392-3/00	Fabricação de cal e gesso	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/01/2399	Decoração, lapidação, gravura, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/01/2399	Fabricação de abrasivos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2411-3/00	Produção de ferro-gusa	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2412-1/00	Produção de ferroligas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2421-1/00	Produção de semi-acabados de aço	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/09/2422	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/09/2422	Produção de laminados planos de aços especiais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/07/2423	Produção de tubos de aço sem costura	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/07/2423	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/05/2424	Produção de arames de aço	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/05/2424	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/05/2441	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/05/2441	Produção de laminados de alumínio	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2443-1/00	Metalurgia do cobre	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/01/2449	Produção de zinco em formas primárias	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/01/2449	Produção de laminados de zinco	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
03/01/2449	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2449-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2451-2/00	Fundição de ferro e aço	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2452-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/04/2531	Produção de forjados de aço	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/04/2531	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/02/2532	Produção de artefatos estampados de metal	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/02/2532	Metalurgia do pó	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2539-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2539-0/02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2542-0/00	Fabricação de artigos de serraria, exceto esquadrias	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2543-8/00	Fabricação de ferramentas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/01/2550	Fabricação de equipamento bêlico pesado, exceto veículos militares de combate	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/01/2550	Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/06/2592	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/06/2592	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/03/2599	Serviços de confecção de armações metálicas para construção	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/03/2599	Serviço de corte e dobra de metais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82

2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/01/2670	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/01/2670	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/04/2710	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/04/2710	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
03/04/2710	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/08/2722	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/08/2722	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/06/2740	Fabricação de lâmpadas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/06/2740	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/07/2759	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/02/2790	Fabricação de elétrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/02/2790	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/03/2814	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/03/2814	Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/01/2815	Fabricação de rolamentos para fins industriais	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/01/2815	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/06/2821	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/06/2821	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/04/2822	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/04/2822	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
01/01/2824	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
02/01/2824	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82
2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	RS\$3.435,33	RS\$2.340,16	RS\$1.937,29	RS\$1.001,82

01/01/2829	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletroônicos para escritório, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artelados, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
01/07/2910	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
02/07/2910	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
03/07/2910	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
01/04/2920	Fabricação de caminhões e ônibus	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
02/04/2920	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
01/01/2930	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
02/01/2930	Fabricação de carrocerias para ônibus	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
03/01/2930	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
01/02/2949	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
2950-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
01/03/3011	Construção de embarcações de grande porte	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
02/03/3011	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3041-5/00	Fabricação de aeronaves	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
01/01/3091	Fabricação de motocicletas	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
02/01/3091	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82

3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3104-7/00	Fabricação de colchões	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
01/06/3211	Lapidação de gemas	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
02/06/3211	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
03/06/3211	Cunhagem de moedas e medalhas	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
01/07/3250	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
02/07/3250	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
03/07/3250	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
04/07/3250	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
05/07/3250	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
06/07/3250	Serviços de prótese dentária	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
07/07/3250	Fabricação de artigos ópticos	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
09/07/3250	Serviços de laboratórios ópticos	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
01/02/3292	Fabricação de roupas de proteção e segurança	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
02/02/3292	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	R\$3.435,33	R\$2.340,16	R\$1.937,29	R\$1.001,82
13/07/3314	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
14/07/3314	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração mineral	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
15/07/3314	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
16/07/3314	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
17/07/3314	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
18/07/3314	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
19/07/3314	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
20/07/3314	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
21/07/3314	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artelados	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
22/07/3314	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria plástico	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
3314-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
3315-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
01/03/3316	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
02/03/3316	Manutenção de aeronaves na pista	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
01/01/3317	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
02/01/3317	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
01/05/3329	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82
3329-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	R\$3.435,33	R\$232,62	R\$224,91	R\$1.001,82

Seção D - Eletricidade e gás

01/05/3511 Geração de energia elétrica

02/05/3511 Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica

3512-3/00	Transmissão de energia elétrica	RS\$1.870,87	RS\$3.874,57	RS\$4.648,83	RS\$9.294,24
3513-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	RS\$1.870,87	RS\$3.874,57	RS\$4.648,83	RS\$9.294,24
3514-0/00	Distribuição de energia elétrica	RS\$1.870,87	RS\$3.874,57	RS\$4.648,83	RS\$9.294,24
01/04/3520	Produção de gás; processamento de gás natural	RS\$1.870,87	RS\$3.874,57	RS\$4.648,83	RS\$9.294,24
02/04/3520	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	RS\$1.870,87	RS\$3.874,57	RS\$4.648,83	RS\$9.294,24
3530-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	RS\$1.870,87	RS\$3.874,57	RS\$4.648,83	RS\$9.294,24
Seção E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação					
01/06/3600	Captação, tratamento e distribuição de água	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
02/06/3600	Distribuição de água por caminhões	RS\$3.985,89	RS\$774,91	RS\$774,91	RS\$1.162,37
3701-1/00	Gestão de redes de esgoto	RS\$11.971,22	RS\$774,91	RS\$774,91	RS\$3.491,07
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
3811-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
01/09/3831	Recuperação de sucatas de alumínio	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
01/04/3839	Usinas de compostagem	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
3839-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
3900-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	RS\$27.901,24	RS\$5.424,40	RS\$7.749,15	RS\$8.136,61
Seção F - Construção					
4110-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
4120-4/00	Construção de edifícios	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
01/01/4211	Construção de rodovias e ferrovias	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
02/01/4211	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
4212-0/00	Construção de obras-de-arte especiais	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
01/09/4221	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
02/09/4221	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
03/09/4221	Mantenção de redes de distribuição de energia elétrica	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
04/09/4221	Construção de estações e redes de telecomunicações	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
05/09/4221	Mantenção de estações e redes de telecomunicações	RS\$2.391,53	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,42
01/07/4222	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
02/07/4222	Obras de irrigação	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	RS\$5.580,25	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.627,32
01/08/4292	Montagem de estruturas metálicas	RS\$2.391,53	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,42
02/08/4292	Obras de montagem industrial	RS\$2.391,53	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,42
01/05/4299	Construção de instalações esportivas e recreativas	RS\$2.391,53	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,42
4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
01/08/4311	Demolição de edifícios e outras estruturas	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
02/08/4311	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	RS\$2.391,53	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,42
4312-6/00	Perfurações e sondagens	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
4313-4/00	Obras de terraplenagem	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	RS\$1.992,94	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$581,19
01/03/4322	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	RS\$1.992,94	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$581,19
02/03/4322	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	RS\$1.594,36	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$464,95
03/03/4322	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	RS\$1.594,36	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$464,95
01/01/4329	Instalação de painéis publicitários	RS\$1.594,36	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$464,95
02/01/4329	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre	RS\$1.594,36	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$464,95
03/01/4329	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	RS\$2.391,53	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,42
04/01/4329	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	RS\$2.391,53	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,42
05/01/4329	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	RS\$1.594,36	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$464,95
4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	RS\$1.594,36	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$464,95
01/04/4330	Impermeabilização em obras de engenharia civil	RS\$2.391,13	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,30
02/04/4330	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	RS\$119,85	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$34,95

03/04/4330	Obras de acabamento em gesso e estuque	RS\$20,33	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$5,93
04/04/4330	Serviços de pintura de edifícios em geral	RS\$20,33	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$5,93
05/04/4330	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	RS\$1.992,94	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$581,19
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção	RS\$1.195,77	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$348,71
4391-6/00	Obras de fundações	RS\$2.391,53	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,42
01/01/4399	Administração de obras	RS\$54,20	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$15,81
02/01/4399	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	RS\$1.195,77	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$348,71
03/01/4399	Obras de alvenaria	RS\$1.195,77	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$348,71
04/01/4399	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	RS\$2.431,78	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$709,16
05/01/4399	Perfuração e construção de poços de água	RS\$2.391,53	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$697,42
4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	RS\$3.985,89	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$1.162,37
Seção G - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas					
01/01/4511	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	RS\$11.957,67	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$3.487,12
02/01/4511	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	RS\$7.971,78	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$2.324,74
03/01/4511	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	RS\$23.915,35	RS\$774,91	RS\$774,91	RS\$6.974,23
04/01/4511	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	RS\$27.901,24	RS\$929,90	RS\$929,90	RS\$8.136,61
05/01/4511	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	RS\$23.915,35	RS\$929,90	RS\$929,90	RS\$6.974,23
06/01/4511	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	RS\$31.887,13	RS\$929,90	RS\$929,90	RS\$9.298,98
01/09/4512	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	RS\$1.195,77	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$348,71
02/09/4512	Comércio sob consignação de veículos automotores	RS\$11.957,67	RS\$387,46	RS\$387,46	RS\$3.487,12
4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	RS\$1.195,77	RS\$387,46	RS\$774,91	RS\$348,71
4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	RS\$1.195,77	RS\$387,46	RS\$774,91	RS\$348,71
4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	RS\$1.195,77	RS\$387,46	RS\$774,91	RS\$348,71
4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	RS\$1.992,94	RS\$387,46	RS\$1.162,37	RS\$581,19
4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	RS\$1.992,94	RS\$387,46	RS\$1.162,37	RS\$581,19
4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	RS\$1.195,77	RS\$387,46	RS\$774,91	RS\$348,71
4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	RS\$1.195,77	RS\$306,01	RS\$306,01	RS\$348,71
4520-0/08	Serviços de capotaria	RS\$1.195,77	RS\$306,01	RS\$774,91	RS\$348,71
01/07/4530	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	RS\$1.992,94	RS\$306,01	RS\$619,93	RS\$581,19
02/07/4530	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	RS\$1.992,94	RS\$306,01	RS\$774,91	RS\$581,19
03/07/4530	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	RS\$797,18	RS\$306,01	RS\$387,46	RS\$232,47
04/07/4530	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	RS\$797,18	RS\$306,01	RS\$387,46	RS\$232,47
05/07/4530	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	RS\$797,18	RS\$306,01	RS\$387,46	RS\$232,47
06/07/4530	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	RS\$1.195,77	RS\$306,01	RS\$387,46	RS\$348,71
01/02/4541	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	RS\$1.992,94	RS\$306,01	RS\$306,01	RS\$581,19
02/02/4541	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	RS\$1.992,94	RS\$306,01	RS\$306,01	RS\$581,19
03/02/4541	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas novas	RS\$2.790,12	RS\$306,01	RS\$306,01	RS\$813,66
04/02/4541	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas usadas	RS\$1.992,94	RS\$232,47	RS\$232,47	RS\$581,19
05/02/4541	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas usadas	RS\$797,90	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$232,68
01/01/4542	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	RS\$1.195,77	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$348,71
02/01/4542	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	RS\$1.195,77	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$348,71
4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	RS\$1.195,77	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$348,71
4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	RS\$1.195,77	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$348,71
4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	RS\$1.992,94	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$581,19
4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	RS\$1.992,94	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$581,19
4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	RS\$1.992,94	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$581,19
4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	RS\$1.992,94	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$581,19
4616-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de textéis, vestuário, calçados e artigos de uso doméstico	RS\$1.992,94	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$581,19
4617-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	RS\$1.992,94	RS\$232,44	RS\$232,44	RS\$581,19

01/04/4618	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	R\$1.992,94	RS232,44	RS232,44	RS581,19
02/04/4618	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	R\$1.992,94	RS232,44	RS232,44	RS581,19
03/04/4618	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	R\$1.992,94	RS232,44	RS232,44	RS581,19
4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	R\$1.992,94	RS232,44	RS232,44	RS581,19
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	R\$1.992,94	RS232,44	RS232,44	RS581,19
4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4622-2/00	Comércio atacadista de soja	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/01/4623	Comércio atacadista de animais vivos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/01/4623	Comércio atacadista de couros, lâs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/01/4623	Comércio atacadista de algodão	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
04/01/4623	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
05/01/4623	Comércio atacadista de cacau	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
06/01/4623	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e grama	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
07/01/4623	Comércio atacadista de sisal	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
08/01/4623	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
09/01/4623	Comércio atacadista de alimentos para animais	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4623-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/08/4633	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/08/4633	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/08/4633	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/06/4634	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/06/4634	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/06/4634	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/04/4635	Comércio atacadista de água mineral	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/04/4635	Comércio atacadista de cerveja, chopp e refrigerante	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/04/4635	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/02/4636	Comércio atacadista de fumo beneficiado	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/02/4636	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/01/4637	Comércio atacadista de café torrado, moido e solível	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/01/4637	Comércio atacadista de açúcar	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/01/4637	Comércio atacadista de óleos e gorduras	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
04/01/4637	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
05/01/4637	Comércio atacadista de massas alimentícias	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
06/01/4637	Comércio atacadista de sorvetes	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
07/01/4637	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/07/4639	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/07/4639	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/09/4641	Comércio atacadista de tecidos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/09/4641	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/09/4641	Comércio atacadista de artigos de armarinho	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/07/4642	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/07/4642	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/05/4643	Comércio atacadista de calçados	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/05/4643	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42

01/03/4644	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/03/4644	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/01/4645	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/01/4645	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/01/4645	Comércio atacadista de produtos odontológicos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/08/4647	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/08/4647	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/04/4649	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/04/4649	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/04/4649	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
04/04/4649	Comércio atacadista de móveis e artigos de colcharia	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
05/04/4649	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria, persianas e cortinas	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
06/04/4649	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
07/04/4649	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
08/04/4649	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
09/04/4649	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
10/04/4649	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4649-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/06/4651	Comércio atacadista de equipamentos de informática	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/06/4651	Comércio atacadista de suprimentos para informática	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4661-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4662-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4663-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4665-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/09/4669	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4669-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4672-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4673-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4674-5/00	Comércio atacadista de cimento	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/06/4679	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/06/4679	Comércio atacadista de mármores e granitos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/06/4679	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
04/06/4679	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/08/4681	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/08/4681	Comércio atacadista de combustíveis realizada por transportador retalhista (TRR)	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/08/4681	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
04/08/4681	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
05/08/4681	Comércio atacadista de lubrificantes	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4682-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42

4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/02/4684	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/02/4684	Comércio atacadista de solventes	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4685-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/09/4686	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/09/4686	Comércio atacadista de embalagens	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/07/4687	Comércio atacadista de resídios de papel e papelão	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/07/4687	Comércio atacadista de resíduos e sacatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
03/07/4687	Comércio atacadista de resíduos e sacatas metálicos	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/03/4689	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis beneficiados	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
02/03/4689	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4689-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4692-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
4693-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	RS2.391,53	RS774,91	RS774,91	RS697,42
01/03/4711	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	RS23.915,35	RS1.937,29	RS2.324,74	RS6.974,23
02/03/4711	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	RS15.943,57	RS1.937,29	RS2.324,74	RS4.649,49
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	RS1.594,36	RS929,90	RS1.162,37	RS464,95
4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines	RS19.929,46	RS1.937,29	RS2.324,74	RS5.811,86
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	RS9.566,14	RS1.937,29	RS2.324,74	RS2.789,69
4713-0/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	RS15.943,57	RS2.324,74	RS2.712,20	RS4.649,49
02/01/4721	Padaria e confeitearia com predominância de revenda	RS1.195,77	RS774,91	RS774,91	RS348,71
03/01/4721	Comércio varejista de laticínios e frios	RS797,18	RS619,93	RS619,93	RS232,47
04/01/4721	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	RS797,18	RS619,93	RS619,93	RS232,47
01/09/4722	Comércio varejista de carnes - açoogues	RS1.195,77	RS774,91	RS774,91	RS348,71
02/09/4722	Peixaria	RS1.195,77	RS774,91	RS774,91	RS348,71
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	RS637,74	RS387,46	RS387,46	RS185,97
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	RS637,74	RS387,46	RS387,46	RS185,97
01/06/4729	Tabacaria	RS797,18	RS387,46	RS387,46	RS232,47
02/06/4729	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	RS797,18	RS387,46	RS387,46	RS232,47
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	RS1.992,94	RS13,18	RS13,18	RS581,19
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	RS5.978,83	RS774,91	RS774,91	RS1.743,56
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	RS1.992,94	RS774,91	RS774,91	RS581,19
4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	RS1.992,94	RS387,46	RS387,46	RS581,19
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
4743-1/00	Comércio varejista de vidros	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	RS1.992,94	RS619,93	RS619,93	RS581,19
4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento	RS797,18	RS619,93	RS619,93	RS232,47
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
01/02/4751	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	RS637,74	RS309,97	RS309,97	RS185,97
02/02/4751	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	RS797,18	RS387,46	RS387,46	RS232,47
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	RS797,18	RS387,46	RS387,46	RS232,47
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	RS2.391,53	RS387,46	RS387,46	RS697,42
01/07/4754	Comércio varejista de móveis	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
02/07/4754	Comércio varejista de artigos de colcharia	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
03/07/4754	Comércio varejista de artigos de iluminação	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
01/05/4755	Comércio varejista de tecidos	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71

02/05/4755	Comercio varejista de artigos de armário	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
03/05/4755	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
01/08/4759	Comercio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
4761-0/01	Comércio varejista de livros	RS637,74	RS309,97	RS309,97	RS185,97
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	RS637,74	RS309,97	RS309,97	RS185,97
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	RS637,74	RS309,97	RS309,97	RS185,97
4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	RS637,74	RS309,97	RS309,97	RS185,97
01/06/4763	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	RS797,18	RS387,46	RS387,46	RS232,47
02/06/4763	Comércio varejista de artigos esportivos	RS797,18	RS387,46	RS387,46	RS232,47
03/06/4763	Comercio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	RS797,18	RS387,46	RS387,46	RS232,47
04/06/4763	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	RS1.992,94	RS619,93	RS619,93	RS581,19
05/06/4763	Comercio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	RS1.992,94	RS619,93	RS619,93	RS581,19
01/07/4771	Comercio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	RS1.594,36	RS774,91	RS774,91	RS464,95
02/07/4771	Comercio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	RS1.594,36	RS774,91	RS774,91	RS464,95
03/07/4771	Comercio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
04/07/4771	Comercio varejista de medicamentos veterinários	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
4772-5/00	Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
4773-3/00	Comercio varejista de artigos médicos e ortopédicos	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
4774-1/00	Comercio varejista de artigos de óptica	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
4781-4/00	Comercio varejista de artigos do vestuário e acessórios	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
01/02/4782	Comercio varejista de calçados	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
02/02/4782	Comercio varejista de artigos de viagem	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
01/01/4783	Comercio varejista de artigos de joalheria	RS1.195,77	RS154,98	RS154,98	RS348,71
02/01/4783	Comercio varejista de artigos de relojaria	RS1.195,77	RS154,98	RS154,98	RS348,71
4784-9/00	Comercio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	RS11.957,67	RS820,22	RS820,22	RS3.487,12
01/07/4785	Comercio varejista de antigüidades	RS797,18	RS387,46	RS387,46	RS232,47
4785-7/99	Comercio varejista de outros artigos usados	RS797,18	RS387,46	RS387,46	RS232,47
4789-0/01	Comercio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	RS797,18	RS154,98	RS154,98	RS232,47
4789-0/02	Comercio varejista de plantas e flores naturais	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
4789-0/03	Comercio varejista de objetos de arte	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
4789-0/04	Comercio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
4789-0/05	Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários	RS797,18	RS619,93	RS619,93	RS232,47
4789-0/06	Comercio varejista fogos de artifício e artigos pirotécnicos	RS7.971,78	RS1.549,83	RS1.549,83	RS2.324,74
4789-0/07	Comercio varejista de equipamentos para escritório	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
4789-0/08	Comercio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	RS637,74	RS154,98	RS154,98	RS185,97
4789-0/09	Comercio varejista de armas e munições	RS3.985,89	RS309,97	RS309,97	RS1.162,37
4789-0/99	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	RS3.985,89	RS309,97	RS309,97	RS1.162,37
Seção H - Transporte, armazenagem e correio					
4911-6/00	Transporte ferroviário de carga	RS5.580,25	RS774,91	RS774,91	RS1.627,32
01/04/4912	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	RS19.929,46	RS1.937,29	RS1.937,29	RS5.811,86
02/04/4912	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	RS11.957,67	RS1.937,29	RS1.937,29	RS3.487,12
03/04/4912	Transporte metropolitano	RS1.992,94	RS774,91	RS774,91	RS581,19
01/03/4921	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	RS5.978,83	RS929,90	RS929,90	RS1.743,56
02/03/4921	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal	RS5.978,83	RS929,90	RS929,90	RS1.743,56
01/01/4922	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	RS7.971,78	RS929,90	RS929,90	RS2.324,74
01/01/4922	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal e em região metropolitana	RS7.971,78	RS1.162,37	RS1.162,37	RS2.324,74
02/01/4922	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	RS7.971,78	RS929,90	RS929,90	RS2.324,74
03/01/4922	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	RS11.953,61	RS929,90	RS929,90	RS3.485,94
4923-0/01	Serviço de táxi	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
4924-8/00	Transporte escolar	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71

01/09/4929	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	R\$1.992,94	RS309,97	RS309,97	RS581,19
02/09/4929	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	R\$1.992,94	RS309,97	RS309,97	RS581,19
03/09/4929	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	RS797,18	RS154,98	RS154,98	RS232,47
04/09/4929	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	RS797,18	RS154,98	RS154,98	RS232,47
4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	R\$11.953,61	RS929,90	RS929,90	RS3.485,94
01/02/4930	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
02/02/4930	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
03/02/4930	Transporte rodoviário de produtos perigosos	RS3.188,71	RS929,90	RS929,90	RS929,90
04/02/4930	Transporte rodoviário de mudanças	RS797,18	RS154,98	RS154,98	RS232,47
4940-0/00	Transporte dutoviário	RS3.985,89	RS929,90	RS929,90	RS1.162,37
4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	RS5.978,83	RS929,90	RS929,90	RS1.743,56
01/04/5011	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	RS9.566,14	RS3.099,66	RS3.099,66	RS2.789,69
02/04/5011	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	RS9.566,14	RS3.099,66	RS3.099,66	RS2.789,69
01/02/5012	Transporte marítimo de longo curso - Carga	RS9.566,14	RS3.099,66	RS3.099,66	RS2.789,69
02/02/5012	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
01/01/5021	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
02/01/5021	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
5022-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
5022-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
01/01/5030	Navegação de apoio marítimo	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
02/01/5030	Navegação de apoio portuário	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
01/02/5091	Transporte por navegação de travessia, municipal	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
02/02/5091	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
01/08/5099	Transporte aquaviário para passeios turísticos	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
5099-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
01/09/5112	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
5112-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regulares	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
5120-0/00	Transporte aéreo de carga	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
5130-7/00	Transporte espacial	RS11.957,67	RS3.099,66	RS3.099,66	RS3.487,12
01/07/5211	Armazéns gerais - emissão de warrant	RS1.992,94	RS619,93	RS619,93	RS581,19
02/07/5211	Guarda-móveis	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
5212-5/00	Carga e descarga	RS2.790,12	RS619,93	RS619,93	RS813,66
5221-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	RS23.915,35	RS2.324,74	RS2.324,74	RS6.974,23
5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	RS11.957,67	RS929,90	RS2.364,26	RS3.487,12
5223-1/00	Estacionamento de veículos	RS1.992,94	RS619,93	RS619,93	RS581,19
5229-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	RS1.594,36	RS619,93	RS619,93	RS464,95
5229-0/02	Serviços de reboque de veículos	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
5229-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	RS23.915,35	RS2.324,74	RS2.324,74	RS6.974,23
01/01/5231	Administração da infra-estrutura portuária	RS11.957,67	RS774,91	RS774,91	RS3.487,12
02/01/5231	Operações de terminais	RS7.174,60	RS929,90	RS929,90	RS2.092,27
5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	RS1.992,94	RS309,97	RS309,97	RS581,19
5239-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	RS956,61	RS309,97	RS309,97	RS278,97
01/01/5240	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	RS5.978,83	RS309,97	RS309,97	RS1.743,56
5240-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	RS5.978,83	RS309,97	RS309,97	RS1.743,56
01/08/5250	Comissaria de despachos	RS2.790,12	RS309,97	RS309,97	RS813,66
02/08/5250	Atividades de despachantes aduaneiros	RS3.188,71	RS309,97	RS309,97	RS929,90
03/08/5250	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	RS1.992,94	RS309,97	RS309,97	RS581,19
04/08/5250	Organização logística do transporte de carga	RS2.790,12	RS309,97	RS309,97	RS813,66
05/08/5250	Operador de transporte multimodal - OTM	RS3.587,30	RS929,90	RS929,90	RS1.046,14
01/05/5310	Atividades do Correio Nacional	RS3.985,89	RS929,90	RS929,90	RS1.162,37
02/05/5310	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	RS956,61	RS619,93	RS619,93	RS278,97
01/02/5320	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
02/02/5320	Serviços de entrega rápida	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47

Seção I - Alojamento e alimentação					
01/08/5510	Hotéis	R\$19.929,46	RS1.549,83	RS2.324,74	RS5.811,86
02/08/5510	Apart-hotéis	RS298,11	RS1.563,01	RS2.324,74	RS86,94
03/08/5510	Motéis	RS284,57	RS2.324,74	RS3.099,66	RS82,99
01/06/5590	Albergues, exceto assistenciais	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
02/06/5590	Camps	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
03/06/5590	Pensões (alojamento)	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	RS19.929,46	RS1.549,83	RS1.549,83	RS5.811,86
01/02/5611	Restaurantes e similares	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
02/02/5611	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
03/02/5611	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	RS1.195,77	RS1.162,37	RS387,46	RS348,71
01/01/5620	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	RS1.195,77	RS619,93	RS619,93	RS348,71
02/01/5620	Serviços de alimentação para eventos e receções - bufê	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
03/01/5620	Cantinas - serviços de alimentação privativos	RS797,18	RS309,97	RS309,97	RS232,47
04/01/5620	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	RS1.195,77	RS387,46	RS387,46	RS348,71
Seção J - Informação e comunicação					
5811-5/00	Edição de livros	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5812-3/00	Edição de jornais	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5813-1/00	Edição de revistas	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5819-1/00	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
01/01/5911	Estúdios cinematográficos	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
02/01/5911	Produção de filmes para publicidade	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5912-0/01	Serviços de dublagem	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
6010-1/00	Atividades de rádio	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
6021-7/00	Atividades de televisão aberta	RS33,87	RS309,97	RS309,97	RS9,88
01/05/6022	Programadoras	RS33,87	RS309,97	RS309,97	RS9,88
02/05/6022	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	RS2.790,12	RS309,97	RS309,97	RS813,66
01/08/6110	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	RS7.174,60	RS309,97	RS309,97	RS2.092,27
02/08/6110	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	RS6.776,01	RS309,97	RS309,97	RS1.976,03
03/08/6110	Serviços de comunicação multimídia - SCM	RS2.790,12	RS309,97	RS309,97	RS813,66
6110-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	RS7.174,60	RS309,97	RS309,97	RS2.092,27
01/05/6120	Telefônico móvel celular	RS11.957,67	RS309,97	RS309,97	RS3.487,12
02/05/6120	Serviço móvel especializado - SME	RS11.957,67	RS309,97	RS309,97	RS3.487,12
6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	RS11.957,67	RS309,97	RS309,97	RS3.487,12
6130-2/00	Telecomunicações por satélite	RS15.146,39	RS309,97	RS309,97	RS4.417,01
6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	RS11.957,67	RS309,97	RS309,97	RS3.487,12
6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	RS7.174,60	RS309,97	RS309,97	RS2.092,27
6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	RS15.146,39	RS309,97	RS309,97	RS4.417,01
01/06/6190	Provedores de acesso às redes de comunicações	RS2.790,12	RS309,97	RS309,97	RS813,66
02/06/6190	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	RS2.790,12	RS309,97	RS309,97	RS813,66
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	RS15.146,39	RS309,97	RS309,97	RS4.417,01
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	RS2.790,12	RS309,97	RS309,97	RS813,66
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	RS1.195,77	RS309,97	RS309,97	RS348,71
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	RS1.992,94	RS309,97	RS309,97	RS581,19
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	RS2.790,12	RS309,97	RS309,97	RS813,66
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	RS2.790,12	RS309,97	RS309,97	RS813,66
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	RS2.790,12	RS154,98	RS154,98	RS813,66
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	RS2.790,12	RS154,98	RS154,98	RS813,66
6391-7/00	Agências de notícias	RS2.790,12	RS154,98	RS154,98	RS813,66

6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
Seção K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados					
6410-7/00	Banco Central	R\$39.858,92	R\$3.874,57	R\$3.874,57	#####
6421-2/00	Bancos comerciais	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6423-9/00	Caixas econômicas	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
01/07/6424	Bancos cooperativos	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
02/07/6424	Cooperativas centrais de crédito	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
03/07/6424	Cooperativas de crédito mútuo	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
04/07/6424	Cooperativas de crédito rural	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6432-8/00	Bancos de investimento	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6433-6/00	Bancos de desenvolvimento	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6434-4/00	Agências de fomento	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
01/02/6435	Sociedades de crédito imobiliário	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
02/02/6435	Associações de poupança e empréstimo	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
03/02/6435	Companhias hipotecárias	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
01/07/6438	Bancos de câmbio	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6438-7/99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6440-9/00	Arrendamento mercantil	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6450-6/00	Sociedades de capitalização	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6461-1/00	Holdings de instituições financeiras	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6462-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
01/01/6470	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
02/01/6470	Fundos de investimento previdenciários	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
03/01/6470	Fundos de investimento imobiliários	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6492-1/00	Securitização de créditos	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
01/09/6499	Clubes de investimento	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
02/09/6499	Sociedades de investimento	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
03/09/6499	Fundo garantidor de crédito	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
04/09/6499	Caixas de financiamento de corporações	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
05/09/6499	Concessão de crédito pelas OSCIP	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	R\$19.929,46	R\$3.874,57	R\$3.874,57	R\$5.811,86
01/01/6511	Seguros de vida	R\$2.790,12	R\$309,97	R\$309,97	R\$813,66
02/01/6511	Planos de auxílio-funeral	R\$2.790,12	R\$309,97	R\$309,97	R\$813,66
6512-0/00	Seguros não-vida	R\$2.790,12	R\$309,97	R\$309,97	R\$813,66
6520-1/00	Seguros-saúde	R\$2.790,12	R\$309,97	R\$309,97	R\$813,66
6530-8/00	Resseguros	R\$2.790,12	R\$309,97	R\$309,97	R\$813,66
6541-3/00	Previdência complementar fechada	R\$30.488,72	R\$309,97	R\$309,97	R\$8.891,18
6542-1/00	Previdência complementar aberta	R\$2.790,12	R\$309,97	R\$309,97	R\$813,66
6550-2/00	Planos de saúde	R\$2.790,12	R\$309,97	R\$309,97	R\$813,66
01/08/6611	Bolsa de valores	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
02/08/6611	Bolsa de mercadorias	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
03/08/6611	Bolsa de mercadorias e futuros	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
04/08/6611	Administração de mercados de balcão organizados	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
01/06/6612	Corretoras de títulos e valores mobiliários	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
02/06/6612	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
03/06/6612	Corretoras de câmbio	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
04/06/6612	Corretoras de contratos de mercadorias	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
05/06/6612	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
6613-4/00	Administração de cartões de crédito	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
01/03/6619	Serviços de liquidação e custódia	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
02/03/6619	Correspondentes de instituições financeiras	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
03/03/6619	Representações de bancos estrangeiros	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
04/03/6619	Caixas eletrônicos	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
05/03/6619	Operadoras de cartões de débito	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
6619-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
01/05/6621	Peritos e avaliadores de seguros	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
02/05/6621	Auditória e consultoria atuarial	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
6622-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
6629-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
6630-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	R\$11.957,67	R\$774,91	R\$774,91	R\$3.487,12
Seção L - Atividades imobiliárias					
01/02/6810	Compra e venda de imóveis próprios	R\$2.790,12	R\$309,97	R\$309,97	R\$813,66

02/02/6810	Aluguel de imóveis próprios	R\$1.992,94	R\$309,97	R\$309,97	R\$581,19
03/02/6810	Loteamento de imóveis próprios	R\$3.188,71	R\$309,97	R\$309,97	R\$929,90
01/08/6821	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	R\$4.783,07	R\$309,97	R\$309,97	R\$1.394,85
02/08/6821	Corretagem no aluguel de imóveis	R\$4.783,07	R\$309,97	R\$309,97	R\$1.394,85
6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	R\$23.915,35	R\$3.099,66	R\$3.874,57	R\$6.974,23
Seção M - Atividades profissionais, científicas e técnicas					
01/07/6911	Serviços advocatícios	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
02/07/6911	Atividades auxiliares da justiça	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
03/07/6911	Agenzia de propriedade industrial	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
6912-5/00	Cartórios	R\$11.957,67	R\$154,98	R\$154,98	R\$3.487,12
01/06/6920	Atividades de contabilidade	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
02/06/6920	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7111-1/00	Serviços de arquitetura	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7112-0/00	Serviços de engenharia	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
01/07/7119	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
02/07/7119	Atividades de estudos geológicos	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
03/07/7119	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
04/07/7119	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7120-1/00	Testes e análises técnicas	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7311-4/00	Agências de publicidade	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7319-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7319-0/02	Promoção de vendas	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7319-0/03	Marketing direto	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7319-0/04	Consultoria em publicidade	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7319-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
01/02/7410	Design	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
02/02/7410	Decoração de interiores	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7420-0/03	Laboratórios fotográficos	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7420-0/04	Filmagem de festas e eventos	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7420-0/05	Serviços de microfilmagem	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
01/01/7490	Serviços de tradução, interpretação e similares	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
02/01/7490	Escafandria e mergulho	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
03/01/7490	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
04/01/7490	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
05/01/7490	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
7500-1/00	Atividades veterinárias	R\$1.992,94	R\$697,42	R\$697,42	R\$581,19
Seção N - Atividades administrativas e serviços complementares					
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
01/05/7719	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	R\$7.174,60	R\$1.549,83	R\$1.549,83	R\$2.092,27
02/05/7719	Locação de aeronaves sem tripulação	R\$11.957,67	R\$1.549,83	R\$1.549,83	R\$3.487,12
7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	R\$216,81	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$63,22
7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97

7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7739-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaires	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	R\$5.978,83	R\$154,98	R\$154,98	R\$1.743,56
7810-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7820-5/00	Lotação de mão-de-obra temporária	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7830-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7911-2/00	Agências de viagens	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7912-1/00	Operadores turísticos	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
01/01/8011	Atividades de vigilância e segurança privada	R\$8.768,96	R\$619,93	R\$619,93	R\$2.557,22
02/01/8011	Serviços de adestramento de cães de guarda	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97
8012-9/00	Atividades de transporte de valores	R\$9.566,14	R\$154,98	R\$154,98	R\$2.789,69
8020-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
8030-7/00	Atividades de investigação particular	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
8112-5/00	Condomínios prediais	R\$3.587,30	R\$1.549,83	R\$1.549,83	R\$1.046,14
8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	R\$1.992,94	R\$619,93	R\$619,93	R\$581,19
8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	R\$1.999,72	R\$619,93	R\$619,93	R\$583,16
8130-3/00	Atividades paisagísticas	R\$33,87	R\$154,98	R\$154,98	R\$9,88
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	R\$797,18	R\$154,98	R\$154,98	R\$232,47
01/09/8219	Fotocópias	R\$956,61	R\$154,98	R\$154,98	R\$278,97
8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	R\$797,18	R\$154,98	R\$154,98	R\$232,47
8220-2/00	Atividades de teleatendimento	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
8230-0/02	Casas de festas e eventos	R\$1.992,94	R\$774,91	R\$929,90	R\$581,19
8291-1/00	Atividades de cobrança e informações cadastrais	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
01/07/8299	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	R\$3.587,30	R\$154,98	R\$154,98	R\$1.046,14
02/07/8299	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
03/07/8299	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97
04/07/8299	Leiloeiros independentes	R\$6.377,42	R\$154,98	R\$154,98	R\$1.859,80
05/07/8299	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
06/07/8299	Casas lotéricas	R\$3.985,89	R\$154,98	R\$154,98	R\$1.162,37
07/07/8299	Salas de acesso à internet	R\$637,89	R\$154,98	R\$154,98	R\$186,02
8299-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	R\$3.985,89	R\$154,98	R\$154,98	R\$1.162,37
Seção O - Administração pública, defesa e seguridade social					
8411-6/00	Administração pública em geral	sem incidência	sem incidência	sem incidência	sem incidência
8412-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	sem incidência	sem incidência	sem incidência	sem incidência
8413-2/00	Regulação das atividades econômicas	sem incidência	sem incidência	sem incidência	sem incidência
8421-3/00	Relações exteriores	sem incidência	sem incidência	sem incidência	sem incidência
8422-1/00	Defesa	sem incidência	sem incidência	sem incidência	sem incidência
8423-0/00	Justiça	sem incidência	sem incidência	sem incidência	sem incidência
8424-8/00	Segurança e ordem pública	sem incidência	sem incidência	sem incidência	sem incidência
8425-6/00	Defesa Civil	sem incidência	sem incidência	sem incidência	sem incidência
8430-2/00	Seguridade social obrigatória	sem incidência	sem incidência	sem incidência	sem incidência
Seção P - Educação					
8511-2/00	Educação infantil - creche	R\$956,61	R\$232,47	R\$232,47	R\$278,97
8512-1/00	Educação infantil - pré-escola	R\$1.035,92	R\$309,97	R\$309,97	R\$302,10
8513-9/00	Ensino fundamental	R\$1.594,36	R\$387,46	R\$387,46	R\$464,95
8520-1/00	Ensino médio	R\$1.992,94	R\$620,08	R\$620,08	R\$581,19
8531-7/00	Educação superior - graduação	R\$5.978,83	R\$929,90	R\$929,90	R\$1.743,56
8532-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	R\$7.971,78	R\$1.937,29	R\$1.943,88	R\$2.324,74
8533-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	R\$11.957,67	R\$2.324,74	R\$2.364,26	R\$3.487,12

8541-4/00	Educação profissional de nível técnico	R\$2.790,12	R\$774,91	R\$774,91	R\$813,66
8542-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	R\$3.188,71	R\$774,91	R\$774,91	R\$929,90
01/03/8550	Administração de caixas escolares	R\$2.790,12	R\$154,98	R\$154,98	R\$813,66
02/03/8550	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
8591-1/00	Ensino de esportes	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
01/09/8592	Ensino de dança	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
02/09/8592	Ensino de artes cênicas, exceto dança	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
03/09/8592	Ensino de música	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
8593-7/00	Ensino de idiomas	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
01/06/8599	Formação de condutores	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
02/06/8599	Cursos de pilotagem	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
03/06/8599	Treinamento em informática	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
04/06/8599	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
05/06/8599	Cursos preparatórios para concursos	R\$3.587,30	R\$774,91	R\$774,91	R\$1.046,14
8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	R\$1.195,77	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,71
Seção Q - Saúde humana e serviços sociais					
01/01/8610	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	R\$11.957,67	R\$2.712,20	R\$3.099,66	R\$3.487,12
02/01/8610	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	R\$11.957,67	R\$2.712,20	R\$3.099,66	R\$3.487,12
01/06/8621	UTI móvel	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
02/06/8621	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
8622-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
01/05/8630	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
02/05/8630	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
03/05/8630	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
04/05/8630	Atividade odontológica	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
06/05/8630	Serviços de vacinação e imunização humana	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
07/05/8630	Atividades de reprodução humana assistida	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
01/02/8640	Laboratórios de anatomia patológica e citologia	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
02/02/8640	Laboratórios clínicos	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
03/02/8640	Serviços de diálise e nefrologia	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
04/02/8640	Serviços de tomografia	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
05/02/8640	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
06/02/8640	Serviços de ressonância magnética	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
07/02/8640	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
08/02/8640	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
09/02/8640	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
10/02/8640	Serviços de quimioterapia	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
11/02/8640	Serviços de radioterapia	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
12/02/8640	Serviços de hemoterapia	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
13/02/8640	Serviços de litotripsia	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
14/02/8640	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
8650-0/01	Atividades de enfermagem	R\$4.783,07	R\$2.324,74	R\$2.324,74	R\$1.394,85
8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8650-0/04	Atividades de fisioterapia	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8650-0/06	Atividades de fonoadiologia	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	R\$23.915,35	R\$2.324,74	R\$2.364,26	R\$6.974,23
01/09/8690	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
01/09/8690	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
02/09/8690	Atividades de bancos de leite humano	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
03/09/8690	Atividades de acupuntura	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
04/09/8690	Atividades de podologia	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
01/05/8711	Clínicas e residências geriátricas	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19

02/05/8711	Instituições de longa permanência para idosos	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
03/05/8711	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
04/05/8711	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
05/05/8711	Condomínios residenciais para idosos	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8712-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
01/04/8720	Atividades de centros de assistência psicosocial	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8720-4/99	Atividades de assistência psicosocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
01/01/8730	Orfanatos	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
02/01/8730	Albergues assistenciais	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	R\$1.992,94	R\$464,95	R\$464,95	R\$581,19
Seção R - Artes, cultura, esporte e recreação					
01/09/9001	Produção teatral	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
02/09/9001	Produção musical	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
03/09/9001	Produção de espetáculos de dança	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
04/09/9001	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
05/09/9001	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
06/09/9001	Atividades de sonorização e de iluminação	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
01/07/9002	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
02/07/9002	Restauração de obras de arte	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
9003-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
01/03/9102	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
02/03/9102	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	R\$1.195,77	R\$154,98	R\$154,98	R\$348,71
9103-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	R\$3.985,89	R\$774,91	R\$774,91	R\$1.162,37
01/03/9200	Casas de bingo	R\$5.978,83	R\$1.162,37	R\$1.162,37	R\$1.743,56
02/03/9200	Exploração de apostas em corridas de cavalos	R\$11.957,67	R\$1.162,37	R\$1.162,37	R\$3.487,12
9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	R\$19.929,46	R\$1.162,37	R\$1.162,37	R\$5.811,86
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes	R\$1.992,94	R\$154,98	R\$154,98	R\$581,19
9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	R\$1.992,94	R\$774,91	R\$774,91	R\$581,19
9313-1/00	Atividades de condicionamento físico	R\$1.992,94	R\$774,91	R\$774,91	R\$581,19
01/01/9319	Produção e promoção de eventos esportivos	R\$1.991,93	R\$154,98	R\$154,98	R\$580,89
9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	R\$1.991,93	R\$154,98	R\$154,98	R\$580,89
9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	R\$6.377,42	R\$1.549,83	R\$1.549,83	R\$1.859,80
01/08/9329	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	R\$5.523,74	R\$1.549,83	R\$1.549,83	R\$1.610,84
02/08/9329	Exploração de boliche	R\$2.790,12	R\$1.549,83	R\$1.549,83	R\$813,66
03/08/9329	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	R\$1.196,18	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,83
04/08/9329	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	R\$1.196,18	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,83
9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	R\$1.196,18	R\$309,97	R\$309,97	R\$348,83
Seção S - Outras atividades de serviços					
9411-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	R\$2.790,12	R\$154,98	R\$154,98	R\$813,66
9412-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	R\$159,44	R\$154,98	R\$154,98	R\$46,50
9420-1/00	Atividades de organizações sindicais	R\$159,44	R\$154,98	R\$154,98	R\$46,50
9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	R\$159,44	R\$154,98	R\$154,98	R\$46,50
9491-0/00	Atividades de organizações religiosas	sem incidencia	R\$154,98	R\$5,27	sem incidencia
9492-8/00	Atividades de organizações políticas	sem incidencia	R\$2,63	R\$2,63	sem incidencia
9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97
9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97
9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97
9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97
9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletróeletrônicos de uso pessoal e doméstico	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97
01/01/9529	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97
02/01/9529	Chaveiros	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97
03/01/9529	Reparação de relógios	R\$637,74	R\$154,98	R\$154,98	R\$185,97

PORTARIA N° 732/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, **CONCEDE:**

Licença prêmio para a servidora **INÁCIA CRISTINA DE SENNA DOS SANTOS**, matrícula nº 10/683.128-1, cargo de Professor Classe II – Nível II, lotada na E. M. Dr. Deoclécio Dias Machado Filho - SEMED, pelo período de 01/02/2017 à 30/06/2018, conforme solicitado através do Processo Administrativo nº 10/10109/16.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA
Prefeito

PORTARIA N° 733/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, CONCEDE:

Licença prêmio para a servidora **LUCIANA FERREIRA MELO SILVA**, matrícula nº 10/002.691-3, cargo de Professor II, lotada na E. M. Gov. Roberto Silveira - SEMED, pelo período de 01/02/2017 à 30/11/2017, conforme solicitado através do Processo Administrativo nº 06/6066/16.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA
Prefeito

PORTARIA N° 734/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, CONCEDE:

Licença prêmio para a servidora **ALINE DIAS LIMA GOMES**, matrícula nº 10/003.196-8, cargo de Professor II, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, pelo período de 25/08/2016 à 24/01/2017, conforme solicitado através do Processo Administrativo nº 08/8026/16.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA
Prefeito

PORTARIA Nº 735/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, CONCEDE:

Licença prêmio para o servidor **FÁBIO FERNANDO DE AZEVEDO PEREIRA**, matrícula nº 10/007.206-0, cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, pelo período de 05/01/2017 à 04/06/2017, conforme solicitado através do Processo Administrativo nº 11/10516/16.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

PORTARIA Nº 736/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, CONCEDE:

Licença prêmio para o servidor **JOSÉ AUGUSTO FERREIRA**, matrícula nº 10/691.026-2, cargo de Professor Classe I – Nível I, lotado na E. M. Irena Sendler, pelo período de 01/02/2017 à 30/06/2018, conforme solicitado através do Processo Administrativo nº 10/10351/16.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

PORTARIA Nº 737/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o art. 44 da Lei Orgânica do Município de Mesquita, CONCEDE:

Licença Especial, a servidora estatutária **MAGDA MARTINS DA SILVA**, matrícula nº 10/683.431-0, Professor Classe I, Nível II - Geografia, lotada na E. M. Gov. Roberto Silveira - SEMED, conforme solicitado através do Processo Administrativo nº 11/10427/16, a contar de 31 de maio de 2017.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

PORTARIA Nº 738/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

Rescindir o contrato de trabalho porto-tempo determinado da servidora **FERNANDA LUCIA DOS SANTOS**, matrícula nº 25/009.532-0, do cargo de Monitor – Educação Física, lotada na E. M. Manoel Reis - SEMED, conforme solicitado através do Processo Administrativo nº 12/11181/16, a contar da publicação.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

PORTARIA Nº 739/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

Nomear **FELIPE PRUDENCIO**, para o cargo em comissão: Diretor do Departamento de Projetos, Símbolo AS, Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMURB, a contar de 22 de novembro de 2016.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

PORTARIA Nº 740/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

Exonerar a pedido, **DANIELLE GOMES DA SILVA**, do cargo em comissão de Diretor de Escola, símbolo DE, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar da data de publicação.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

PORTARIA Nº 741/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

Nomear **ARIENNE DE LIMA SAMPAIO**, no cargo em comissão de Diretor de Escola, símbolo DE, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar da data de publicação.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

PORTARIA Nº 742/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 708/2016, publicado na Edição do D.O.M. de 09 de dezembro de 2016.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

PORTARIA Nº 743/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

Exonerar a pedido, **VALESCA DE SOUZA LINS DOS SANTOS**, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Supervisão Escolar, símbolo AS, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar da data de publicação.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

PORTARIA Nº 744/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

Nomear **Luzia Evangelista Monteiro**, no cargo em comissão de Diretor Adjunto de Escola, símbolo DAE, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar da data de publicação.

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

ERRATA DA PORTARIA Nº 706/2016.

Onde se Lê:

Exonerar a pedido, Andréa da Silva Berg Teixeira

Leia-se:

Exonerar a pedido, Andréa Berg Teixeira

Mesquita, 21 de dezembro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA

Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO***PORTARIA SEMED Nº 44/2016**

ESTABELECE ORIENTAÇÕES SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DAS UNIDADES ESCOLARES QUE COMPÕEM A REDE MUNICIPAL DE MESQUITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso de suas atribuições regimentais, e objetivando aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar A IMPLEMENTAÇÃO da Proposta Pedagógica da Rede Pública de Ensino de Mesquita, nos termos desta Portaria.

Art. 2º Atribuir, no que couber, à Direção de Departamento de Educação,

à Direção de Departamento de Supervisão Educacional e às instituições educacionais da Rede Pública de Ensino a responsabilidade pela aplicação da implementação, bem como pelo seu controle e sua fiel observância.

Art. 3º O planejamento e a realização da implementação da Proposta Pedagógica são de responsabilidade dos integrantes da direção da instituição educacional, bem como dos coordenadores pedagógicos, orientadores pedagógicos e educacionais com a participação da equipe de professores, em consonância com a supervisão educacional.

Art. 4º As unidades escolares deverão:

- a) participar da implementação, do acompanhamento e da avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- b) orientar e coordenar a participação docente nas fases de execução, de implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica;
- c) articular ações pedagógicas entre professores, equipes de direção e Direção Pedagógica, assegurando o fluxo de informações;

d) divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela instituição educacional e pela Direção do Departamento de Educação, inclusive as de formação continuada;

e) estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas de Mesquita;

f) orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica;

g) propor reflexão avaliativa da equipe, objetivando redimensionar as ações pedagógicas;

Art.5º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua Publicação.

ALESSANDRA CRISTINE FERNANDES
Secretária Municipal de Educação
Matrícula 11/004.889-5

*Omitida da publicação de 20/12/2016.



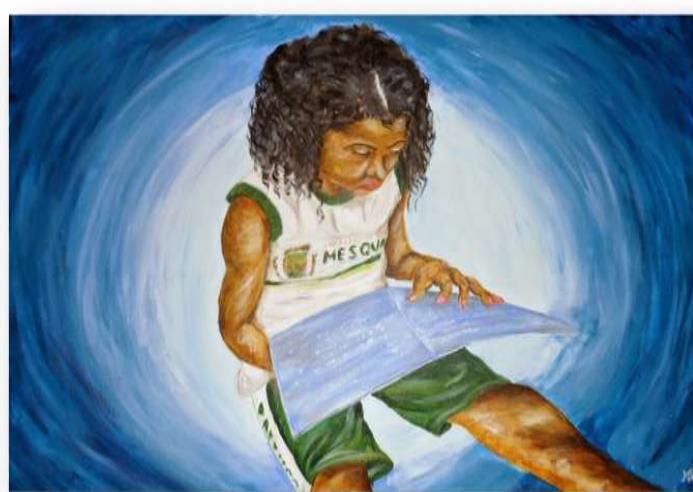
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROPOSTA DE AÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

CIDADE QUE EDUCA

**M
E
S
Q
U
I
T
A**



Luis Dias da Silva – Diretor da E.M. Lourdes Ferreira Campos

ESCOLAS DE FORMAÇÃO HUMANA

Mesquita

2016

Prefeito

Gelsinho Guerreiro

Secretaria Municipal de Educação

Alessandra Cristine Fernandes

Secretaria Adjunta Municipal de Educação

Áurea de Almeida Lobo

Secretário Adjunto Municipal de Educação

Alexandre Vieira Rocha

Subsecretário Municipal de Educação

Ademar Justino da Silva Filho

Equipe SEMED***Diretora do Departamento Pedagógico***

Cleidmar Loriano do Couto

Equipe Administrativa Pedagógica

Cislene Chagas Gonçalves

Renata Oliveira de Sá

Coordenadora do Ensino Fundamental

Mônica Christina Albuquerque de Oliveira

Equipe Anos Iniciais

Inês Pereira Gomes de Oliveira

Aline Dias Lima Gomes

Patricia Keli Pereira Reis dos Santos

Responsável pelos Anos Finais

Marcos Guinancio

Equipe Anos Finais

Leandro Azeredo de O. Silva

Pedro Henrique Lessa Torres

Sammy Cardozo Dias

Rogério Magalhães Castro

Waleska Rangel Bento

Gerente da Educação Infantil

Josiane Bárbara Martins

Equipe da Educação Infantil

Priscila Cirilo de Souza

Coordenadora da Educação Especial

Rosa Maria Raimundo Abdalla Dias

Equipe da Educação Especial

Lucélia Perrut da Silva

Cristina Lima dos Santos

Emilia de Oliveira Pires da Silva

Gerente da Educação de Jovens e Adultos

William Rodrigues Barbosa

Coordenador do Pró-Jovem

Vinícius de Luna Chagas Costa

Gerente de Assuntos Educacionais

Cristiane Maria Souza Antunes

Equipe de Assuntos Educacionais

Andréa Sheila Farias Gomes

Danielli da Silva Roleira

Gerente de Educação Integral

Eduardo Leite Martins

Gerente de Projetos

Deise Pereira dos Santos

Coordenadora de Formação Continuada

Leila Cristina Basílio Santiago de Lima

Diretora do Departamento de Supervisão Educacional

Valesca de Souza Lins dos Santos

Equipe de Supervisão Educacional

Alfredo Fernandes da Cruz Junior

Amanda Aluani da Silva Aragão

Ana Elizabeth Moreira Alves Costa

Ana Lucia Gomes de Souza

Danielle Cardoso de Alcantara Dias

Joseli Paulo da Fonseca Baroni

Larusca Lopes dos Santos

Lorena de Oliveira Soares

Lorimar Costa Oliveira

Maria José Moreira da Silva

Nilda Maria Gonçalves Silva

Patrícia Barreto Pereira

Rosa Malena Penco Ferreira Zanelato

Sueli Encarnação Francisco

Ulismar Soares de Matos

Valdete Vieira de Lima

Coordenador da Diversidade

Antonio Carlos Gomes

Incentivo a Leitura

Gabriela Boechat Coelho

Aline Pimentel da Silva Lopes

Organizadores

Janaina de Oliveira Silva

José Cassiano da Costa Alves

Comissão de Currículo

Alessandra Cristine Fernandes

Alexandre Vieira Rocha

Áurea de Almeida Lobo

Janaina de Oliveira Silva

José Cassiano da Costa Alves

Valesca de Souza Lins dos Santos

Revisão textual

Sammy Cardozo Dias

Suporte de Informática

Rafael de Sá Lima

Assessoria

Professora Dra Elaine Constant Pereira de Souza¹

Professora Dra Ana Ivenicki²

Co-Assessoria

Gabriela Maria dos Santos³

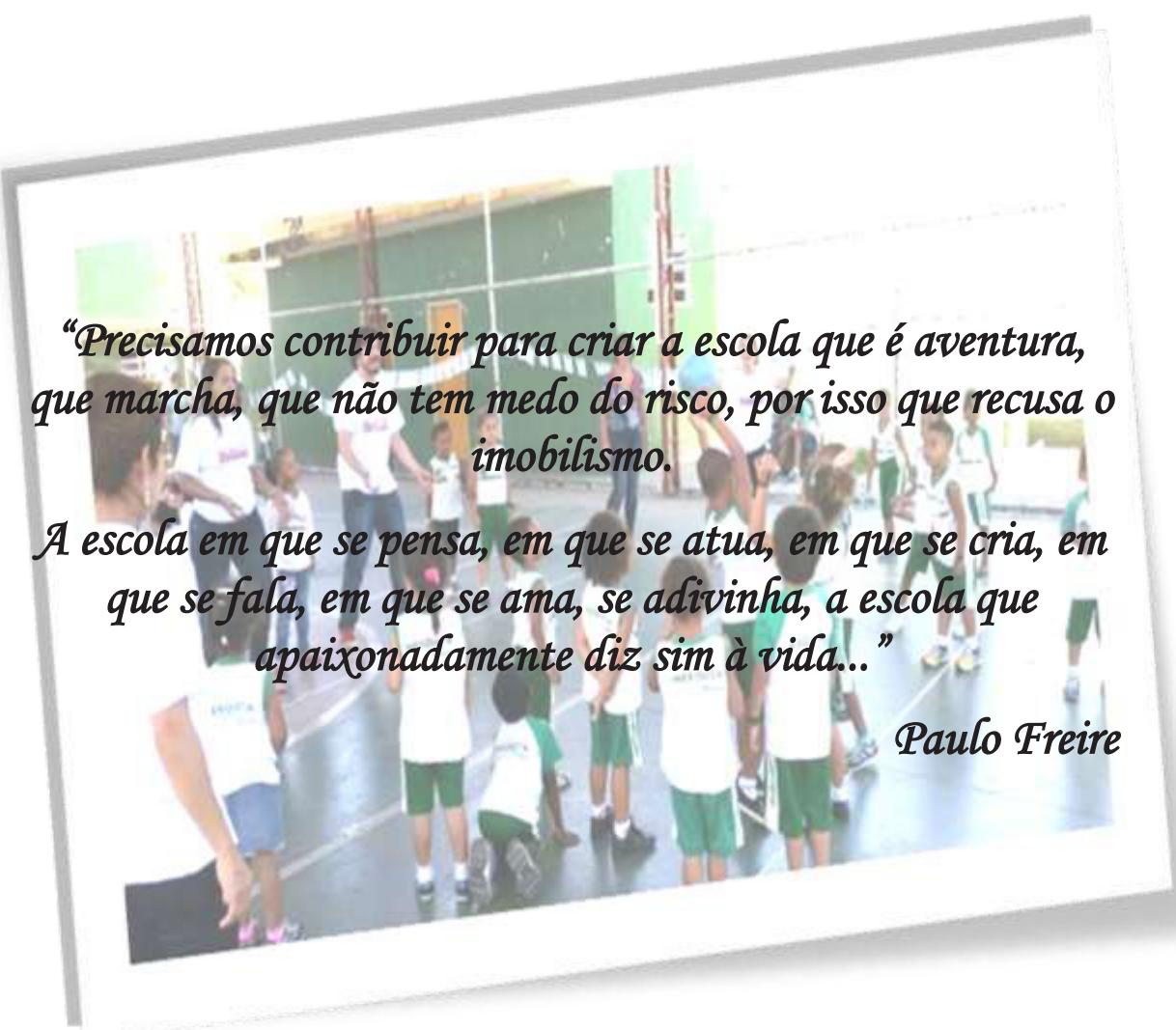
Jefferson Willian Silva da Conceição⁴

¹ Possui graduação em Psicologia pela Faculdade de Humanidades Pedro II (1989), mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003) e doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Participou do Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas Públicas da cidade do Rio de Janeiro (PROINAPE). Foi integrante da Equipe da Gerência do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Políticas Públicas na Educação e Psicologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação do processo de ensino aprendizagem, currículo escolar e formação docente. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na disciplina de Avaliação da aprendizagem, pesquisadora do Grupo de Estudos dos Sistemas Educacionais (GESED/UFRJ) e Coordenadora Geral do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no estado do Rio de Janeiro.

² Ana Ivenicki é PhD em Educação pela University of Glasgow. Tem Mestrado em Educação pelo Departamento de Educação da PUC-Rio e Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lotada no Departamento de Fundamentos de Educação/Faculdade de Educação. Possui inúmeras publicações em periódicos nacionais e internacionais, bem como livros publicados/organizados, e vários trabalhos em anais de eventos. Tem sido Palestrante/Conferencista convidada em diversas instituições. Desenvolve pesquisas em Multiculturalismo e Formação de Professores, tendo especial interesse nas áreas de Educação Comparada, Avaliação da Aprendizagem e Avaliação Institucional. Foi agraciada com o prêmio CORA CORALINA, pela Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação/ ANPED e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, conferido na 36a. Reunião Anual da ANPED /2013, Goiânia, pela contribuição à Educação com Inclusão Social.

³ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na linha de pesquisa Currículo e Linguagens. Desenvolveu projeto: Discursos sobre Gênero na Proposta Curricular do Município de João Pessoa/PB; Integrante do grupo de pesquisa: Políticas Curriculares e Formação de Professores; coordenado pela prof. Dra. Rosanne Evangelista Dias. Graduada no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2013), onde atuou, também, como bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFPB (2010, 2011). Atualmente atua como Supervisora Administrativa do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/UFRJ e Supervisora do Polo de Seropédica. Atua como Professora Substituta do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, setor multidisciplinar.

⁴ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Pedagogia pela mesma Universidade (UFRJ). Atua como supervisor administrativo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC/UFRJ). Tem experiência no Ensino



Fundamental como mediador de alunos com Síndrome de Down (SME/RJ) e como professor auxiliar e de reforço da Língua Portuguesa (SME/RJ, atuando do 1º ao 6º ano).

Agradecimentos

É com muita alegria e satisfação que vimos aqui agradecer, a todos os atores socioprofessores, comunidade escolar, equipe da SEMED, universidades, em especial a UFRJ, que nos acolheu de forma carinhosa e respeitosa. Todos estes colaboraram com suas percepções de mundo, subjetividades, saberes da profissão, das disciplinas, acadêmicos e até mesmo aqueles criados na/da vida cotidiana.

Isso nos faz lembrar que este projeto de Reestruturação Curricular só foi possível ser concluído porque as muitas mãos, mentes e corações participaram ativamente, colocando em jogo todos os anseios, sonhos e ideais de sociedade aqui registrados, para que de alguma forma, a educação na cidade de Mesquita possa ser levada a diante de forma mais justa e igualitária.

Foi possível perceber que a marca desta proposta curricular é a educação como direito humano, que respeite, compreenda e reconheça às diferenças, as pluralidades socioculturais/econômicas e as subjetividades dos alunos e alunas. E tudo o que se compartilha na escola, ou até mesmo os saberes que são criados no cotidiano escolar, a partir das práticas curriculares, não devessem ser utilizadas como um produto a ser comercializado.

Isso demonstra também, que esta proposta vai na contramão das políticas conservadoras e neoliberais. Enquanto se tentam reforçar silenciosamente preconceitos, estereótipos, injustiças sociais e pensamentos totalizantes. Nós, profissionais da educação na cidade de Mesquita, estamos lutando por uma educação que seja laica, multicultural, que forme um cidadão para exercer uma cidadania plena.

Anelamos com isso, um processo de ensino aprendizagem de contínuas negociações, revisões e ressignificações, apresentando assim um caráter mais plural e diverso; porque sabemos que o ser humano é um todo, é múltiplo, possui a sua incompletude, mas é único ao mesmo tempo.

Assim, fechamos mais um ciclo em nossa vida profissional e cumprimos com veemência e desenvoltura mais uma política pública em educação de forma democrática, com princípios participativos, para mostrar que é possível iniciar mudanças de realidades, quando todos e todas se unem por um bem comum: A EDUCAÇÃO PÚBLICA .

A todos e todas ... os nossos mais sinceros agradecimentos.

SEMED – 2013-2016



Sumário

Apresentação

Escola Básica e Universidade: um diálogo sobre currículo entre professores e pesquisadores

Com a palavra a Assessoria de Currículo da UFRJ

Mesquita e sua História	17
Pressupostos Teóricos	23
Introdução	24
Do global ao local: novos paradigmas sociais, culturais e educacionais no cenário mesquitense	34
Século XX: suas transformações na sociedade brasileira e seus desdobramentos no município de Mesquita	43
Reestruturação curricular de mesquita	65
A avaliação da aprendizagem em debate: o que pensam professores e alunos mesquitenses	78
Formação continuada em debate em Mesquita	89
Mesquita e a Formação Continuada	92
Princípios das Ações Pedagógicas	97
<i>Currículo multiculturalizado: uma amostragem</i>	104
Currículo da Educação Infantil	105
Currículo do Ensino Fundamental	113
Currículo da Educação de Jovens e Adultos	129
Referências Bibliográficas	140

Apresentação

A Proposta Curricular do Município de Mesquita se constitui em um documento representativo das várias vozes presentes em nossa rede. Essa representatividade pode ser reconhecida pela forma singular como foi elaborada, o que é motivo de muito orgulho para nós, profissionais desta Rede Municipal de Ensino, que fizemos parte deste movimento.

Pensar numa proposta curricular que retrate a ideologia e pensamento de toda uma rede ou sistema de ensino acreito ser um grande desafio para toda e qualquer Secretaria de Educação. E foi neste sentido que nossa proposta se destacou, compreendendo que não deveríamos pensar por um coletivo, e sim fazê-lo refletir sobre o que seria melhor para os profissionais e para os alunos.

Procuramos desenvolver de forma mais democrática possível a construção deste documento. Não foi fácil! Muitas ideias, muito pensamentos divergentes, mas também convergentes, que no fim consolidou-se como o retrato da voz da maioria, o que talvez possa não ter atendido aos anseios de todos, mas não existe outra forma de chegarmos a um consenso que não seja respeitando o conceito básico do que é democracia.

Uma marca muito importante de nossa proposta foi exatamente não nos prendermos ao que há de mais “moderno”, ou melhor, o que há de “pós-moderno”. Não que os debates e inferências da “pós-modernidade” não tenham aparecido no documento ou não sejam importantes. Mas nossa preocupação era permitir a construção de um documento que pudesse chegar aos nossos alunos, e para isso não bastava fazer algo que se constituísse no academicamente atual, e sim o que de fato pudesse refletir na prática da sala de aula.

Aliás, muitas redes buscam na academia a famosa “fórmula do bolo”, que possa garantir a qualidade do ensino. Nossa movimento partiu no sentido contrário, pois, a lógica de um planejamento participativo se consolida pela inclusão dos principais atores deste processo, nossos profissionais e alunos. Estes atores que interagem todos os dias em nossas escolas, são realmente as autoridades no assunto.

Deixo claro, que esta análise e apresentação inicial do documento não significam que se desconsidera a importância e relevância da Universidade e seu papel na sociedade. Muito pelo contrário, sem a participação da Universidade neste movimento não conseguiríamos finalizar este trabalho, e destaco que esta junção proporcionou a construção de um documento de excelência. O que fizemos foi apenas modificar o formato desta relação e acreditamos que, com isso proporcionamos uma possibilidade real desta proposta chegar a realidade da escola.

Por outro lado, tenho consciência que este movimento foi apenas o pontapé inicial para consolidação da nossa proposta curricular. Espero que a continuidade deste trabalho ocorra, e que haja o entendimento que este documento não faz parte de uma gestão. Ele se constitui em uma construção da Rede Municipal de Ensino do Município de Mesquita. Entrego esta proposta aos profissionais desta rede, e espero que possam se apropriar do que construíram em um debate amplo e inclusivo da nossa categoria, e que atenda ao nosso maior objetivo: a melhoria da qualidade do ensino destinado aos nossos alunos.

Alessandra Cristine Fernandes

Secretária Municipal de Educação

ESCOLA BÁSICA E UNIVERSIDADE: UM DIÁLOGO SOBRE CURRÍCULO ENTRE PROFESSORES E PESQUISADORES

Por Elaine Constant

Participar da estruturação curricular do município de Mesquita foi um momento especial como professora e pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), porque mostrou a importância da criação de um currículo participativo entre professores visando a melhoria da qualidade da educação para os estudantes da escola pública mesquitense.

Essa história merece ser contada, porque mostra que não foi uma simples participação desse professorado em uma proposta de estruturação curricular. A participação elucidou que os professores são profissionais competentes para criar suas propostas pedagógicas e respeitar os estudantes dos segmentos populares.

Para melhor compreensão, é fundamental trazer o início de trabalho! Recordo da conversa inicial com Cassiano Alves e Janaina Silva, dois integrantes da Comissão de Currículo e responsáveis por toda estruturação curricular. Esses professores me procuraram na Faculdade de Educação da UFRJ e contaram que estavam criando uma proposta curricular com a participação dos profissionais da rede do município de Mesquita.

Considerando o atual cenário político e educacional, no qual a “voz docente” pouco ganha visibilidade e professores são destituídos de seus saberes, foi importante saber que a estruturação curricular de Mesquita, contava com professores. Isso já indicava que essa proposta não era desenvolvida “com”, mas “entre” professores. Chama atenção o fato de que tanto os professores da equipe da Secretaria quanto das escolas estavam desenvolvendo um processo mútuo de construção de um campo conceitual sobre currículo.

Logo depois fiquei surpresa com a forma de desenvolvimento metodológico da proposta de participação para os professores. Constatei que se delineara uma forma de

debate público para criar uma estruturação curricular. Esse processo consistia na ideia de garantir a horizontalidade entre os professores (diretores e regentes) das escolas públicas, como também com aqueles que atuavam nas secretarias de educação. Era importante garantir os aceites e as críticas que negavam o que não cabia na realidade das escolas públicas.

Contudo, não bastava assegurar a participação, mas também era necessária “amplificação” da voz dos professores regentes, destinatários finais de uma determinada política pública, como a curricular. Isso fez com que a equipe da Secretaria Municipal de Educação criasse, com originalidade, um caminho metodológico para trazer a voz docente para aprofundar o debate público.

Pude ler alguns materiais escritos muito especiais. Nesses documentos, elaborados por professores, se delineava outro caminho para trazer essa voz: alguns textos para os professores. Esses eram indicados para iniciar estudos e reflexões sobre currículo. Traziam de temas, ou princípios, sobre o conhecimento escolar no cotidiano de uma escola. Eram de diferentes versões curriculares, como também de autores desse campo de estudo. Parecia que a Secretaria não indicava um único caminho, mas vários. Assim, os professores se apropriaram e analisaram as possibilidades de intervir na proposta curricular.

Também havia a produção escrita dos professores, tanto da Secretaria como das escolas, bem como as fotografias que traziam as cenas marcadas por debates. Esses materiais atestavam uma circularidade de informações e conhecimentos entre a rede municipal e as escolas mesquitenses. Contudo, era preciso sistematizar o debate e criar um documento para toda a rede. Era preciso constituir a identidade desse grupo. A equipe da Secretaria de Educação não poupou esforços. Escreveram e muito!

Foi nesse cenário que se deu minha participação, de Jefferson e Gabriela. Fomos “procurados” para auxiliar na leitura de alguns textos produzidos para a versão definitiva da estruturação curricular. Fomos incluídos como um outro grupo de professores, mas dessa vez representantes do ensino superior, em especial, que trouxesse contribuições de pesquisas acadêmicas.

Nesse sentido, nossa atuação não foi realizar a organização da estruturação curricular, pois os professores, seja da Secretaria quanto das escolas, já haviam feito isso. Nossa participação foi de acompanhar o processo de composição e síntese de ideias e conceitos apresentados nos textos. Éramos “leitores” e “debatedores” também.

Tínhamos, como papel importante, mostrar algumas interpretações sobre currículo a partir das vozes dos professores de Mesquita.

Foi um processo de muita aprendizagem para todos: Universidade e Secretaria de Educação. Constatamos a competência da equipe de estruturação curricular para gerir o processo de “ouvir” os professores e nós, de conhecer os desafios sobre o conhecimento escolar a partir da realidade de escolas públicas.

Nossas idas e vindas à Mesquita, como os encontros realizados na UFRJ, eram repletas de trocas de ideias e análises importantes sobre currículo. A equipe da Secretaria de Mesquita foi se apropriando da escrita de um documento curricular com muita rapidez. Cada hora era a certeza de que os professores, se valorizados, mostravam plena capacidade para estabelecer um diálogo entre pares, assim como para pensarem em alternativas importantes para a escola pública.

Nesse sentido, minha presença, de Jefferson e de Gabriela não representou a criação, ou modelação, de uma proposta curricular, mas de uma parceria importante para estabelecer um diálogo entre duas instâncias públicas: a Universidade e a Escola Básica.

Por tudo que foi dito, participar da estruturação curricular ultrapassou a ideia de uma “assessoria” para a rede municipal de Mesquita, porque conhecer posicionamentos e ideias dos professores mesquitenses trouxe mais clareza sobre a seriedade da implementação de uma proposta curricular. Isso não pode ser desenvolvido de forma vertical, de “cima para baixo”, mas horizontal. Esse processo pressupõe que a participação se dê sem níveis hierárquicos, mas com grande circularidade de informações e conceitos simultâneos desenvolvidos e apreendidos entre diferentes profissionais da educação.

Assim, só posso parabenizar toda a rede municipal de Mesquita pelo empenho por gerir uma proposta democrática de estruturação curricular.

Um forte abraço para todos!

Com a palavra a Assessoria de Curriculo da UFRJ

Trata-se de proposta bem fundamentada, que inicia contextualizando o município de Mesquita e prossegue, argumentando, de forma consistente, sobre a formação continuada de professores, o respeito à diversidade e o currículo relevante para a formação de uma cidadania democrática, plural e participativa, dentre outros. A partir dessa fundamentação, organiza o currículo a partir de eixos, baseados em princípios, relativos ao respeito à diversidade, à construção da cidadania, ao incentivo à formação de valores éticos e morais, à consciência ecológica e de sustentabilidade e aos conhecimentos relativos à ciência e à tecnologia. As ações educativas decorrentes desses princípios apontam para os desdobramentos dos mesmos em práticas pedagógicas, apontando, em linhas gerais, o que se espera de atitudes a permear tais práticas, no âmbito do currículo transformador.

Aproveito para agradecer, à Rede Municipal de Educação de Mesquita, a confiança, o carinho e a honra do convite, parabenizando-a pela iniciativa e pela qualidade do documento curricular produzido e desejando muita sorte em seu futuro desenvolvimento e implementação, no caminho da melhoria constante de nossa educação, em uma perspectiva plural e cidadã.

Profa. Dra. Ana Ivenicki, PhD, University of Glasgow, Professora Titular, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Departamento de Fundamentos da Educação, Faculdade de Educação/UFRJ, Pesquisadora do CNPq

PRECISAMOS ACREDITAR...

Em tudo que é belo

Jorge Vercillo

Eu ainda acredito
Num futuro mais bonito,
Que o novo é bem-vindo
E o amor é infinito.

Eu ainda acredito
Que nem tudo está perdido,
Que o sorriso é sagrado
E aqui é o paraíso
E que tudo estava errado
Sobre o dia do juízo.

Eu ainda acredito
No carinho invés do grito,
Na doçura dos meninos
Que no fundo todos somos.

Eu ainda acredito
Nos heróis adormecidos,
Nessa força que revolta
E nos faz ficar erguidos
Cada vez que nos sentimos
Derrotados e punidos.

Eu ainda acredito
Que depois da tempestade
Vem sempre a calmaria
E consigo a liberdade.

Eu ainda acredito
Em objetos luminosos,
Que há vida no universo,
Eu ainda acredito
Nas florestas e nos índios,
Na bravura das leoas,
Na alegria dos golfinhos.
Eu ainda acredito
No galope do unicórnio,
Acredito em gnomos
E no voo dos tucanos
E no canto das baleias
Alegrando os oceanos.

Eu ainda acredito
Na justiça lá de cima,
Na verdade e na vida
Como o som de uma rima.
E em tudo que é belo
E em tudo que é nobre
Como as cores do arco-íris
Quando a chuva se descobre
E agradece iluminada
Pelo sol de ouro e cobre.

Sei, talvez eu seja visto
Como ingênuo ou demagogo,
Inocente ou pervertido.
Um hipócrita, um louco.
No entanto eu insisto
Nesta chama que consome,
Eu ainda acredito
Porque sofro com a fome,
Porque ainda sou um homem.

**EU ACREDITO?
VOCÊ ACREDITA?
NÓS ACREDITAMOS?**



Luis Dias da Silva – Diretor da E.M. Lourdes Ferreira Campos

Mesquita e sua História

Bem antes de existir um lugar com o nome de Brasil e um povo chamado brasileiro, ou mesmo um pequeno território chamado Mesquita, morava nesta região entre a Baía da Guanabara e a Serra de Gericinó um povo chamado sambaquiano, que vivia em pequenos grupos (bandos). Não plantavam, vivendo da coleta de frutos e tubérculos extraídos da natureza, caçavam e pescavam. Com o passar dos anos, aproximadamente a 1500 do presente, chegaram outros povos que se organizavam socialmente de forma diferente dos sambaquis, que viviam em bandos. Esse povo praticava agricultura, plantando principalmente milho e mandioca, fabricava cestos de palha e grandes panelas de cerâmica, tornando-se os senhores de boa parte do litoral brasileiro. Hoje são chamados de índios devido um erro de Cristovão Colombo que, pensando ter chegado às Índias em 1492, chamou os povos de índios. Os indígenas que ocuparam as terras que correspondem o atual território de Mesquita eram do tronco linguístico tupi ou tupi-guarani. Esse tronco linguístico era formado por uma centena de línguas faladas em todo território do Brasil. Dentre elas podemos citar o Temininó ou Maracajá, o qual dominava a área geográfica da atual Baía de Guanabara; Tupinikim ocupava o litoral Norte-Fluminense e o Ararápés ou Maragóias, no Vale do Paraíba.

Outro tronco linguístico familiar era o purí que, segundo suposições laukotka, era falado pelos índios coroados no vale do Rio Paraíba, Pomba e Rio Preto e os Goitacazes, nas planícies e restingas do Norte Fluminense, segundo Freire, 2009. Os índios que habitavam o atual território de Mesquita eram da família Tupi, chamados de tupinambás ou tamoios.

No momento da conquista portuguesa os índios viviam em aldeias espalhadas por todo território do Rio de Janeiro. A aldeia era a menor unidade política das sociedades indígenas. Cada uma delas tinha autonomia e reconhecia como autoridade o maior chefe, tuxaua, morubixaba ou cacique. (FREIRE e MALHEIROS, 2009). Existiam várias aldeias tupinambás espalhadas pelo recôncavo da Guanabara. Dentre elas, uma estava localizada bem aqui em Mesquita. Era a aldeia de Jacutinga, onde existe um bairro hoje com o mesmo nome.

Com a chegada do europeu em nossas terras, houve uma profunda mudança. Os povos indígenas resistiram à conquista portuguesa, mas com o auxílio dos Temininós, que haviam sido expulsos da Baía da Guanabara antes da chegada dos portugueses para o Espírito Santo, de onde retornaram comandados por Araribóia que por auxiliar aos portugueses na conquista, recebeu como recompensa as terras que hoje correspondem ao município de Niterói que se chamava aldeia de São Lourenço.

O domínio lusitano no recôncavo da Guanabara iniciou-se pelo curso dos rios, principalmente Sarapuí e Iguaçu ou pelos peaberus (caminhos feitos pelos índios). Após um longo processo de lutas, na segunda metade do século XVI, teve início o processo de colonização ao longo do Rio Sarapuí, quando começam a surgir os primeiros assentamentos formados por pequenas roças pertencentes a portugueses e mestiços filhos de índios com brancos, conforme destaca (DIAS, 2011)

No final do século XVI, a aldeia de Jacutinga já era uma tapera, isto é, uma aldeia destruída. Seus antigos moradores já perambulavam pelo sertão ou encontravam-se aldeados. Em 1567, o Fidalgo Brás Cubas recebeu 3000 braças de terras de testada (ou 6600m, uma légua), por légua e meia de cumprimento em Sarapuí (DIAS, 2011). Essa Sesmaria corria para o interior até a piaçaba da aldeia de Jacutinga (Vieira Fazenda II: 220/S). É provável que essa piaçaba, ou seja, o porto da aldeia, localizava-se nas proximidades do atual bairro do Banco de Areia, pois o Rio Sarapuí tinha uma formação serpenteada. Assim, o rio ainda não havia sido transformado em canal conforme é hoje.

No século XVI teve inicio a ocupação definitiva do colonizador português no atual município de Mesquita. Montam-se os primeiros engenhos de cana de açúcar, visto que o açúcar era um produto de grande aceitação na Europa, proporcionando grandes lucros aos seus proprietários, já que a produção de açúcar e aguardente que era transportado embarcações pelo rio Sarapuí até o porto do Rio de Janeiro na Baía de Guanabara de onde era enviado para a Europa ou África.

Com o crescimento da população local houve a necessidade de um maior controle sobre a população. Para tal foi criada a freguesia, que era a menor unidade administrativa da colônia, a qual era controlada pela igreja católica, que designava um pároco para tal função, ficando a cargo da freguesia os registros de batismo, casamento e nascimento, óbito, de pessoas livres e escravas. Nossa freguesia recebeu o nome da

Santo Antônio de Jacutinga, abrangendo geograficamente o que são hoje os atuais municípios de Mesquita, Nova Iguaçu e Belford Roxo.

Jacutinga acompanha o crescimento e prosperidade do Rio de Janeiro durante as quatro primeiras décadas do século XVII, proporcionado em grande parte pelo comércio triangular que se estabeleceu entre Angola, Capitanias Brasileiras e o Prata.

No final do século XVIII, Mesquita já comportava um grande engenho conhecido como Engenho da Cachoeira. Entretanto não era o único da freguesia. Além da cachoeira, existiam mais sete fábricas de açúcar em Jacutinga, conforme destaca Monsenhor Pizarro, que esteve em visitação à Freguesia em 1789:

1º do Mestre de campo Inácio de Andrade Sotto Maior, chamado Santo Antônio;

2º do Reverendo Antônio Maciel da Costa no lugar chamado Brejo;

3º do Tenente Antônio Garcia do Amaral no lugar chamado Calundú;

4º do Capitão João Soares de Bulhões, Conceição;

5º do Reverendo José Vasques de Souza em Maxabomba;

6º do mesmo Vasques e seu irmão Manoel Correia Vasques na cachoeira;

7º de Domingos Jacinto Rosa em Madureira;

8º do Capitão Bento Luiz de Oliveira Braga na Posse.

(Pizarro, 1794)

Dentre esses engenhos dois nos interessam: o Engenho da Cachoeira e o Engenho do Brejo. Quanto ao Engenho do Brejo, parte de suas terras corresponde hoje aos bairros BNH e Rocha Sobrinho. Já a sua sede, ou seja, a Casa Grande, situa-se hoje no centro do município de Belford Roxo, no terreno da Faculdade ABEU. O Engenho da Cachoeira corresponde hoje, praticamente, a todos os bairros do município de Mesquita, com exceção dos bairros citados acima.

Os proprietários do Engenho da Cachoeira

Segundo Dias (2011), o primeiro proprietário do Engenho da Cachoeira foi Manoel Correa Vasques, que faleceu deixando o Engenho para sua viúva Guiomar Rodrigues que, no início do século XVIII, transferiu-o para o Alcaide Mor Thomé Correa Vasques. Na década de 40 do mesmo século, o proprietário passa a ser o Dr. Manoel Correa Vasques.

No início do século XIX, Jerônimo de Mesquita, compra a propriedade que torna-se posse da família até o início do século XX, passando de Jerônimo para seu filho homônimo, ambos Barão de Mesquita.

Com a libertação dos escravos e a Proclamação da República, a produção açucareira entra em decadência, sendo substituída pela produção de laranjas e pelas olarias que fabricavam telhas, tijolos e outros. A produção era escoada pela linha férrea de D. Pedro II. Em 1884 já havia sido inaugurada a primeira parada de trem (locomotivas) nas terras de Mesquita. A mesma linha que transportava laranjas, vai também trazer centenas de pessoas oriundas, principalmente, da região do Vale do Paraíba Paulista e Fluminense. Estas, em sua maioria, são negros e mulatos descendentes de escravos, que vem trazendo seus costumes e tradições, como jongo, calango e a Folia de Reis.

Esses novos moradores só não contavam com as péssimas condições de moradia que vão encontrar em Mesquita, que não possuía saneamento básico, luz elétrica e água tratada. Dessa forma, teremos um alto índice de mortalidade, principalmente entre negros e pardos, o que evidencia as péssimas condições em que viviam, conforme dados da tabela abaixo retirada da pesquisa de Costa (2011):

Tabela 4 – A região do falecimento por ano. Municípios de Mesquita, Belford Roxo e Caxias:

Ano	1889	1894	1899	1904	1909	1914	1919	1924	1929	1934	1939	Total
Mesquita	6	19	8	7	33	26	78	79	106	119	159	640
Belford Roxo	11	9	3	1	1	2	2	2	5	6	6	48
Duque de Caxias	26	23	12	10	21	13	12	6	9	1	1	134

Fonte: 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu

Nesse mesmo período, serão implantados os primeiros terreiros de candomblé, por pessoas que não vêm da região do Vale do Paraíba e sim dos subúrbios cariocas ou da Bahia. Ainda hoje, Mesquita preserva vários terreiros de religiões de matrizes africanas, principalmente nos bairros de Santa Terezinha, Chatuba, Banco de Areia, Edson Passos e Vila Emil.

Ainda na primeira década do século XX, amplia-se o número de indústrias no município, com predominância das olarias, que vão se centralizar nos atuais bairros de Rocha Sobrinho, BNH, Banco de Areia e Vila Emil. A predominância da mão de obra nas Olarias era de negros e negras que ainda na década de 1940 trabalhavam em troca de moradia e lenha, que as olarias disponibilizavam para seus operários. Um exemplo disso é a família Praxedes que reside até o presente nas casas que pertenciam a olaria, local conhecido hoje como “venidão”, o qual pertencia a antiga olaria do Quintela. Já no Centro do município vão se concentrar industrias como a Pumar, a Laminação Brasferro e a Indústria brasileira de tubos.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, intensifica-se o processo migratório facilitado pelo início dos loteamentos. Alguns deles localizados em áreas dos antigos laranjais que já estavam entrando em decadência. Dessa forma, Mesquita começa receber pessoas oriundas da Europa, principalmente Portugal e Espanha, africanos de Cabo Verde. Internamente, vindos de diversas regiões do Brasil, chegam os ciganos e, atraídos pelo crescimento da região, vem nordestinos e os mineiros.

Na década de 1960, com a total decadência da laranja e início do processo de decadência das olarias, inicia-se no bairro Banco de Areia, um polo moveleiro com cinco fábricas que criou uma grande de mão de obra. Sua decadência ocorreu nas décadas de 1980 e 1990.

Em 25 de setembro de 1999, Mesquita emancipa-se do município se Nova Iguaçu, tornando-se o mais novo município da Baixada Fluminense, tendo como seu primeiro prefeito José Montes Paixão (2001/2004). Porém, em abril de 2004, por motivos de saúde o prefeito foi afastado, assumindo seu então vice-prefeito, que comandou a cidade até a eleição de 2004, vencida por Arthur Messias da Silveira, o qual governou por dois mandatos (2005/2008 e 2009/2012). Em 2012, quebrando uma hegemonia do PT de oito anos, o então vereador Rogelson Sanches Fontoura, mais

conhecido como Gelsinho Guerreiro, vence a eleição municipal, tornando-se prefeito de Mesquita, atualmente no cargo.

GEOGRAFIA DE MESQUITA

Mesquita faz limites:

Rio de Janeiro – marco divisório – Maciço do Jericinó;
Nilópolis – marco divisório – Rio Sarapuí;
São João de Meriti – marco divisório – Rio Sarapuí;
Belford Roxo – marco divisório – Rodovia Pres. Dutra (BR 116);
Nova Iguaçu – marco divisório – Rio Dona Eugênia, Rua Marques Rolo e Rio da prata.

OS BAIRROS DE MESQUITA

Alto Uruguai, Banco de Areia, BNH, Bairro Industrial Chatuba, Centro, Cosmorama, Coréia, Cruzeiro do Sul, Edson Passos, Jacutinga, Juscelino, Rocha Sobrinho, Santa Terezinha, Santo Elias, Vila Emil e Vila Norma.

RIOS DE MESQUITA

Sarapuí, Dona Eugênia e Rio da Prata (ambos afluentes do Rio Sarapuí).

CULTURA

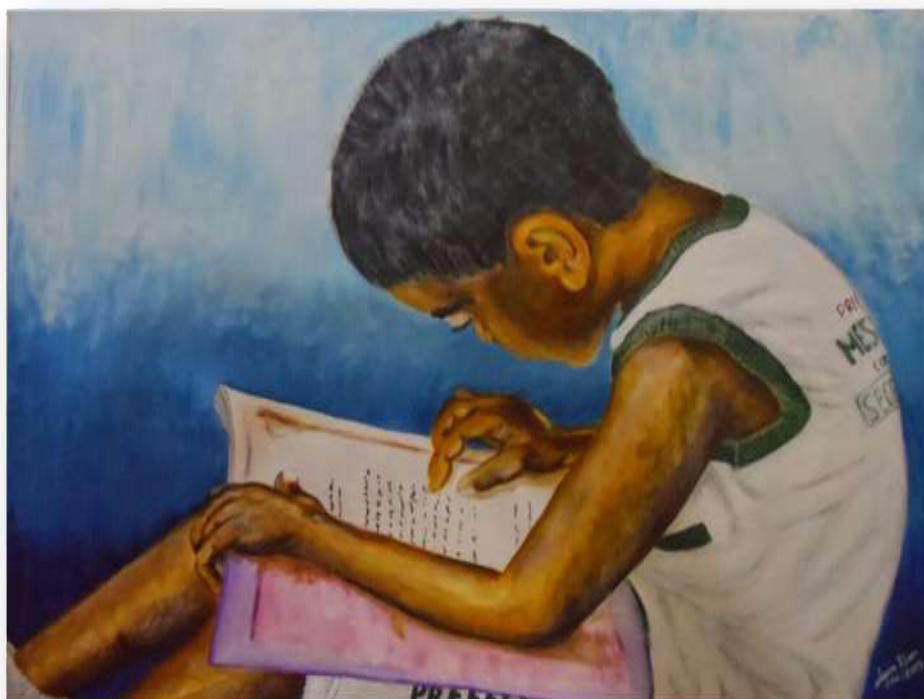
Em Mesquita temos duas Folias de Reis:

- Folia de Reis Sete Estrelas do Rosário de Maria, sob o comando do Mestre Dinho, filho da antiga Mestra dona Mariana.
- Folia de Reis Sempre Viva do Oriente, sob o comando do Mestre Nilton.

Na área de Arte e Literatura:

- Academia Mesquitense de Letras.

Pressupostos Teóricos



“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra.”

Anísio Teixeira

Introdução

A partir do movimento de reestruturação curricular, iniciado em 2013, pela Secretaria Municipal de Educação de Mesquita, pautado em princípios democráticos, associado com o participativo, foi possível contar com a participação ativa dos atores sociais envolvidos com a educação do município.

Esse movimento mobilizou tais profissionais que demonstraram, durante a participação da reestruturação curricular, uma postura ativa e, assim, por meio de suas vozes, a Comissão de Currículo pode perceber as “pistas” a respeito de que perspectiva de formação humana e/ou integral dos indivíduos era desejada para se trabalhar nas escolas de Mesquita.

Isso pode ser percebido nas seguintes falas que foram retiradas dos escritos das escolas resultantes do *Diálogo em Rede*⁵ realizado durante o período 2013 a 2014:

- Educação a partir de valores, *ética*, moral, respeito e cidadania (Creche M. Carmem m. Paixão)
- Articulação entre dimensões *políticas*, social e emocional (E.M.Paulo Freire)
- *Respeito* a todo ser humano. Relação entre as partes (E.M.Marcio Caulino)
- Educação com identidade plural, multifacetada e *politizada*. (E.M.Castelo Branco)
- [...] respeito dos diversos modos de ver/entender/constituir-se como sujeito e com atuação colaborativa e cooperativa. (E.M. Samuel)

Ao registrar as vozes dos docentes foi possível perceber a necessidade que estes possuíam para dialogar com as dimensões Ética, Estética e Política na educação pública. Isso se evidencia como ‘pistas’ para o tipo de cidadania o qual os atores sociais que educam na cidade de Mesquita esperam para os estudantes. Tais dimensões se

⁵ Encontros realizados nas escolas entre os alunos, comunidade escolar e profissionais da educação da rede municipal de Mesquita para discussão da Proposta de Ação Político Pedagógica durante os anos de 2013 a 2014.

aproximam de uma percepção de educação para cidadania, que supere a perspectiva homogeneizante e abstrata, na qual têm sido tratados os princípios de cidadania herdada da modernidade (MCLAREN, 1997). Ademais, “a democracia envolve o direito à participação o que se requer a compreensão de contrastes culturais, de forma a vislumbrar-se uma sociedade inclusiva” (Taylor apud Canen, 2005, p.170)

Para os docentes de Mesquita, a noção de ética se torna de extrema inerência para levar adiante os ideais de cidadania, o que está evidenciado neste documento, mais especificamente na parte que diz respeito aos princípios de Cidadania, da Diversidade, Formação de Valores, de Ecologia e Sustentabilidade e de Ciência e Tecnologia.⁶

No que concerne à ética⁷, esta difere da moral, a moral é apenas o cumprimento de uma regra ou uma norma estabelecida num grupo social. Para Prado e Gutierrez (2013, p. 109), a ética “nasce do próprio indivíduo e responde a um imperativo não vinculante, e é humana, auto-organizativa”.

Ainda segundo Prado e Gutiérrez (2013):

A ética está permanentemente baseada em princípios naturais e dinâmicos. Pode variar em sua aplicação prática segundo as condições ou conflitos existentes. Em outras palavras, a aplicação dos princípios éticos gerais pode tomar sentidos, significados e até expressões diferentes segundo os problemas que forem trabalhados. Mas em qualquer caso ou circunstância, a ética se expressa em proposições de afirmação que não se conformam com o mínimo, e sim tendem a plenitude (p.110).

A amplitude da ética se desenvolve quando há uma preocupação com o outro, fundamentada na alteridade. A preocupação ética é a preocupação pelo que acontece com o outro e pelo efeito de nossas ações ou com aquilo que não decidimos fazer. Se eu

⁶ Durante o processo de reestruturação curricular da educação mesquitense, os professores discutiram nas escolas a Finalidade e Princípios da Educação Mesquitense (Diálogo em Rede, 2013).

⁷. Ética, entendida como um conjunto de valores, também faz parte da cultura humana. (...) O agir humano deve revelar uma ética. Pelo comportamento do ser humano é possível inferir a existência ou não de uma postura ética, a qual é resultante de um processo de aprendizagem. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplcinefe/eventos/cinefe/artigos/arquivos/eixo_tematico5/Etica%20e%20formacao%20de%20professores.pdf Acesso em: 04/05/15

me preocupo com as consequências de minhas ações com o outro, quer dizer que tenho uma preocupação ética (PRADO e GUTIÉRREZ 2013).

É possível perceber, também, nas falas dos professores de Mesquita, a preocupação por um tipo de ética pautada nos valores democráticos, sob a qual se desenvolva entre os indivíduos um diálogo livre, sem constrangimento de quaisquer dimensões⁸ do indivíduo. Com isso, buscar uma capacidade de entendimento, baseada em valores e consensos aceitos pelos atores sociais no interior das escolas.

Tal assertiva pode ser observada nas falas a seguir:

- Ambiente democrático norteado pelo diálogo (E.M.Che Guevara);
- Conduta ética e afirmação de valores (E.M.Santos Dumond);
- Fortalecimento das relações interpessoais (E.M.Manuel Reis);
- Respeito a todo ser humano/Relação entre as partes (E.M.Marcio Caulino);
- Relação dialógica, formação de sujeitos e transformação coletiva (E.M.Maria Dolores).

Sendo assim, é possível perceber que, para a educação mesquitense, e as práticas educativas no interior das escolas, os professores almejam uma conduta ética para fortalecer a democracia, as relações interpessoais, o respeito mútuo, tendo como balizador para formação dos alunos e alunas: o diálogo.

Foi possível, também, observar nos escritos do Diálogo em Rede a necessidade de trazer à formação do/da discente o aspecto político, a fim de que se construa uma consciência crítica das várias realidades locais para colaboração de decisões coletivas. Dessa maneira parece, então, que o diálogo com a dimensão política favoreceria e ofereceria condições propícias para participação dos estudantes em vários contextos da do ambiente escolar e da vida em sociedade.

Sobre a dimensão política⁹, cabe destacar as falas dos docentes nas seguintes sentenças:

⁸ Sobre dimensões do ser humano nessa sentença, entende-se que são os aspectos biológicos, psicológicos, além das perspectivas de direitos e do respeito às identidades culturais e religiosas.

⁹ Aristóteles (384-322 a.C.) afirmava que o ser humano é por natureza um ser social , pois, para sobreviver, não pode ficar completamente isolado de seus semelhantes.Por isso para o filósofo, o ser humano em seu sentido pleno é um ser político. É por isso que, para Aristóteles, a política é uma

- Educação com identidade plural, multifacetada e *politizada* (E.M.Castelo Branco, 2013, *grifo nosso*);
- Formação de um cidadão participante relacionado aos direitos humanos de educação laica (E.M.Machado de Assis);
- Educação autônoma e democrática (E.M.Roberto Silveira);
- Escola laica para a diversidade (E.M.Marcio Caulino);

- Articulação entre as dimensões, políticas, social e emocional (EMEI Pedrinho);
- [...] um aluno questionador (E.M.Santos Dumond);
- [...] construção participativa (E.M. Irena Sendler);
- Cumprimento dos direitos e deveres (E.M. Hélio Mendes).

Vê-se nas proposições dos docentes de Mesquita, a noção de escuta e de diálogo para desenvolver a capacidade de julgamento, escolhas e decisões. Adicionalmente, a dimensão política tem como premissa inicial o desenvolvimento da consciência de pertencimento do espaço público, na qual é valorizada a diversidade, a laicidade e a participação ativa dos estudantes nas questões sociais e do âmbito escolar.

Pode-se acrescentar às proposições acima a contribuição de Dubet (2011):

A escola republicana formou cidadãos sem ser verdadeiramente um espaço de aprendizagem da democracia ativa: nela, os alunos tinham muitos deveres e poucos direitos. Hoje o tema do direito dos alunos se impõe em toda parte. Mas o que são esses direitos quando se sabe que a relação pedagógica associa professores e alunos, adultos e crianças, indivíduos desiguais por princípio? O principal desafio da formação para a cidadania consiste, portanto, na construção de um espaço de civilidade escolar, no qual os problemas de disciplina, de violência, de desvio precisam ser abordados em termos democráticos, em termos de direitos e de deveres. Trata-se, portanto, de um problema extremamente difícil, porque nos obriga a pensar na construção de uma ligação democrática entre indivíduos desiguais, porque nos obriga a conceber a formação de comunidades educativas com base numa legitimidade democrática, numa legitimidade discutida e discutível, distanciada ao máximo do modelo tradicional das instituições (p. 304).

continuidade da ética, ou melhor, a ética é entendida como uma parte política. A ética dirige-se ao bem individual, enquanto a política volta-se para o bem comum (CONTRIM & FERNANDES, 2010, p.316).

A dimensão política, sugerida pelos docentes, pode ser de muita valia, mas corre-se um risco de manter tal dimensão apenas no discurso, se não for aberto um espaço de aprendizagem para exercer a democracia social na escola. Visto que as questões enraizadas da/na cultura escolar como a hierarquia, a violência simbólica nas relações professor/aluno durante o processo de ensino aprendizagem, enfraqueceram a essência do aspecto político. Como salientam Giroux e McLaren (2011) que o sentido social possa ser resgatado e reiterado a fim de dar aos professores e estudantes a possibilidade de com suas histórias de vida e culturais desenvolverem uma forma de resistência para o fortalecimento da democracia na escola, uma vez que “se a escola pretende contribuir para integrar politicamente as novas gerações, ela deverá fazê-lo dotando-se de possibilidades de participação, e não somente para se fazer representar” (LELEUX, 2008, p.200).

Ressalta-se, assim, a importância de estabelecer novas relações entre as pessoas que fazem parte da comunidade escolar, abrangendo a “voz” social e cultural como o reconhecimento dos direitos e deveres e de exercer a consciência cidadã. Significa a abertura à participação social e da formação do discente como ator de seu processo de construção e constituição do conhecimento através do diálogo. Isso está evidenciado nas falas dos profissionais mesquitenses¹⁰:

Adotaremos [...] uma concepção [...] que seja pautada na valorização do **diálogo** entre as diferenças, que seja democrático, contemplando também os ideais de justiça social, liberdade e vida decente. [...] Uma formação dialógica na qual haja interrelações reflexivas entre os indivíduos que estão em processo de formação escolar e desta relação resulte um cidadão ético, crítico, reflexivo, atuante, político, integrado, afetivo, criativo solidário, autônomo, consciente de seus direitos e deveres, que enquanto cidadão seja capaz de compreender a estrutura social e as particularidades de cada grupo social cultural, na qual está inserido e comprometido com a transformação local e planetária (Diálogo em Rede, 2013).

Diante das vozes dos professores, abre-se uma senda a ser percorrida para um processo educativo que dialogue com as diferenças. Dessa maneira, a democracia seria

¹⁰ Estas referências foram retiradas de sugestões apresentadas por dezesseis escolas que enviaram respostas para os questionários enviados pela Secretaria de Educação, bem como o uso da intervenção, de cada escola, em um texto base para fomentar uma discussão no “Diálogo em rede” dos dias 3 e 6 de outubro e 14 de novembro de 2014.

fortalecida em uma relação de alteridade que entenda o outro e se colocando em seu lugar. Tal capacidade é ampliada e refinada a partir da interação no diálogo (HERMANN, 2014).

Os docentes que lecionam em Mesquita dialogam também com a dimensão estética na educação. Isso foi registrado no Diálogo em Rede de 2013, que trazia à discussão os princípios e finalidades da educação em Mesquita.

Concernente à dimensão estética¹¹, cabe envolver a valorização das diferentes manifestações culturais, abrindo espaço para a criatividade e conduzindo o educando a construção de identidades plurais. Vale ressaltar também que a estética promove o movimento de ida e volta entre o discurso e a prática, revelando como se constitui o imaginário e a percepção dos indivíduos em suas múltiplas interações com mundo (EAGLETON, 1993). Cabe frisar ainda que a escola contemporânea precisa recuperar a natureza estética que valorize a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e a diversidade de manifestações artísticas e culturais (DCN, 2013).

Os professores também trazem contribuições significativas sobre esta temática quando destacam que¹²:

- Dimensões políticas, social e *emocional* (EMEI Pedrinho);
- Respeito à heterogeneidade e a *individualidade* (CEMEI Betinho);
- Desenvolvimento de habilidades contundentes/Estimulação de articulações de diferentes *dimensões* (E.M. Machado de Assis);
- Educação de caráter interdisciplinar (E.M. Ondina Couto);
- Relação produção e consumo excessivo (E.M. Hélio Mendes).

Os professores sinalizam em suas colocações o diálogo com a dimensão estética na/para a educação mesquitense, quando é salientado o aspecto emocional, a individualidade. O aspecto estético é útil para a educação e para vida em sociedade, pois

¹¹ Estética: (gr. *aisthetikós*, de *aisthanesthai*: perceber, sentir) I. Um dos ramos tradicionais do ensino da filosofia. O termo "estética" foi criado por Baumgarten (séc.XVIII) para designar o estudo da sensação, "a ciência do belo", referindo-se à empina do gosto subjetivo, àquilo que agrada aos sentidos, mas elaborando uma ontologia do belo. Contemporaneamente, a estética, tendo renunciado em princípio a todo cânones, é caracterizada por uma abundância decorrentes, cada uma constituindo suas teorias particulares.

¹² Estas referências foram retiradas de sugestões apresentadas pelos professores no I “Diálogo em rede”, do dia 14 de novembro de 2013.

o indivíduo está constantemente fazendo juízos estéticos sobre as pessoas, coisas, símbolos, músicas e até mesmo sobre o conhecimento escolar (COTRIM, 2010).

O aspecto estético na educação é para que se desenvolva nos alunos, alunas, professores e professoras “o olhar sensível, curioso, como, também, o olhar de quem olha querendo ver além. Ver cores, luzes, formas, matérias, detalhes” (DIAS, 2009, p.179), e diferenças para além das disciplinas fragmentadas e de padrões de beleza e do belo estereotipados, oriundos de grupos culturais e discursos hegemônicos circulantes em sociedade.

Pode-se acrescentar a este bojo, a contribuição de (Forquin apud Dias, 2009):

Ensinar a criança a prestar sistematicamente atenção às cores, formas, sons, movimentos, estruturas espaciais e arquitetônicas, elementos naturais e artificiais que caracterizam a sua paisagem vital - eis uma tarefa específica (da educação estética) tanto mais urgente quanto mais o mundo fica cheio de exigências ofuscantes; tanto mais útil quanto mais jovens as crianças sobre os quais ela for exercida, quanto mais consciente for o seu exercício (p.189).

Dessa forma, percebe-se que, para articular as dimensões estéticas, éticas e políticas, é necessário organizar o fazer pedagógico revestindo-o de uma intencionalidade emancipadora. Tal percepção de um fazer pedagógico com três dimensões seria uma intenção de desconstruir estereótipos e preconceitos (CANEN, 2005). Tal intencionalidade “começa exatamente pela sensibilização do belo, esteja ele onde estiver, resgatando a possibilidade da criação e da expressão características de todo ser humano” (DIAS, 2009, p.178), organizada por planejamentos e propostas de ações preconizadas nos Projetos Políticos Pedagógicos que tenham por finalidade a formação integral do aluno. Contribuindo, assim, para o processo de democratização do país, pois a ideia de educação deve estar ligada diretamente com a de cidadania, democracia e liberdade, visto que a escola não pode preparar para a democracia se em seu espaço não houver exercício democrático. Sobre uma possível definição de democracia, é possível dialogar com Toro (2005) que diz:

A democracia não é uma ciência, um dogma, um partido, uma política. *É uma* (grifo nosso) forma de ver o mundo, um modo de ser e viver. [...] É uma maneira de organizar o mundo [...] e influencia toda a vida, o pensamento, as relações privadas e públicas. [...] A democracia não é natural ao ser humano. É uma invenção que ocorreu há 2.500 anos na Grécia Antiga. E como toda criação pode ser próspera, desaparecer ou ressurgir. (p.24-25)

Nesse sentido, seria extremamente contraditório fomentar a democracia em um espaço de exercício antidemocrático, visto que é preciso entender que “só existirá democracia no Brasil, no dia em que se montar no país a “máquina” que prepara as democracias. Essa “máquina” é a escola pública” (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932)¹³.

Assim, o processo de reestruturação curricular da rede municipal de educação de Mesquita possui em seu bojo teórico um diferencial, que, de forma empírica, inicia a discussão com os atores envolvidos, através de uma busca por compreender as realidades sociais em uma perspectiva macro da sociedade. A partir das vozes docentes foi desvelado que uma “crise” existira e, de certa forma, esta se tornaria um empecilho às aprendizagens dos alunos e alunas e para o convívio no interior das escolas mesquitenses.

À medida que a Comissão de Currículo tinha contato com as percepções de sociedade e de escola, salientadas pelos docentes, mais ficava nítido que os profissionais se sentiram à vontade para externar os conflitos externos e internos imbricados em sua subjetividade.

A partir disso, outro assunto foi trazido para reflexão: o conhecimento escolar. Para os professores de Mesquita este se torna indispensável, considerando as camadas populares que chegam à escola com o fim de aprender tal conhecimento, diante disso há um anelo dos docentes de que os saberes escolares dialoguem com os saberes trazidos pelos alunos de forma dialógica.

Além disso, o movimento de reestruturação curricular demonstrou a preocupação de que a escola faz parte de um sistema nacional de educação, o qual faz com que esta seja influenciada por políticas externas e internas de educação. Isso faz com que planos municipais, projetos educacionais, propostas curriculares, formação docente e outros assuntos relativos ao aspecto instituído na escola, fossem levados adiante, principalmente na década de 1990 e 2000, de forma tão decisiva.

Outra marca diferenciada desta proposta é a percepção de que, para formação escolar dos indivíduos ou sujeitos das aprendizagens, far-se-á necessário dialogar com

¹³ Disponível em http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0069_02.html. – Acesso em: 10/08/2015

as dimensões: éticas, estéticas e políticas, para que se possam respeitar os tempos de aprendizagens nas dimensões: socioemocionais, culturais, identitárias com suas diversidades sensoriais, gênero, crenças, etnias, classe sociais (DCNs, 2013), para possibilitar uma formação humana integral com qualidade social.

Dessa forma, “desejamos tanto a socialização de todos, quanto o reconhecimento da singularidade de cada um” (Dubet, 2008, p.116), com foco na aprendizagem, na igualdade de direitos e na qualidade da permanência dos nossos alunos e alunas nas escolas mesquitenses. Assim, para isso, precisaremos da colaboração de todos os atores que fizeram parte desta reestruturação curricular, para fazer valer, no “chão da escola”, todas as nossas proposições aqui reveladas, a fim de que de alguma forma a educação da/na cidade de Mesquita venha ter uma capacidade ímpar de transformação das realidades socioculturais e humanas nas diversas comunidades e escolas distribuídas em todo o território mesquitense.



Do global ao local: novos paradigmas sociais, culturais e educacionais no cenário mesquitense

Vive-se um tempo de grandes transformações sociais e culturais nas sociedades ocidentais. Tais mudanças estão relacionadas a novas maneiras de perceber o mundo com valores diferenciados do período conhecido como modernidade. De acordo com Santos (1997), as práticas sociais, culturais e políticas desenvolvidas por esse paradigma, podem ser compreendidas como um projeto que se declinou. Isso significa que os excessos e déficits no discurso moderno que ainda se mantêm na contemporaneidade pouco auxiliam na projeção do futuro, pois é necessário criar necessidades radicais que tornarão o presente diferente e melhor.

Percebe-se, também, que a forma de conhecimento atual está relacionada às ideias do fugidio, do efêmero, do fragmentário e, em especial, da transitoriedade das coisas, como substitutos das noções de permanência e continuidade trazidas pela modernidade. Essa transição de sociedade favoreceu a quebra da noção de tempo e espaço por estas apreensões, ainda que empiricamente, na vida, nas ações e nas vozes dos indivíduos em sociedade.

Nesse sentido, é importante explicitar algumas noções sobre a modernidade para pensar as transformações na sociedade. De acordo com Harvey (2013), as noções sobre espaço-tempo herdadas desse paradigma resultam em transformações advindas de um projeto de sociedade:

Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade, as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destes. A ideia de usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e o enriquecimento da vida diária. [...] o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição (p. 23).

Nota-se que a modernidade caracteriza-se como sendo um projeto de sociedade que enaltece a ciência como reguladora das instituições e relações sociais. Os saberes criados em ambientes baseados no senso comum eram silenciados pela ciência, considerada como “verdade absoluta”. Esse processo pode ser percebido, ainda conforme Harvey (2013), na valorização dos iluministas para as formas racionais e de rationalidades que iam de encontro aos mitos da religião, da superstição, libertação do uso arbitrário do poder. Para o grupo de pensadores dessa rationalidade, os ideais de progresso tornam-se fundamentais, pois pressupõem o distanciamento do senso comum, libertando os seres humanos de um “cárcere” subjetivo oriundo das instituições sociais, como da igreja e da família. Era a ideia de superabundar noções de liberdade e inteligência humana, a partir do engajamento de uma razão universal. Diziam os iluministas que “uma boa lei era boa para todos, da mesma maneira que uma boa proposição verdadeira seria verdadeira para todos” (Harvey, 2013, p. 23). Entretanto, Werber (apud Harvey, 2013) denuncia que o discurso dos iluministas é, de certa forma, irônico e ilusório. A ciência, a rationalidade e a liberdade humana universais e pregadas pelos iluministas desvelaram a verdadeira intenção: aquela de influenciar os indivíduos em sociedade nos diferentes âmbitos sociais, culturais e, em especial, nas instituições sociais.

Essa rationalidade sofre alterações durante meados do século XX. Constatase a crise das afirmações generalizadas, dos discursos prontos e considerados “verdadeiros”. Com os movimentos sociais inicia-se outro paradigma de sociedade, valorizando outros saberes criados fora dos ambientes científicos. De acordo com Veiga Neto (2005), vive-se uma época de profundas mudanças sociais, incertezas e questionamentos sobre o processo político de igualdade e justiça social.

Atualmente, percebe-se a ruptura com o pensamento dominante de certos grupos sociais hegemônicos na sociedade, bem como as alterações dos comportamentos dos indivíduos. Essas transformações alteraram sensivelmente as finalidades das instituições sociais como a família, igreja e aqui, em especial, a escola, foco central das discussões sobre reestruturação curricular no município de Mesquita e as possíveis correlações com a crise na sociedade contemporânea. Isso suscita indagar: como a escola lida com um contexto social diferenciado e marcado por novos paradigmas?

Para os professores que lecionam na cidade de Mesquita¹⁴, os alunos chegam à escola com práticas sociais que desafiam a docência e exige a criação de uma “pedagogia” que dialogue com as realidades dos alunos, mas que não “minimize” a apropriação do conhecimento escolar. Isso pode ser constatado nos escritos encaminhados pelos professores à Secretaria de Educação, já em 2014, durante o processo de reestruturação curricular, no qual foram produzidos diferentes documentos pelos profissionais das escolas¹⁵.

- Saberes culturais/ Aspectos intra e interpessoais/ Articulação entre as dimensões políticas, social e emocional;
- Respeito à heterogeneidade e a individualidade/ Compreensão sobre diversidade e de transformação da sociedade;
- Conhecer a identidade do aluno, comunidade, história de vida e de mundo/ Contextualização do conhecimento/modificação da realidade com saberes atuais e diálogo;
- [...] a escola garante a apropriação crítica do conhecimento científico e [...] a difusão dos conteúdos e visão da realidade;
- Valorizar a diversidade de pensamentos e conhecimentos;
- Pensando na formação do educando como sujeito de sua própria história, concebemos o conhecimento escolar enquanto um saber historicamente acumulado e como uma construção que o sujeito faz a partir das interações com o mundo físico social de seu contexto. Para tanto, é necessário proporcionar a reflexão e valorização destes conhecimentos, integrando-os aos já trazidos pelos alunos, possibilitando aos mesmos a oportunidade de construir e aperfeiçoar os seus próprios conceitos;
- O conhecimento escolar ganha sentido quando está a serviço da emancipação do sujeito desenvolvendo a sua autonomia;
- [...] a utilização do conhecimento de modo ético no cotidiano, nas relações que estabelecem e na vida individual.

Da análise realizada dessas concepções é possível ressaltar que o conhecimento escolar está cada vez mais inclinado ao desenvolvimento integral do indivíduo no contexto educacional. Isso pode ser evidenciado no reconhecimento às diferenças culturais e subjetividades dos alunos, para que de alguma forma a escola colabore com a

¹⁴ Convém ressaltar que este texto se baseia na participação de alguns professores no debate de reestruturação curricular, realizado em 2013 a 2014 na cidade de Mesquita, bem como na análise de documentos enviados à Secretaria de Educação na ocasião, a partir de uma iniciativa participativa intitulada “Diálogos em rede”.

¹⁵ Esses discursos foram retirados de sugestões apresentadas por dezesseis escolas que responderam os questionários enviados pela Secretaria de Educação, bem como o uso da intervenção, de cada escola, em um texto base para fomentar uma discussão no “Diálogo em rede”, do dia 9 de junho de 2014.

socialização considerada mais “justa” dos conhecimentos historicamente criados e legitimados pelas ciências¹⁶, o que de certa forma torna a escola responsável pela popularização do conhecimento científico. De outro lado, é enfatizada a necessidade da escola trabalhar tanto a cultura das camadas populares quanto as experiências e culturas de “determinados grupos sociais particulares” (LOPES & MACEDO, 2011, p.275) ou de grupos culturais dominantes (SILVA, 2014) daqueles que detêm o poder na sociedade.

Assim, a escola vem se apropriando de discursos influenciados tanto pela modernidade, com a valorização dos conhecimentos científicos, quanto pela busca da identidade cultural, sem silenciar os conhecimentos trazidos pelos alunos e de seus grupos sociais. Dessa forma, há uma preocupação em conciliar diferentes conhecimentos: integra-se o escolar com aqueles criados por outras instituições sociais. Isso pode ser evidenciado nos pressupostos apresentados pelos docentes de Mesquita:

- O conhecimento deve ser construído a partir das experiências dos sujeitos cognoscentes [...], valorizando principalmente toda “bagagem” cultural que esse sujeito já possui antes mesmo de estar inserido no universo escolar;
- A aprendizagem deve proporcionar ao aluno uma reflexão dos conhecimentos adquiridos e [...] dos saberes que eles trazem de casa.

Observa-se que as finalidades sociais idealizadas para as instituições sociais e a forma de pensamento uniformizante, que a escola, em alguns momentos, reproduz, não dão mais conta de estabelecer essas intenções, tendo em vista que os alunos vêm à escola com as mudanças sociais imbricadas em sua identidade.

Essa junção pode ser melhor compreendida a partir dos estudos elaborados pelo sociólogo francês François Dubet (1998). De acordo com o autor, as instituições sociais vêm sendo modificadas e, no caso da escola, ele afirma que:

Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a

¹⁶ De acordo com Chauí (2013), com inspiração nos estudos de Boa Ventura dos Santos, entendemos aqui como Ciências, os conhecimentos criados pelas Ciências sociais, Naturais, Linguísticas e outras, sem o detrimento de outras formas de saberes/sistemas de saberes, como aqueles criados no cotidiano de diferentes grupos sociais e culturais.

moralidade, as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destes. A ideia de usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e o enriquecimento da vida diária. (...) o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da supertição (p. 23).

Para Dubet (1998), a escola tenta atender objetivos distintos, como por exemplo, socializar os alunos, bem como preparar para o mundo do trabalho. Além disso, é fundamental intervir no desenvolvimento da formação humana. Assim, pode-se afirmar que novas responsabilidades são propostas à escola, bem como o lidar com as práticas relacionadas ao convívio coletivo, que representa uma exigência da institucionalização social, e o respeito à individualidade de cada estudante. Fato que se amplia a partir de 1980, uma vez que o mundo se encontra diante de mudanças sociais, econômicas acompanhadas do intenso acesso das camadas populares ao ensino público.

Convém ressaltar que a escola pública é fruto de muitas lutas em uma sociedade preocupada com a democratização do ensino. Esse processo resultou em embates pautados na desconstrução da ideia de que a educação é um mero instrumento de reprodução da sociedade. Travaram-se, com isso, debates sobre os ideais democráticos e de justiça social para grupos desprivilegiados com o capital cultural (BOURDIEU, 2007). Como nos relata Souza (2011), isso pode ser interpretado da seguinte maneira:

A educação sempre foi um instrumento de reprodução da sociedade, quaisquer que elas fossem, mesmo quando permitiam métodos mais democráticos e abertos, cujos defensores tinham como objetivo a transformação das relações sociais. Afinal, a sociedade se reproduz e também a escola, com todas as suas contradições (p. 43).

Diante do exposto, vale destacar que, entre as décadas de 1960 a 1980, questionou-se bastante a validade de um modelo tradicional de escola, da concepção de conhecimento e a utilidade destes para as camadas populares. Além disso, as abordagens curriculares críticas denunciavam que a escola tradicional, de forma implícita ou explícita, marginalizava os conhecimentos dos alunos com o intuito de reproduzir as sociedades de classes dominantes.



De acordo com Libâneo (1995), o Brasil sofre influências do pensamento crítico, especialmente em meados da década 1970, período em que os professores são mobilizados a analisar suas ações no interior da escola de modo a contextualizá-las, contribuindo para o enfraquecimento do pensamento hegemônico de determinadas camadas sociais.

Já na década de 1980, dar-se-á ênfase a outra análise das finalidades da escola pública, tomando-a como um espaço social e cultural de luta para potencializar a democratização na sociedade, visto que o Brasil encontrava-se em um processo político propício para mudanças nas práticas escolares.

Esse contexto político favoreceu a redefinição sobre a finalidade da escola pública democrática. Significou “ouvir” os anseios de uma sociedade que se pretendia mais igualitária com menos injustiças sociais. Entretanto, para que isso fosse concretizado, ainda que de forma incipiente; os alunos, alunas e professores precisariam ter todas as condições para poder reconstruir cotidianamente o sentido de uma escola promotora de aprendizagens e de saberes que permitiriam “a diversidade/integração de conhecimentos básicos da ciência e de habilidades técnicas que fundamentam os novos processos sociais e cognitivos” (LIBÂNEO, TOSCHI & OLIVEIRA 2009, p 118-119) que são imprescindíveis a uma participação ativa, que se engajem na luta pela justiça social, numa sociedade cada vez mais complexa.

O paralelo entre a “escola democrática” e “promotora de aprendizagem” parece ser um anseio atual dos professores “mesquitenses”, visto que para estes a educação pública pode favorecer os seguintes aspectos:

Escola laica, o respeito à diversidade, a compreensão dos direitos e deveres, aprendizagem para a autonomia, uso das tecnologias, a importância das tecnologias, respeito às religiões, valorização das práticas culturais, articulação entre as dimensões sociais, políticas e emocionais, os projetos interdisciplinares para o conhecimento escolar, e, em especial, uma “educação cidadã” que contemple a igualdade, a equidade e a criação de ações afirmativas para a valorização das diferenças.

(trechos retirados dos Diálogos em Rede)

Assim, é fundamental que os professores, aprendam a lidar com a “elaboração de um currículo para sujeitos letrados” e em transformação coletiva, “através da qual se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação” (FREIRE, 2007, p.46).

Diante deste cenário, instaura-se um novo acordo entre a cultura escolar e as culturas sociais, tendo o indivíduo uma grande diversidade de conhecimentos, que, a partir de certas oposições de ideias, faz com que o indivíduo institua por si mesmo um sentido a sua experiência subjetiva atrelada a uma integração do mundo escolar (SOUZA, 2011).

O diálogo entre as culturas sociais e a cultura escolar constitui-se como uma noção próxima à perspectiva multicultural crítica. Esta concepção desafia preconceitos, dialoga com a formação da cidadania, questiona as diferentes perspectivas de desigualdades, indo além do reconhecimento das culturas, avançando para desvelar as relações de poder entre as culturas nas relações sociais multiculturais¹⁷, como salienta (CANEN, 2009). Isto ressignifica o sentido da experiência do aluno, a partir de uma integração positiva, com reconhecimento das trajetórias sociais e escolares, respeitando a subjetividade deste.

Cabe, aqui, ainda salientar que a perspectiva multicultural pode servir como “uma possível vertente para se trabalhar o currículo em uma perspectiva transformadora” (CANEN, 2009, p.67) para o entendimento de uma sociedade constituída de identidades plurais, com base na diversidade de raças, gênero, classe social, padrões culturais e marcadores identitários. Assim, com base nas falas dos professores de Mesquita, parece necessário dialogar com uma visão multicultural na reestruturação curricular, para que as relações de convívio e aprendizagens presentes no cotidiano da escola e de seus atores vislumbrem formas de lidar com a diversidade cultural.

¹⁷ Durante a década de 1990, evidenciou-se um relevante interesse de vários pesquisadores nacionais e internacionais pelos estudos culturais. Eles demonstraram grande preocupação com: a criação de uma política de identidade presente nos novos movimentos sociais; afirmação de identidades excluídas; descentralização das identidades centrais de classe, etnia, gênero, religião, nação e outras; discussão filosófica e teórica sobre o deslocamento do indivíduo moderno; suspeita em relação às narrativas hegemônicas de identidades; emergência de novas identidades que correspondem às novas necessidades do indivíduo contemporâneo e, ao mesmo tempo, globalizado, além de interesses diversos (SOUZA, 2011).

Conforme Canen (2005), a visão plural em que a diferença é percebida como categoria central para que se valorize a pluralidade de habilidades, a diversidade de sotaques e dialetos, a multiplicidade de saberes e das identidades étnicas, raciais culturais, linguísticas, religiosas e outras. Isso se contrapõe à percepção moderna e iluminista da identidade vista como uma construção estável e fixa (SANTOS, 1993).

Para acrescentar à discussão, vale utilizar dos escritos de Moreira (2005) que problematiza:

Considerar a pluralidade cultural no âmbito da educação [...] implica, portanto, pensar formas de valorizar e incorporar as identidades plurais em políticas e práticas [...]. Implica, também, refletir sobre mecanismos discriminatórios ou silenciadores da pluralidade cultural, que tanto negam a voz a diferentes identidades culturais, silenciando manifestações e conflitos culturais, como buscam homogeneizá-las em conformidade com uma perspectiva monocultural [...] Além disso, (...) o multiculturalismo examina o conhecimento transmitido nas diversas instâncias produtoras e transmissoras de cultura, identificando etnocentrismo, visões estereotipadas de determinados grupos e buscando aberturas para incorporação de uma pluralidade de vozes de formas diversas de se construir e interpretar a realidade. (p.16-22)

Diante do exposto, acredita-se que combater as discrepâncias dos pensamentos e lógicas estereotipadas nas/das relações sociais em suas múltiplas dimensões significa compreender os pressupostos teóricos e práticos das perspectivas multiculturais, para que de alguma maneira sejam valorizadas as vozes dos alunos. Que os professores possam, além de perceber a diversidade cultural e social, criar na coletividade, uma reinterpretação das realidades de cada grupo social para conviver e interagir no interior da escola.

Nesse sentido, torna-se necessário aprofundar as transformações ocorridas na sociedade brasileira no contexto do século XX e, principalmente, os seus desdobramentos no município de Mesquita.



Século XX: suas transformações na sociedade brasileira e seus desdobramentos no município de Mesquita.

Ao longo do século XX, sucederam-se novos avanços tecnológicos na história: computadores, a internet e outras tecnologias alteraram radicalmente o cotidiano dos indivíduos. Dessa forma, muitos problemas passaram a desafiar o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, que para permanecerem em um cenário internacional, precisaram desenvolver seus potenciais científicos e tecnológicos, visto que a posse de conhecimento e o uso da tecnologia são fatores determinantes de autonomia econômica e científica.

Também se observa expressivos avanços nas práticas de produção, como por exemplo, a mão de obra que foi sendo substituída pela automação e informatização, ameaçando as economias de nações emergentes. Segundo Canen e Grant (p. 163, 2005), “o final do milênio foi marcado por uma revolução tecnológica e pela intensificação do processo de globalização econômica que atingiu as sociedades em todo o mundo”. A máquina, o computador e o robô retiraram o ser humano do centro da atividade produtiva e também da finalidade desta. Estas mudanças demonstram a reorganização da produção capitalista, bem como a sua maleabilidade e complexidade. Para Libâneo e Oliveira (p. 599-600, 1998):

O capitalismo, para manter sua hegemonia, reorganiza suas formas de produção e consumo e elimina fronteiras comerciais para integrar mundialmente a economia. Tratam-se de mudanças no sentido de fortalecer o capitalismo, o que é dizer: fortalecer as nações ricas e colocar os países mais pobres na dependência, como consumidores. Essas alterações nos rumos do capitalismo se dão, no entanto, no momento em que o cenário mundial em todos os aspectos é bastante diversificado. A onda da globalização e da Revolução Tecnológica encontra os países (centrais ou periféricos, desenvolvidos ou subdesenvolvidos) em diferentes realidades e desafios, dentre os quais o de implementar políticas econômicas e sociais que atendam aos interesses hegemônicos, industriais e comerciais de conglomerados

financeiros e de países ou regiões ricas, tais como a América do Norte, Japão e União Europeia.

Dessa forma, a globalização como um fenômeno econômico e político levou à abertura das fronteiras e à diminuição do Estado como provedor, conduzindo as multinacionais a se tornarem mais potentes. Pressupõe-se que o Estado sai de uma lógica desenvolvimentista para uma lógica reguladora ingressando na época da qualidade e da globalização influenciando a educação. Segundo Charlot (2007), a miniminização do Estado advém de três processos: a nova valorização do local, a abertura das fronteiras no quadro da globalização e a constituição de blocos regionais¹⁸. Um dos primeiros exemplos de bloco regional bem sucedido foi o Mercado Comum Europeu criado pelo tratado de Roma de 1957, convertido depois em Comunidade Europeia e mais recentemente (1992) em União Europeia, contendo inclusive dispositivos sobre moeda única. São outros exemplos o North American Free Trade Agreement -Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), assinado em 1992, em vigor desde 1994 entre (Canadá, México e Estados Unidos), o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, que se tornou membro efetivo em 2012) o mais importante bloco de países em desenvolvimento, que pretendem, tendencialmente, alcançar um mercado comum, o Pacto Andino o qual envolve os países Bolívia, Peru Equador e Colômbia (criado com o Pacto de Cartagena de 1969), convertido em Comunidade Andina em 1996 (sem que, no entanto, sua pretensão em atingir a fase do mercado comum tenha sido sequer vislumbrada), a Ásia Pacific Economic Cooperation (APEC), fórum de diálogo que associa quase todos os países da bacia do Pacífico (Ásia- Pacífico), inclusive no hemisfério americano, em um programa de liberalização de comércio e de cooperação econômica entre a Ásia e o Pacífico (ALMEIDA, 2002).

¹⁸ Embora a designação de "bloco regional" possa ser aplicada a qualquer grupo de países vinculados pela contiguidade geográfica (blocos asiático, africano ou latino-americano) ou por acordos intergovernamentais, de tipo econômico ou político, o termo, em sua acepção restrita, refere-se aos agrupamentos de caráter comercial resultando de um projeto integrationista. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100002 Acesso em: 03/11/15.

Dentro desse contexto político a formação de blocos econômicos surgiu como uma premissa para que as nações se desenvolvessem e pudessem enfrentar as transformações ocorridas no mundo. Os países da América formaram blocos para enfrentarem os megaconglomerados, o capital estrangeiro, a dívida externa e para se enquadrarem nessa nova ordem mundial.

Isso se refletiu no campo educacional, os países da América Latina afastados da modernização, endividados, empobrecidos e sem recursos para investirem em áreas prioritárias são obrigados a seguirem as determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial que estabeleciam, entre outras, as seguintes prioridades para a educação dos países menos desenvolvidos: a educação básica gratuita, mas a secundária e superior sujeitas ao pagamento de taxas; o descarte e a inconsistência ao ensino profissional; planejamento curricular em moldes tecnicistas, como especificidade dos objetivos de aprendizagem em termos observáveis; descentralização da autoridade e flexibilização. Charlot (2007) afirma que as novas lógicas requerem trabalhadores e consumidores “bem” mais formados e qualificados, quer para produzirem mercadorias ou serviços, quer para utilizá-los.

Diante do contexto internacional, o Brasil partiu para o aprofundamento político e comercial do Mercosul, reforçando e ampliando as relações com os vizinhos do continente sul-americano, visando a uma efetiva integração da região, inclusive fisicamente, por meio de obras de infraestrutura. Assim, o governo brasileiro assumiu uma inegável posição de liderança no continente a partir de uma política externa voltada para a solidariedade internacional, os direitos humanos e a promoção do desenvolvimento em escala global.

Nesse cenário de mundo globalizado e altamente competitivo, os países do Mercosul conseguiram alguns avanços que proporcionaram impacto direto na vida de milhares de pessoas em todos os países do bloco, tais como a livre circulação de pessoas nos países no hemisfério sul, portando apenas um documento original, sem a necessidade de passaporte. Da mesma forma, houve também o acordo Multilateral da Seguridade Social dos Estados Partes que permite ao cidadão do bloco receber aposentadoria em qualquer um dos países da comunidade. Sendo igualmente estabelecidos o atendimento médico gratuito em cidades de fronteira e a adoção de

critérios comuns de saúde pública, a promoção de ações conjuntas para o enfrentamento da violência contra mulheres, a harmonização de currículos de mais de duzentos cursos universitários e a flexibilização do reconhecimento do histórico escolar da educação básica, além da obrigatoriedade do ensino de espanhol no sistema de ensino brasileiro. (CANEN e GRANT, 2005).

Diante destas questões fez-se necessário reestruturar as políticas educacionais e a forma como o conhecimento era tratado pelas políticas educacionais do Mercosul. Além disso, em vez de frisar um conhecimento para a equidade social e criação de uma cidadania plena, as pressões para participar de uma ordem internacional moveram a educação e o conhecimento dos países deste bloco para a necessidade de responder a uma pressão internacional, que visa a uma perspectiva mercadológica de ensino, formação profissional e acadêmica. (COWEN apud CANEN e GRANT, 2005).

Segundo Canen e Grant (2005), nesse cenário:

[...] o papel das agências internacionais, tais como Banco Mundial e Cepal, no assessoramento à elaboração das políticas educacionais regionais – particularmente na interpretação do tipo de conhecimento a ser desenvolvido e suas implicações pedagógicas nas diretrizes curriculares locais – passa a ser uma faceta importante a ser levada em consideração na mediação do processo, no contexto do Mercosul. (p. 174).

Percebe-se que as políticas educacionais locais podem apresentar homogeneização de um tipo de conhecimento, considerado importante para as agências internacionais. Esse movimento tem como base o sistema político neoliberal, cujo discurso prioritário é a privatização, a quebra das fronteiras, o estabelecimento de um mercado global e a saída cada vez mais do Estado nas decisões de produção. Desse modo, algumas instituições como Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas se voltaram para o ensino público numa tentativa de articulação da educação à lógica de mercado. Assim, iniciaram-se projetos de reforma educacional nos países da América Latina e, consequentemente, no Brasil.

A entrada do Brasil, no Mercosul, aceleraram as reformas educacionais no país durante a década de 1990 que, dentre elas, envolveram a aprovação da Nova Lei de

Diretrizes e Bases (LDB), nº 9394/96, a elaboração de projetos para viabilizar a atuação do governo: Plano Decenal de Educação para Todos, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), sistema de avaliação institucionalizada para todos os níveis de ensino, formação e capacitação¹⁹ continuada dos profissionais de educação.

Essas reformas nasceram da Conferência de Educação para Todos realizada em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia. Essa Conferência foi patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. Dessa Conferência procedeu a Declaração Mundial de Educação para Todos que resultou no compromisso firmado pelos países, principalmente, os de maior população no mundo: Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão (SARMENTO, 2010).

A partir desse compromisso, o MEC coordenou um amplo esforço reunindo entidades governamentais e não governamentais, sindicatos e associações da área educacional para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Assim, o governo brasileiro se comprometia em assegurar, até o ano de 2003, às crianças, jovens e adultos conteúdos mínimos de aprendizagem atendendo necessidades elementares da vida contemporânea. Esse compromisso foi firmado por representantes das três esferas (união, estados e municípios) e demais entidades participantes. Este Plano direcionou novos padrões de intervenção estatal (gestão própria do setor privado), recolocando as políticas educacionais como embates travados no âmbito das diretrizes governamentais: a descentralização.

O processo de descentralização foi baseado na redistribuição das receitas e fundamentado em novos arranjos políticos-institucionais, com a redistribuição de competências entre as diferentes esferas de governo. Desse modo, de acordo com o Art. 211 da Constituição federal de 1988, os Estados seriam responsáveis pelo ensino médio, os municípios pela educação infantil (creches e pré-escolas) e o ensino fundamental ficaria sob a responsabilidade compartilhada de Estados e Municípios.

¹⁹ A expressão “capacitação” foi muito utilizada durante a década de 1990 para se referir aos cursos de desenvolvimento profissional de professores.

Quanto à União, coube a função redistributiva e supletiva em relação as outras instâncias, ou seja, dar assistência técnica e financeira para garantir oportunidades educacionais com padrão mínimo de qualidade de ensino. Ficou também sob a responsabilidade da União o ensino superior e o financiamento das instituições de ensino público federais. Souza (apud Sarmento, 2012) afirma que tal decisão “favoreceu a consolidação da democracia, tendo tornado o Brasil um país mais ‘federal’ pela existência de vários centros de poder soberanos que competem entre si”. Entretanto, Martins (2004) salienta que a descentralização “é uma perspectiva que objetiva reduzir a mediação estatal e “fortalecer” a sociedade civil no que tange à responsabilidade pelo incremento financeiro”.

As propostas posteriores²⁰ ao Plano Decenal de Educação para Todos incorporaram a visão de descentralização como um redimensionamento a novas formas de gestão educacional através de um gerenciamento eficaz, com vista ao aumento da produtividade e competitividade nas instituições escolares, integrando-as à linha modernizadora de implantar novos esquemas de gestão nas escolas públicas, outorgando-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica.

A ideia de gerenciamento, presentes no Plano Decenal, serviu de referência para a elaboração do Plano Nacional de Educação que foi aprovado pela Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, com validade para dez anos, cujo objetivo era projetar metas e estratégias para colocar o país em um patamar de desenvolvimento comparado ao dos países desenvolvidos. O foco a ser perseguido pelo PNE (2001-2011) era a eficiência, a equidade e a qualidade em todos os níveis educacionais. O referido plano foi construído em três eixos: a educação como direito da pessoa; a educação como fator de desenvolvimento econômico e social e a educação como meio ao combate à pobreza. Foram traçados para os dez anos posteriores, os seguintes objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação pública e a democratização da gestão do ensino público. (SARMENTO, 2010)

Independente do PNE, em abril de 2007, foi instituído pelo Decreto nº 6094, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, a ser implementado pela União

²⁰ Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, Conferência Nacional, tendo como tema central a Construção do Sistema Nacional de Educação.

Federal, em regime de colaboração com Distrito Federal, estados e municípios, era considerado o programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE 2007). O PDE estava estruturado em 28 diretrizes objetivando a melhoria da qualidade da educação básica. Essa qualidade seria aferida com base no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que combina informações sobre o desempenho dos estudantes e seu rendimento (aprovação).

Segundo Sarmento (2010), os pontos relevantes sob os quais as ações do PDE organizaram-se foram:

1) medir a qualidade do ensino é o primeiro passo para melhorar a educação do país, incluindo avaliação por escola e plano de metas (IDEB), acompanhamento de fluxo escolar por aluno (Educacenso), Prova Brasil para organizar o currículo do ensino fundamental e a alfabetização de crianças avaliada pela provinha Brasil; 2) a formação de cidadãos começa pela base, englobando financiamento da Educação Básica (FUNDEB), livro didático no Ensino Médio, alimentação escolar e Caminhos da escola; 3) em todo o Brasil a oportunidade de fazer um curso superior está mais perto dos brasileiros, incluindo a expansão do ensino superior público (REUNI), PROUNI, lei de incentivo à pesquisa, Pós-Graduação; 4) milhares de estudantes podem entrar em uma Escola Técnica Federal e sair com um diploma na mão, articulando expansão das escolas técnicas federais, reforma do Sistema S, educação profissional – Brasil profissionalizado, PROEJA; 5) para revolucionar o ensino no País, o PDE enfrenta uma questão muito importante: a valorização dos professores, em que são destacados formação de professores, Nova CAPES, UAB e PISO Salarial Nacional de Magistério. (p. 37).

Outro movimento foi iniciado, paralelamente, pelo MEC, com o intuito de promover uma Conferência Nacional, tendo como tema central a construção do Sistema Nacional de Educação. Para orientar as conferências nacionais e estaduais, foram definidos cinco eixos temáticos: desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação (SNAE); Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação; construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação; Inclusão e Diversidade na Educação Básica; Formação e Valorização Profissional. Cabe ressaltar que, de acordo com Ramos (2008) “articular a educação à lógica de mercado é o esforço empreendido

pelos projetos de reforma educacional para a Educação no Terceiro Milênio empreendido e financiado por organismos internacionais como o Banco Mundial²¹.”

Desse modo para obterem recursos, os entes federados precisavam assinar o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Depois da assinatura, os estados, municípios e Distrito Federal deveriam elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR)²². Segundo o site do MEC²³, todos os 5.563 municípios, os 26 estados e o Distrito Federal aderiram ao Compromisso, dentre eles, o estado do Rio de Janeiro e seus 92 municípios.

Para Souza, Alcântara e Vasconcelos (2014), a repercussão, no estado do Rio de Janeiro, se deu da seguinte forma:

No estado do Rio de Janeiro, o PDE implicará repercussão municipal num contexto impactado pela regulamentação do Sistema Estadual de Ensino, instituído pela Lei nº 4.528, de 28 de março de 2005 (RIO DE JANEIRO, 2005) que, entre outros aspectos, deflagrou a extinção da oferta estadual da Educação Infantil e intentou, igualmente, efetuá-la em relação aos anos iniciais do Ensino Fundamental²⁴ (p. 219).

Assim, a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ) deixou de delegar competências aos municípios e passou a encarregá-los da concretização da implantação de seus respectivos Sistemas Municipais de Ensino, incluídos os Conselhos Municipais de Educação (CME), a serem criados por lei municipal própria. Souza, Alcântara e Vasconcelos (2014) assinalam ainda que:

[...] segundo dados oficiais, a adesão ao PAR ter sido registrada em escala nacional, parece plausível presumir que, [...] sua disseminação no Estado do Rio de Janeiro tenha particularmente sido impulsionada

²¹ Alpharrabios - Revista do Curso de História. RAMOS, Maria de Lourdes Lôpo. Educação e Currículo: as políticas públicas educacionais nos anos 90, V. 2, nº1, 2008. Revista eletrônica publicada pela EDUEP-UEPB. Disponível: Link <http://eduep.edu.br/alpharrabios> - UEPB - EDUEP – Acesso em: 05/06/2015.

²² O PAR é o planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos — 2008 a 2011. O PAR é coordenado pela secretaria municipal/estadual de educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local.

²³ Disponível em: www.fnde.gov.br/programas/par/par-apresentacao Acesso em: 05/10/14

²⁴ Convém lembrar que, no Rio de Janeiro, ao final dos anos 1980, instituiu-se o Programa Estadual de Municipalização do Ensino de Primeiro Grau (Promurj) voltado a municipalização do atual Ensino Fundamental. O Promurj previa o estabelecimento de um convênio entre o Estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ), e o município interessado, fixando, com isto, as competências de cada uma das partes conveniadas (SOUZA et al, 2014).

pelos desafios postos aos municípios fluminenses de, a partir de 2005, virem a responsabilizarem-se integralmente pela cobertura da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino Fundamental (p. 228).

A prática da municipalização na realidade brasileira foi articulada com as orientações de organismos internacionais e isso trouxe consequências desafiadoras ao processo de municipalização. Segundo Martins, Oliveira e Bueno (2004):

Na América Latina dos anos 1990, a municipalização, entendida como alternativa de descentralização financeira, foi colocada como contraponto à crise de racionalidade do estado e estratégia política fundamentada na necessidade de redução dos gastos públicos e nas intenções de compartilhamento dos mesmos com a sociedade via mecanismos de mercado. (p. 182)

Tudo isso gerou diminuição nas matrículas da Educação Básica na rede pública do Estado do Rio de Janeiro de um modo geral e aumento na participação da rede particular (Idem, 2014). Souza et al (2014) apontam que:

Tal quadro viria a evoluir, em 2011, para uma redução das matrículas da Educação Básica pública como um todo, concomitantemente a uma maior participação da rede particular, embora não expondo taxas que indiquem absorção dos déficits gerados pela retração da rede pública. Neste contexto, as políticas ditas descentralizadoras consubstanciaram-se, na prática, em processos quer de desconcentração da administração educacional estadual, tipicamente à margem da partilha de poderes e da observância do regime de colaboração, quer de privatização da Educação Básica, caracteristicamente marcada, de um lado, por movimentos de cessão ou retração da oferta pública de algumas de suas etapas, e de outro, pela formação de nichos de demanda educacional reprimida a serem atendidos, justamente, pela rede particular de ensino (p. 228).

Além da questão relacionada às matrículas, consta no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro - ano xxxv - nº 232 - de 21 de dezembro de 2009²⁵ que:

²⁵ Disponível em: http://sindpefaetec.org.br/wp-content/uploads/2011/08/21_12_2009_PI211209_012.pdf
Acesso em: 01/10/2015.

[...] o diagnóstico estatístico para a Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro, é importante registrar que ainda existem ambientes inadequados para o desenvolvimento integral da faixa etária de 0 a 5 anos. Os programas educativos em grande parte das escolas não contam com espaços físicos adequados, materiais pedagógicos e profissionais qualificados para exercerem as funções de cuidar e educar, em todas as faixas etárias e, em especial, nessa. Há um expressivo contingente de professores atuando, principalmente nas creches, sem a formação mínima exigida, ou seja, sem o Ensino Médio, na modalidade Normal, como mostra este Plano, no capítulo referente à Formação e Valorização dos Profissionais de Educação.

Percebe-se que a questão de infraestrutura e da formação dos profissionais, nesse período, ainda se constituía em um desafio para muitos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

A Constituição de 1988, ao apresentar o Ensino Fundamental como responsabilidade de ambas as instâncias subnacionais, estabelece ainda que, na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios, deverão definir estratégias de colaboração, de modo a assegurar a universalização deste nível de ensino (art. 211, § 4º).

Assim como afirma Souza e Faria apud Hora (2010)²⁶:

[...] em face da atribuição de uma maior autonomia aos Municípios, estes se viram diante de desafios concernentes: I) à sua participação no Regime de Colaboração, de forma solidária, junto aos Estados e à União; II) à previsão da Educação Municipal, enquanto capítulo específico, na formulação de suas Leis Orgânicas (LO's); III) à elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME's); e, ainda, IV) à constituição de seus Conselhos de Educação e dos Conselhos de Acompanhamento de Controle Social (CACS). (p. 566).

Dessa maneira, os sistemas municipais de educação devem integrar-se às políticas e planos educacionais da União e dos estados, bem como exercerem ação distributiva em relação às escolas municipais, podendo baixar normas complementares para seu âmbito de atuação, tendo como atribuição autorizar, credenciar e supervisionar suas escolas (HORA, 2010).

²⁶ Disponível em: [file:///C:/Users/leda%20pon/Downloads/19799-71788-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/leda%20pon/Downloads/19799-71788-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 27/10/15

Assim, diante de tantos desafios, os municípios fluminenses encararam a responsabilidade pela cobertura da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, inclusive, os treze integrantes da Baixada Fluminense.

Os municípios da Baixada Fluminense, segundo Hora (2010):

[...] apresentam, entre si, importante identidade social, cultural, geográfica, econômica, dada sua origem histórica, o modo de colonização e seu processo de desenvolvimento [...]. Ressalto inclusive a organização geopolítica da região: Nova Iguaçu se tornou um gerador de novos municípios, com a emancipação de Duque de Caxias (que englobava São João de Meriti, em 1943; Nilópolis em, 1947; Belford Roxo e Queimados em, 1990; Japeri em, 1991 e, por fim, Mesquita em, 1999 (p. 575).

A Baixada Fluminense é uma região geográfica do estado do Rio de Janeiro que engloba desde a área da Baía da Ilha Grande até Campos dos Goytacazes, no limite com o Espírito Santo (Simões, 2011). Entretanto, no aspecto político da região, esta se configura com os seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo, Queimados, Magé, Paracambi, Japeri, Itaguaí e Seropédica. É uma região que concentra grande parte da população do estado, sendo a segunda mais populosa, com mais de três milhões de habitantes²⁷, só sendo superada pela capital. É um local que concentra grandes problemas sociais, econômicos e de violência urbana.

Nesse cenário, pode-se afirmar que os debates sobre as políticas de descentralização e articulação entre o MEC e as Secretarias Municipais de Educação da Baixada, considerando a organização das atividades do PDE, não chegaram às escolas dessa região. Fato que demonstra que o Ministério trata as Secretarias Municipais como meras executoras das políticas educacionais do governo federal (FREITAS apud BARÃO et al, 2012).

Em pesquisa realizada nos municípios da Baixada Fluminense por Barão, Alcântara e Lages (2012), sobre as concepções e as práticas do PDE, ficou evidenciado que a maioria dos municípios não realizou discussões antes (ou mesmo depois) de

²⁷ Dados retirados de informações do IBGE e do Plano Diretor do Município de Mesquita - Lei nº 355 de 25 de outubro de 2006.

assinarem o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação com os profissionais de educação e os responsáveis pelos alunos.

Nesse sentido, a pesquisa afirma que as informações, ações e os programas ocorreram de forma fragmentada e a elaboração do PAR, na maioria das vezes, serviu mais para prestar conta ao governo federal do que para organizar o trabalho nas secretarias e na rede municipal. O diagnóstico apresentado pelos municípios não foi socializado nas próprias secretarias e escolas. O PAR foi oferecido aos municípios como modelo de Planejamento, no qual os marcos de observação para o diagnóstico e os eixos de ação já estavam determinados e se estruturavam em quatro dimensões: Gestão educacional, Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação e Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos. A partir dessas dimensões os indicadores deveriam ser pontuados em uma escala que variava de um a quatro, conforme a lógica dada pelo governo federal: (1) situação crítica, (2) insuficiente, (3) satisfatório com ressalvas e (4) positivo. Coube às secretarias apenas preenchê-los optando pela pontuação que estivesse mais próxima à realidade municipal, a partir de um consenso entre a equipe de elaboração (BARÃO, ALCÂNTARA E LAGES, 2012).

A pesquisa realizada pelas referidas autoras demonstra que se agregou novos atores ao planejamento, mas a participação dos mesmos se restringiu apenas a elaboração do PAR, assim como os membros internos da SME e dos membros externos. Essas pesquisadoras (op. cit) apontam ainda que o PDE:

Proclama, entre outros aspectos, a intenção de construir um regime de colaboração em novas bases, que tivesse como foco a melhoria da educação básica. Com este intuito, uma nova gestão deveria ter sido implantada tendo por base planejamentos participativos em diferentes esferas: do macro ao micro, do governo federal ao chão da escola. De imediato, o surgimento do PDE por decreto já expressa os limites dessa apregoada participação em que, supostamente, deveria ocorrer uma ampla mobilização e responsabilização de “todos pela educação”. Se, na grande mídia, houve um tom consensual de apoio ao PDE, tal consenso não se sustenta quando protagonistas do campo educacional são consultados (BARÃO, ALCÂNTARA E LAGES 2012, p. 199).

É importante salientar a partir desses dados o fato de os professores perceberem que as políticas públicas educacionais encontram-se em consonância com os objetivos traçados pelo Governo Federal para a educação brasileira e isto não é diferente quanto ao município de Mesquita. Para tanto, é necessário situarmos a cidade e as políticas públicas desencadeadas para o desenvolvimento da cidade e da educação mesquitense.

O município de Mesquita, antes distrito de Nova Iguaçu, foi criado em 25 de setembro de 1999 e instalado em 01 de janeiro de 2001²⁸. A cidade tem uma população urbana de 168.403 habitantes, segundo o IBGE (2010), correspondentes a 1,42 % do total da população da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Seu território é composto por 14,13 km² de área urbana, além de 27,47 km² de área verde, totalizando 41,6 km², de acordo com dados divulgados pela Prefeitura em 2009²⁹. (BRITTO et al, 2011). Observa-se que a população é predominantemente urbana e apresenta uma participação feminina equivalente à masculina em uma proporção de 90 homens para cada 100 mulheres. A maioria desta população encontra-se na faixa etária entre 30 e 49 anos, seguida pela faixa de 50 ou mais anos. Mesquita possui uma extensão territorial de 39,6 km², correspondente a 0,74 % da área da Região Metropolitana e um comércio marcado principalmente pelas microempresas, que representam 91,2% do total dos estabelecimentos formais existentes, sendo a maior concentração dessas empresas verificada no setor do Comércio, seguido pelo o de Serviços.

Mesquita apresenta um universo de 58.695 domicílios, em que 27,7% deles são de famílias pertencentes à Classe Econômica “C1” que possuem renda familiar mensal em torno de R\$ 1.400,00. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (0,77) é o segundo maior dentre os municípios da Baixada Fluminense, ficando apenas atrás do município de Nilópolis. Possui um Produto Interno Bruto (PIB) municipal de R\$ 1.692.738,00 e um PIB per capita de R\$ 9.984,47 (IBGE, 2012)³⁰.

Para dar conta das necessidades sociais, econômicas e políticas, o município possui um Plano Diretor elaborado em 2006 (válido por dez anos) articulado à política

²⁸ A instalação corresponde ao início de funcionamento efetivo do município, o que se dá com a eleição do primeiro prefeito.

²⁹ Disponível em: http://www.acquacon.com.br/xixsbrh/xixsbrh_programa.pdf. Acesso em: 27/10/15 Os dados referentes a esta data encontra-se no Estudo de Caso do Município de Mesquita realizado pelo grupo de pesquisadores universitários com apresentação no XIX Simpósio de Recursos Hídricos.

³⁰ Disponível: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330285&idtema=117&search=rio-de-janeiro|mesquita|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012> Acesso em: 17/07/2015.

nacional com planejamento de ações voltadas para infraestrutura e melhorias urbanas, a preocupação com a sustentabilidade, drenagem urbana, saneamento ambiental e zoneamento das áreas de preservação e o reassentamento da população em áreas de risco de inundações.

O avanço em infraestrutura como condição obrigatória à integração sulamericana fez com que todos buscassem gerar mais energia, aumentar a capacidade produtiva de sua indústria, ampliar as suas possibilidades de comércio e, assim, reduzir as desigualdades sociais e econômicas da região. Para isso, é necessário estradas e pontes, ferrovias e hidrovias, rotas aéreas e canais de comunicações mais dinâmicos. No Brasil tudo isso gerou reflexos positivos em várias regiões, trazendo avanços sociais, econômicos e de infraestrutura, em particular, para a região da Baixada Fluminense e os municípios que a compõe.

A adesão à política nacional se dá considerando a capacidade de arrecadação fiscal e financeira baixa. O Município conta com a captação de recursos no âmbito de programas federais dos Ministérios das Cidades (MCid) e do Desenvolvimento Social (MDS), tendo sido beneficiado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que tem auxiliado no desenvolvimento da cidade.

Por outro lado, Mesquita é uma cidade que ainda precisa de avanços na melhoria dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos, distribuição de água e a conservação ambiental, mas pode-se observar que os investimentos realizados pela prefeitura nos setores de educação, saúde e infraestrutura, têm sido fundamentais para a qualidade de vida da população, bem como para elevação da autoestima do cidadão mesquitense.

No que diz respeito ao panorama educacional, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE em 2012³¹, o município contava com 63 escolas de Ensino Fundamental, sendo 21 escolas municipais, 09 escolas estaduais e 33 escolas privadas. De Ensino Médio eram 14 escolas, sendo 09 estaduais e 05 privadas. Na pré-escola eram 38 unidades, sendo 12 escolas municipais e 26 escolas privadas.

Total de matrículas no Ensino Fundamental: 21.930, sendo 9.116 na rede municipal, 4.825 na rede estadual e 7.989 na escola privada. Matrículas no Ensino

³¹ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330285> Acesso em: 05/08/2015

Médio: 4.361, sendo 3.857 na rede estadual e 504 na escola privada. Matrículas na pré-escola: 2.615, sendo 1.443 na rede municipal e 1.172 na escola privada. Docentes no Ensino Fundamental: 1.218, sendo 482 na rede municipal, 284 na rede estadual e 452 na escola privada. Docentes no Ensino Médio 375, sendo 311 na rede estadual e 64 na escola privada. Total de docentes no pré-escolar 153 docentes, divididos da seguinte forma: 70 na rede municipal e 83 na escola privada. Ainda de acordo com o IBGE, os índices de evasão no município eram de 1,4% (167 abandonos) nos anos iniciais e 3,1% (325 abandonos) nos anos finais. Já os índices de aprovação eram 90,6% nos anos iniciais, que totalizava 10.423 aprovações e 80,8% nos anos finais, em um total de 8.421 aprovações. A reproviação era 8,0% do quantitativo dos alunos matriculados na rede de ensino, ou seja, 916 reprovações nos anos iniciais e 16,1% -1.680 reprovações - nos anos finais³².

Embora o quantitativo das escolas privadas fosse maior, no quesito matrículas, a rede municipal apresentava um quantitativo de alunos superior ao da escola privada, pois não houve um planejamento para se abrir escolas onde seria realmente necessário, de acordo com a demanda por faixa etária. De acordo com análise realizada no período entre 2010-2013 no Plano Municipal de Educação de Mesquita houve um declínio de 2,5% nos anos iniciais e de 3,41% nos anos finais, devido à “consequência do aumento da aprovação, já que o município passa por um processo de municipalização e aumento das vagas no ensino fundamental e a diminuição do número de alunos em sala de aula”.

Vale destacar que, no ano de 2013, o município recebeu da rede estadual os alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental, fato que propiciou um aumento considerável do quantitativo de matrículas, que foi de aproximadamente 3.000 alunos. Isso resultou na necessidade de convocar 300 professores, que tinham realizado concurso no ano de 2010. Com isso, reorganizou-se a rede com a adaptação de cada escola à demanda do seu bairro e do ano de escolaridade. Duas escolas passaram a atender exclusivamente os anos finais do Ensino Fundamental, dadas às características locais, enquanto outras tiveram suas turmas redimensionadas, visando atender a

³²Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/2776-mesquita/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2012> Acesso em: 05/08/2015

demandas locais, para se evitar turmas lotadas ou vazias, de acordo com a Portaria de Matrícula³³ que regulamenta o quantitativo de alunos por turma.

Para ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil, foram inauguradas, também em 2014, duas novas creches, totalizando atualmente 35 unidades: a Creche Municipal Tetra Campeão e Creche Municipal Herbert José de Sousa – Betinho. A inauguração dessas creches possibilitou o aumento no atendimento de crianças de 0 a 3 anos, o que garantiu o direito social da criança de acesso ao conhecimento e ao cuidado, garantindo às famílias que trabalham um espaço adequado para deixar os seus filhos. Em atendimento à legislação LDB 9394/96, foram abertas três turmas de 4 e 5 anos, em uma unidade escolar que atende do 1º ao 6º ano de escolaridade do Ensino Fundamental.

Considerando as políticas nacionais para a educação, em uma pesquisa³⁴ realizada por Nascimento (2012)³⁵, Mesquita celebrou com o Ministério da Educação (MEC) o Termo de Cooperação Técnica nº 26.241, com base nos termos do Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. De posse desse documento foi constituído o sistema de ensino do município de Mesquita, por meio da Lei nº 442 de 09 de maio de 2008.

Dessa maneira, o município começou a se organizar como sistema de ensino e, consequentemente, a definir o funcionamento de suas escolas municipais. Desta forma, Mesquita adotou o regime de colaboração para poder assegurar, juntamente com o Estado do Rio de Janeiro, a universalização do ensino fundamental obrigatório. Em seu texto intitulado “Regime de colaboração: formas de sua efetivação e a apropriação pelo município de Mesquita”, Nascimento (2012) afirma que:

Há a necessidade de colaboração em diferentes dimensões, desde as responsabilidades com acesso e frequência à escola, até a disponibilidade de recursos e desenvolvimento de procedimentos de

³³ Portaria de matrícula 013 de 24 de outubro de 2012.

³⁴ Pesquisa realizada através do Grupo de Estudo em Sistema de Ensino (GESE) – do Núcleo de Estudos Sociais e da Educação (NESCE) – da Universidade Federal de Juiz de Fora sobre o Regime de colaboração e publicada no livro Educação e qualidade: sistemas educacionais em construção, tendo como organizadora a Professora Sarmento da Universidade federal de Juiz de Fora.

³⁵ Tania Bittencourt do Nascimento – Pós-Graduada em Gestão Escolar pela UNIRIO, atua como Supervisora Escolar no Município de Queimados, Rio de Janeiro. Diretora Adjunta do CIEP Brizolão 396 Luiz Peixoto, Secretaria Estadual de Educação/RJ. Docente de Ciências e Biologia na educação básica da SEE/RJ.

avaliação. As ações devem ser coordenadas no sentido de fazer com que os governos locais possam usar todas as forças administrativas em prol da educação, tendo em vista as finalidades inerentes e as responsabilidades (p. 208).

Nascimento (2012) utiliza Cury para afirmar que, no regime de colaboração³⁶, os poderes de governo são repartidos entre instâncias governamentais por meio de campos de competências legalmente definidas. Nesse sentido, o regime de colaboração prevê o aumento das transferências automáticas de recursos às escolas e às redes educacionais, estando essas transferências condicionadas à elaboração e ao cumprimento de um plano de trabalho.

Essa cooperação se consolida nas competências previstas no Art. 23 da Constituição Federal de 1988, no qual se constata ser “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência” (NASCIMENTO, 2012, p. 198). Assim o Plano Nacional de Educação também previa que a execução de suas metas e estratégias deveria ser realizadas em regime de colaboração.

Contudo, antes da assinatura do Termo de Compromisso já citado, o município de Mesquita havia elaborado o seu Plano Diretor em 2006 com ações relacionadas à Educação municipal presentes no Art. 65, que previa uma série de estratégias vinculadas à democratização do acesso e à permanência na escola, à democratização da gestão escolar, à democratização do conhecimento e à construção da qualidade social da Educação e estratégias relativas a todos os níveis de ensino. Dentre estas estratégias estimava-se promover o processo de reorientação curricular objetivando o repensar permanente do trabalho pedagógico em todas as escolas.

Indubitavelmente toda preocupação de investir na educação, de uma forma geral, é fruto de uma motivação em cumprir as ações estratégicas do Plano Diretor de Mesquita. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação de Mesquita estabeleceu

³⁶ De acordo com Nascimento (2012, p. 198) o Regime de colaboração significa compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação, de forma a consertar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia.

vinte metas³⁷ embasadas pela LDBEN nº 9394\96, como também presente nas discussões da Conferência Nacional de Educação (CONAE), no PAR e nas necessidades observadas na rede municipal.

As metas foram divulgadas no Seminário de Abertura do ano letivo com o tema “Valorização profissional: aprendizagem em foco”, realizado em fevereiro de 2013, pela Secretaria Adjunta Municipal de Educação, professora Áurea de Almeida Lobo³⁸ juntamente com o Secretário de Educação Ricardo Loyola. Esse Seminário teve

³⁷ As metas apresentadas pela Secretaria de Educação são: 1. Replanejamento das escolas municipais: matrículas e o atendimento das modalidades de acordo com as necessidades reais; 2. Aumentar o atendimento - vagas/matrículas - nas Modalidades Educação infantil (Universalização da Educação Infantil.), Ensino fundamental, Especial e EJA; 3. Implementação do Plano de Gestão para gerenciamento das escolas e do trabalho pedagógico; 4. Definir um plano de valorização profissional com ações articuladas: refazer o Plano de Cargos e Remunerações (Normatiza a Carreira e Salários de Todos os Profissionais de Educação); Avaliação Institucional; 5. Educação Inclusiva: Ampliação e Qualificação do Atendimento à Educação Especial Municipal; criação de coordenação de educação especial e de pólos de atendimento multidisciplinar. 6. Reorientação das coordenações pedagógicas e projetos da rede; 7. Pacto da Alfabetização: alfabetizar os alunos até os 8 anos no ensino regular; 8. Monitoramento, apoio e fortalecimento aos Conselhos Escolares; 9. Melhoria da qualidade da alimentação escolar; 10. Valorização e fortalecimento de políticas de Formação Continuada e Seminários de Educação; 11. Otimização dos recursos financeiros para melhor valorização profissional; 13. Implementar uma política pública de acompanhamento da frequência escolar com combate à evasão, articulando as escolas, Conselho Tutelar, assistência social e Ministério Público a favor da permanência dos alunos na escola através do Projeto de Mão Dadas; 14. Implementar a escola de tempo integral por polos, trazendo parceria intersetorial no entorno da escola, melhorando, assim, a qualidade de vida do Cidadão; 15. Estabelecer Parcerias com os mais variados níveis e com diferentes Setores, incluindo as três esferas de governo, o empresariado, as organizações sociais, as universidades, para buscar ações e projetos para melhor atender às escolas, seus sujeitos e comunidade; 16. Ampliar e criar projetos e programas para atender às necessidades da rede municipal; 17. Assessorar a Construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares; 18. Realizar uma reestruturação curricular de todos os níveis de ensino e modalidades da rede; 19. Reformar os prédios escolares, dando a eles uma identidade educativa; 20. Consolidação da identidade da educação mesquitense com as ações articuladas.

³⁸ Professora Áurea de Almeida Lobo estudou na Escola Municipal Dr. Deoclécio Dias Machado Filho, onde fez o Ensino Fundamental e Médio. Graduou-se em Pedagogia. Especializou-se em Educação Infantil no Instituto Rangel Pestana. Fez Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica na UFRJ pela Escola de Gestores, Especialização em Infância pela UFRRJ e em Educação de Jovens e Adultos pela UERJ. Especializou-se também em Filosofia para crianças no Instituto Mathew Philip e fez vários cursos na Escola da Vila no Instituto Paulo Freire no estado de São Paulo. Ingressou no serviço público no ano de 1999 no município de Nova Iguaçu, optando por Mesquita no período de emancipação do município. Atuou em 2001 como Coordenadora na SEMED e em 2004 como Assessora de Projetos Especiais em que organizou e implementou o Projeto para abertura das Salas de recursos. Foi premiada em Cuba com Menção Honrosa ao Serviço Prestado na Educação no ano de 2003 pela implementação do Projeto de Inclusão dos alunos da Educação Especial. Implementou as salas de leitura de Mesquita em 2001. Em São João de Meriti, iniciou suas atividades como professora no ano de 2000, atuando em cargo de liderança na Secretaria Municipal de Educação como Chefe da Educação Infantil. Nos anos de 2010 a 2012, esteve como organizadora da Proposta de Ação Político Pedagógica da rede e assessorou as escolas na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos da rede municipal de São João de Meriti.

por finalidade precípua desenvolver as estratégias traçadas no Plano Diretor da cidade para reorientação do processo educacional no município de Mesquita³⁹. Quanto às metas, destacamos o item 12, no qual previa-se a “sistematização de uma Proposta de Ação Político Pedagógica para orientar as ações pedagógicas da rede municipal de ensino com princípios gerais da educação municipal”⁴⁰, mas as metas não foram publicadas, resultando em um movimento de reestruturação curricular de modo interativo e democrático.

O primeiro passo para iniciar a discussão do currículo foi a criação, no ano de 2013, de uma comissão interna para que pudesse pensar em uma metodologia para fomentar o repensar das práticas educativas de modo participativo “numa tentativa de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento” (Vasconcellos, 2005, p. 169). Articulando, assim, a prática e o significado da ação educativa que pudesse servir como referência para a caminhada.

Desse modo, pode-se compreender que toda ação pedagógica precisa ser subsidiada por reflexões, ideias e discussões pautadas em referenciais práticos e teóricos capazes de conduzir a rede a antever um futuro diferente do presente. Um futuro construído coletivamente, através do planejamento do que os profissionais da rede possuem como intenção de fazer e de realizar, com base no que se tem e no que é presumível efetivar para a educação mesquitense. De posse dessa ideia, a Comissão de Currículo⁴¹ organizou um movimento que fosse possível envolver todos os atores do processo educativo; tanto os que atuam na Secretaria de Educação, quanto os que atuam na escola, para que a Proposta pudesse sintetizar os anseios pedagógicos do coletivo.

³⁹ Disponível em: <http://concursos.biorio.org.br/Mesquita2012/arquivos/Lei355-06%20PlanoDiretor.pdf>. Acesso em: 27/10/15.

⁴⁰ Item 12 das metas apresentadas pela Secretaria de Educação: sistematização de uma Proposta de Ação Político Pedagógica para orientar as ações pedagógicas da rede municipal de ensino com princípios gerais da educação municipal.

⁴¹ Comissão de Currículo: Alessandra Cristine Fernandes (Secretária de Educação), Áurea de Almeida Lobo (Secretária Adjunta de Educação), Alexandre Vieira Rocha (Secretário Adjunto de Educação), José Cassiano da Costa Alves (Professor Técnico), Janaina de Oliveira Silva (Assessora Técnica Pedagógica), Cleidmar Loureano do Couto (Diretora do Departamento Pedagógica) e Valesca de Souza dos Santos Lins (Diretora do Departamento de Supervisão Educacional).

Portanto, para dar conta do planejamento participativo foi organizado um movimento de diálogo entre os membros da secretaria, a equipe diretiva das escolas e os professores através dos “Diálogos em Rede”, que aconteciam nas escolas. De acordo com Veiga (2002):

Na medida em que tratamos o planejamento participativo como um instrumento teórico-prático capaz de facilitar a convergência entre o refletir e o agir de indivíduos e grupos sobre um objeto, somos levados a identificar seus integrantes como sujeitos em construção (p. 136).

Assim, como Veiga (2002), a Comissão de Currículo comprehende que no planejamento participativo todos são parte de um mesmo objeto sobre o qual é necessário refletir: a educação da rede municipal de Mesquita. O eixo, para a reestruturação curricular de Mesquita, é a realização de uma reflexão teórico/ prática que vise possibilitar a vivência democrática e democratizante, vislumbrando a construção das identidades, da escola, bem como dos indivíduos que ela congrega.

Nesse sentido, as discussões aconteciam em um movimento de horizontalidade e verticalidade⁴², no qual, a equipe da secretaria realizava discussões nos Centros de Estudo internos⁴³, para construir os textos que serviriam de base para as inferências nas vivências⁴⁴ com a equipe diretiva⁴⁵ das unidades escolares. Posteriormente, a mesma discussão era encaminhada, através da Equipe Diretiva, para os “Diálogos em Rede”

⁴² Horizontalidade e verticalidade dizem respeito à forma de discussão que ocorria entre os envolvidos no processo educativo, entre a secretaria e as escolas e entre as escolas e a secretaria. Esse processo foi uma aposta da Comissão de Currículo para que pudesse haver uma maior participação dos envolvidos. Assim, tal proposição oportunizou a participação e a troca necessárias ao processo democrático. Desse modo, podemos conceber que o movimento de horizontalidade e verticalidade significa ouvir e dialogar com as diferentes visões sobre a educação, buscando um possível consenso de orientação para o processo educativo no município de Mesquita.

⁴³ Centros de Estudo Internos consistiam em reuniões realizadas pela Comissão de Currículo e a equipe da Secretaria de Educação, quinzenalmente, nos auditórios das escolas para discussão da Proposta de Ação Político pedagógica.

⁴⁴ Encontros que aconteciam, mensalmente, entre a Comissão de Currículo e a equipe diretiva das unidades escolares com o propósito de discutir o texto elaborado pela equipe da secretaria considerado como texto base para a realização de inferências ou para elaboração de outro texto nos Diálogos em Rede realizados nas escolas.

⁴⁵ A equipe diretiva das unidades escolares é composta por diretor, orientador pedagógico, professor coordenador pedagógico e orientador educacional.

que aconteciam nas escolas, com a presença dos professores e demais profissionais da educação. Com isso, possibilitava-se que cada escola realizasse novas contribuições ao texto e o mesmo era devolvido para interpretação e sistematização teórica das vozes dos atores envolvidos durante todo este processo.

Foram realizados seis “Diálogos em Rede” com os seguintes temas: Diálogo em Rede I: Discussão do Marco Filosófico – 14/11/13; Diálogo em Rede II: Finalidade e papel da educação mesquitense – 10/04/14; Diálogo em Rede III: Aprendizagem e Conhecimento – 09/06/14; Diálogo em Rede IV: Concepções sobre avaliação – 14/07/14; Diálogo em Rede V: Concepções sobre currículo – que foi dividido em dois encontros, realizados em 03 e 06/10/14.

Para esses encontros eram enviados textos e questionários que pudessem suscitar discussões de ideias e conceitos sobre os temas propostos pela Comissão de Currículo, propiciando, assim, momentos para reflexões acerca da aprendizagem, do conhecimento, da avaliação e do currículo.

Além dos “Diálogos em Rede” foram organizados, em 2013 um Seminário e uma Jornada Pedagógica, em 2014 uma Jornada Pedagógica e em 2015, Formação por áreas de conhecimentos e segmentos de ensino.

Dessa maneira, a proposta foi se delineando de modo democrático, de forma que, no momento da sistematização dos registros, todas as vozes foram consideradas para a organização e consonância com as teorias que sustentassem a argumentação dos profissionais da rede. Assim, buscava-se respeitar as diferentes visões sobre o seguinte questionamento: que tipo de formação humana desejamos desenvolver nas escolas públicas mesquitenses?

As vozes dos profissionais de educação e estudantes de algumas escolas conduziram o entendimento do processo educativo e a organização curricular para uma formação humana organizada nas dimensões fundamentais: éticas, estéticas e políticas. Nesse sentido, é necessário buscar a compreensão sobre três eixos importante na educação pública de Mesquita: a noção de currículo, a concepção de avaliação da aprendizagem e as perspectivas para a formação profissional dos professores.



Reestruturação curricular de Mesquita

A proposta de reestruturação curricular de educação da cidade de Mesquita tem em sua estrutura elementos que permitem a reflexão e a discussão de pontos relevantes sobre currículo para dialogar com perspectivas de educação que sejam democráticas e participativas, tão cruciais para a apreensão do saber escolar e de saberes multiculturalmente criados, estes envolvidos no interior da escola (MOREIRA & CANDAU, 2007).

Embora a rede municipal de ensino de Mesquita seja relativamente nova em relação a outras redes da região na qual está inserida, nasce dos professores e profissionais da educação, diretamente do chão da escola, a necessidade de dar uma face à educação mesquitense.

A proposta curricular da rede municipal de ensino de Mesquita começa a tomar “rosto” a partir do momento em que os atores sociais da escola, sentiram a necessidade de buscar uma identidade dentro das múltiplas realidades sociais e comunitárias imersas em espaços-tempos influenciados pelas relações sócio-históricas, pelas subjetividades e pelas várias manifestações culturais que se entrecruzam às escolas mesquitenses.

Através dos escritos dos professores⁴⁶, foi sinalizado que a escola precisava de uma identidade para que, a partir disso, fosse possível traçar metas, objetivos e ações no que diz respeito à aprendizagem e também à percepção de indivíduo. A identidade necessita ser pensada como um processo em construção, levando em consideração o caráter fragmentário do sujeito contemporâneo, sem um conceito fixo, pronto e acabado. A representação de si mesmo tem relação com o mundo cultural que rodeia o sujeito.

Quando falamos em identidades, nos remetemos, consequentemente, à cultura, uma vez que a constituição identitária se faz em seu interior. As relações sociais realizam as práticas de significação e constroem-se através de seus discursos. Além de relações sociais, são relações de poder. Conceber as práticas culturais como relações de

⁴⁶ Composições escritas dos professores das escolas de Mesquita durante o período dos “Diálogos em Rede”.

poder, resulta em ver o campo de produção de sentidos e de significado, como disputado e conflituoso. Assim, também, acontece com a identidade que surge em momentos históricos particulares.

O processo de constituição de propostas curriculares são carregadas desses movimentos de fixação e estabilidades que, mesmo sem intenção, fogem a qualquer tipo de fixidez permanente. As propostas curriculares se inserem em um movimento destinado a reestruturar os sistemas educativos e desempenham um papel importante nos processos de legitimação que ocorrem nas sociedades, afirma Moreira (2010). Elas são fragmentos dos desdobramentos de como as políticas de currículo são discursivamente legitimadas, produzindo assim, uma rede de significação. O sucesso de uma proposta está na intenção de adquirir uma forma própria, para o município, pois ela é um caminho, evidenciando uma direção e em sua construção deve envolver todos os sujeitos interessados no processo (MOREIRA, 2010).

Sendo assim, para construção de uma identidade forte, viva e flexível, que respeite as particularidades dos sujeitos e das comunidades em que os mesmos estão inseridos, foi preciso de forma bastante reflexiva e com uma postura democrática, fomentar, na rede, discussões sobre “quem somos” e “o que queremos ensinar”, sem deixar de dialogar com os documentos nacionais do Ministério da Educação.

Para iniciar esse movimento, começou-se a discutir temas e textos propostos pela secretaria e outros escritos sugeridos pelos participantes na maioria dos encontros. Vale ressaltar também que as reuniões de estudos sobre essa proposta de reestruturação curricular aconteceram na Secretaria de Educação com os profissionais de carreira⁴⁷ que lá atuavam e nos espaços escolares, com a equipe diretiva⁴⁸, comunidade escolar e docentes.

A cada reunião, o grupo conhecia-se mais e os conflitos ideológicos e políticos peculiares ao campo da educação vieram à tona. Contudo, foi possível o diálogo com as diferentes posturas, respeitando os posicionamentos e buscando reflexões pertinentes e ressignificando a capacidade de ponderação dos grupos envolvidos. Por conseguinte, o

⁴⁷ Profissionais de carreira são os profissionais que passaram por processo seletivo, concurso público e provas de títulos e trabalham em regime estatutário.

⁴⁸ Diretores gerais e adjuntos, orientadores pedagógicos, professores coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais.

coletivo se reconhecia como autor e agente ativo do processo de construção de um currículo identitário. Esse movimento faz lembrar que a ação política está em busca de uma distinção, isto é, a luta por reconhecimento da própria singularidade.

Um dos maiores entraves que percebemos durante os encontros foi: que currículo o município de Mesquita desejava construir? Que concepções curriculares os professores apresentam em suas aulas? Que teorias curriculares podem auxiliar nessa construção? Essas e outras indagações estiveram presentes em nossos encontros e nos impulsionaram na reflexão e problematização sobre qual currículo queríamos construir em nosso município.

Foram postas em xeque as diversas concepções curriculares, que, em alguns momentos, fizeram-nos chegar a um determinante comum. Assim, as problematizações e reflexões em conjunto resultaram no desejo de iniciar algo que o outro fosse ouvido. Pensar em um currículo em que diversos atores sociais fossem inseridos em um processo constante de construir e reconstruir, significar e ressignificar.

Em uma percepção mais holística, o grupo percebeu que precisava da criticidade, da concepção de que é possível transformar as realidades sociais através da educação escolar, a postura crítica, engajadora precisavam renascer do chão da escola. A sensibilidade de que as injustiças sociais ainda são fortes e que a sociedade brasileira ainda é marcada por diferenças sociais, de classe, econômicas e culturais. Para tanto, foi possível perceber pelas vozes docentes que as subjetividades, as culturas circulantes, os vários gêneros, etnias, grupos sociais entrecruzados no cotidiano da escola precisavam ser vistos, conhecidos, reconhecidos, respeitados e acolhidos. Além das tecnologias dialogando sem discrepâncias com as práticas educativas inclusivas, abrindo assim uma senda à diversidade e pluralidade de realidades. Dessa forma, os docentes evidenciaram uma perspectiva de construção curricular que torna a escola realmente democrática “pela oferta de um ensino de qualidade social” (SANTOS, 2001, p.2).

Os relatos dos professores mostram-nos tal afirmação através de seus discursos:

A escola deve assumir por excelência o papel de instituição de construção e socialização do conhecimento, *reafirmando sua identidade* através de programas, metodologias, procedimentos, interações e *diálogos* que contemplem a todos os alunos, indiscriminadamente, com ações concretas e possíveis que sejam



vivenciadas, *respeitando as realidades* e as *individualidades* em seus processos de aprendizagens.

O currículo é a base para a formação de um *cidadão crítico, reflexivo* e que leve em conta seus *valores socioculturais*.

Para a possibilidade de um currículo que respeite as individualidades, respeitando as realidades e possibilitando diálogos, os discursos dos professores propõem que:

Adotaremos um currículo que seja pautado na valorização do *diálogo* entre as diferenças, quer seja democrático, contemplando também os ideais de justiça social, liberdade e vida decente. 2- E com isso *descartar a visão moderna de que a ciência produz a única forma de conhecimento válido e verdadeiro, reconhecendo assim a existência de muitas formas de conhecimento.*[...]⁴⁹

Há preocupação de que esse currículo não seja pautado somente no conhecimento científico, mas que seja um currículo que evidencie o conhecimento construído social e culturalmente. Em que o aluno se reconheça nesse processo de aprendizagem e que faça sentido o que está sendo ensinado. O contexto deve estar sendo inserido no cotidiano escolar de uma maneira que os conhecimentos científicos, cotidianos e culturais estejam entrelaçados como uma verdadeira rede de conhecimento.

Silva (1999), Moreira e Silva (1994), estudiosos e estudiosas do campo do currículo, no Brasil, em particular, Moreira (2009, 2008), comentam, analisam e advertem-nos sobre a necessidade de ampliarmos nossa compreensão sobre as Políticas de Currículo. Referindo-se a própria categoria currículo, os autores sugerem que ele não seja compreendido apenas como documentos voltados para a organização técnica do conhecimento ou, ainda, para sua racionalidade técnica. Pois não é possível desenvolver um currículo fora do contexto cultural, econômico, social, político. Os contextos são os

⁴⁹ Essas falas foram retiradas de sugestões apresentadas pelas escolas que responderam os questionários enviados pela Secretaria de Educação, bem como o uso da intervenção de cada escola, em um texto base para fomentar uma discussão no “V Diálogo em Rede” dos dias 03 e 06 de outubro de 2014.

implicadores dos modelos de currículo e de propostas curriculares, assentando-se no cotidiano dos sujeitos.

A incorporação das ideias de redes de conhecimento fundamenta-se pela multiplicidade de conhecimento entre os seres humanos. De acordo com Macedo e Lopes (2002, p. 30), a discussão sobre conhecimento em rede ganhou destaque “nos estudos em currículo a partir da metade da década de 1990”. Trata-se de uma vertente de trabalhos desenvolvidos fundamentalmente por pesquisadores do Rio de Janeiro. Porém nas últimas décadas tais estudos não se restringiram somente a grupos coordenados por esses pesquisadores. A junção dessa trilogia, currículo, cultura e conhecimento nos dá a dimensão de um conhecimento em rede, de um currículo em rede, uma vez que essas categorias devem ser entendidas como prática social e histórica.

Os conhecimentos são produzidos em redes que correspondem a contextos cotidianos variados, tal rede é “entendida como ferramenta capaz de auxiliar na tessitura de alternativas curriculares” (MACEDO, LOPES, 2002, p. 35). A concepção de currículo é formalmente constituída pelo moderno conceito de conhecimento. Na medida em que o mundo moderno está em crise e a cada década mudanças significativas acontecem nesse mundo imediatista e complexo, a discussão específica de currículo passa a tematizar a crise do mundo moderno e incorporar a cultura local. Assim, a noção de conhecimento em rede introduz um novo “referencial básico”, como afirma Macedo e Lopes (2002), a prática social. O conhecimento, então, passa a ser organizado pelos múltiplos contextos sociais e culturais.

O discurso de profissionais de uma escola reforça a internalização de que o currículo precisa valorizar “experiências e saberes incluindo os conhecimentos culturais, artísticos, ambientais, científicos e tecnológicos de forma que garanta o pleno desenvolvimento do educando [...]” (E.M.Cruzeiro do Sul). Essa concepção de valorização também é vista em Padilha (2012):

Se estamos falando do currículo da escola em uma dimensão dialógica [...] o fazemos considerando as experiências que os diferentes segmentos escolares trazem para a escola, seus saberes e suas diferenças, enriquecendo e ressignificando, assim, reciprocamente, as vivências escolares e as comunitárias. Trata-se de uma nova qualidade humana e, portanto, social, que estamos atribuindo ao processo educacional, que passa a valorizar as diferentes manifestações simbólicas da pessoa e dos grupos sociais que interagem na escola e na comunidade em uma perspectiva [...] ampliada (p.197)

Caminhando na perspectiva desse autor e nas experiências do cotidiano da escola, faz-se necessário pensar em um currículo a partir dos espaços da cidade, de ações não fragmentadas ou imediatistas. Isso valorizaria as diferentes manifestações do conhecimento e da epistemologia acumulada pela humanidade, não apenas aquelas impostas pelo colonizador, mas também as sabedorias, conhecimentos e experiências daqueles que foram silenciados como os índios, os negros, as mulheres, os ciganos, minorias religiosas com suas linguagens, crenças e histórias de vida (IVENICKI & CANEN, 2016).

A cultura aparece constantemente nas falas dos vários coletivos das escolas. Isso pode ser percebido em:

1 - [...] ‘acolher o aluno como *portador e produtor de cultura*’. 2-[...] visam o desenvolvimento global do sujeito social, cognitivo, motor, psicológico, *cultural*, religioso entre outros. 3- [...] o currículo é a base para a formação de um cidadão crítico, reflexivo e que leve em conta seus *valores socioculturais*. 4-[...] além dos conteúdos acadêmicos, contempla também a realidade de cada indivíduo, que se forma em contato com o seu *meio social, que respeita e valoriza seus saberes na interação com o outro*. [...] 5- [...] levando em consideração uma *valorização da diversidade cultural* dos alunos.

As falas acima demonstram que há uma preocupação em conhecer e valorizar a cultura dos discentes debruçando-se atentamente sobre as culturas vividas. Isso implica perceber que é preciso valorizar os sistemas de símbolos construídos no seio da família, da comunidade, da igreja e daquelas influenciadas até mesmo pela mídia e outros grupos sociais locados nos vários territórios da sociedade.

Para Moreira apud Lopes (2011), a cultura é vista como práticas sociais que se relacionam como produções de sentidos e mantém uma postura precisa dizendo que o currículo precisa favorecer o reconhecimento das diferenças, obtendo o diálogo constante entre os indivíduos participantes das práticas curriculares.

Os discursos evidenciados nas falas dos professores e de outros atores do contexto educacional desta rede de ensino, vislumbram uma necessidade urgente de um currículo ativo, útil, efetivo e prático, que seja posto em prática de forma a qualificar a aprendizagem.

1-[...] buscando uma educação participativa onde diálogo entre os *objetivos* a serem alcançados, *a prática pedagógica* e a realidade do aprendiz é fundamental [...] não pode ser apenas sistematizado e imutável [...] 2- [...] o currículo deve optar por uma *metodologia* [...] 3-[...] não esquecendo que reflexões sobre o mesmo (currículo) sofram *avaliações periódicas* garantem o acompanhamento e as transformações necessárias a um processo social e *educacional vivo*. 4- [...] fazendo uso de *práticas pedagógicas diversificadas* como projeto, jogos, tecnologias, saídas de campo, teatralização, identificando e potencializando suas habilidades [...] 5- [...] direcionar os *conteúdos que serão trabalhados* durante o período letivo.

As práticas pedagógicas diversificadas podem ser percebidas como instrumentos preciosos para potencializar a aprendizagem do que foi “recortado” de uma epistemologia reconhecida pelo grupo social e/ou escolar.

Um dos maiores desafios do currículo da escola é fazer com que os “conteúdos” sugeridos ou os saberes escolares sejam apreendidos pelos alunos e que tais saberes possam ser percebidos pelos docentes como instrumentos eficazes para fazer valer o direito do aluno de aprender, pois “o currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.” (MOREIRA, CANDAU apud SALLES e FARIA, 2012, p.32). Diante disso, o currículo escolar precisa possuir intencionalidade durante o processo educativo, de maneira que oportunize ao aluno aprender não apenas em uma instituição de ensino, mas em vários ambientes que proporcionem aprendizagens. Nesse sentido reforça Sacristán (1999):

O currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais se apresenta e apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimenta dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir do ponto de vista de sua instrumentalização, ‘mais técnica’, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares (p.17).

O currículo precisa ser visto de forma crítica, reflexiva e com intencionalidade educativa. Para isso, o professor precisaria perceber que para o currículo tornar-se prático e real, precisará realizar um “recorte” do conhecimento daquilo que for necessário, mas não de qualquer forma e sim com uma intencionalidade transformadora

das realidades não apenas social dos nossos alunos, mas também política, econômica e cultural.

A escrita do coletivo encaminha para uma percepção de que o currículo precisa ser, além de vivido, planejado.

1 - [...] um currículo que seja bem *planejado*, no sentido de que decida a melhor oferta cultural que o sistema educacional possa apresentar aos alunos priorizando as necessidades existentes. 2- [...] O currículo é parte importante dentro do *planejamento ensino-aprendizagem*. 3- [...] Entre outros benefícios encontramos a de necessidade de formação continuada de professores, *produção de material didático essenciais*.⁵⁰

Planejar em um contexto de currículo pautado nos pressupostos teóricos que os atores escolares almejam para Mesquita é ir além das formas pelas quais tradicionalmente definem-se o ato de planejar. Para esse tópico em questão colabora Corazza (2003) ao dizer que:

Planejar, sim, mas colocar nossos planos sob suspeição. Sabendo que ao realizá-lo, estamos sempre comprometidos com o poder-saber integrante da ação de planejar [...] Planejar, porque o plano de ensino também constitui a textualidade uma forma contra-hegemônica de pedagogia, por meio da qual selecionamos e organizamos objetos de estudo, experiências, linguagens, práticas, vozes, narrativas, relações sociais, identidades (p.122).

O planejamento se faz no processo e envolve a ação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, almejando uma relação permanente de interação professor e aluno. Contudo, o que se percebe é a burocratização do planejamento de ensino sem muita relevância para efetivação das aprendizagens (CORAZZA, 2003).

⁵⁰ Estas falas foram retiradas de sugestões apresentadas pelas escolas que responderam os questionários enviados pela Secretaria de Educação, bem como o uso da intervenção, de cada escola, em um texto base para fomentar uma discussão no “V Diálogo em rede” dos dias 03 e 06 de outubro de 2014.

O planejamento de ensino reorganiza e reestrutura os sujeitos sociais, as funções sociais, as identidades e a própria relação pedagógica. Ademais, esse instrumento de escrita curricular não apenas produzirá assuntos a serem tratados em sala de aula, mas também as formas como estes assuntos são colocados aos alunos, suas narrativas e conhecimentos para revelar aspectos de saber e poder implícitos nas relações no campo de currículo. Dessa maneira, o currículo está sendo construído, vivido e significado e ressignificado.

Um currículo planejado com a participação ativa dos atores escolares, construído as muitas mãos, traz para a rede municipal de ensino de Mesquita uma possibilidade de praticar currículos que tenham as marcas dos indivíduos em suas particularidades e singularidades e, a partir daí, compreender, na alteridade, o ser humano. “De maneira que os alunos se desenvolvam como pessoas e a verem os outros como pessoas, de modo que o aspecto cognitivo seja visto como mais uma parte do caleidoscópio e não somente a única visão dele”. (VASCONCELLOS, 2010. p. 39)

Essa construção coletiva do currículo enfatiza os diferentes papéis do campo educacional e explicita a importância de cada um deles. Quando os diferentes atores sociais tornam-se participativos, o currículo abre um leque de diferentes olhares e permite uma escola que se preocupe em adquirir conhecimentos sociais e científicos, mas também preocupa-se com o desenvolvimento do ser humano, como sendo capaz de respeitar, cuidar e atuar em sociedade. Os nossos professores e educadores explicitam que:

1-Assim o currículo do século XXI tem em sua essência a intenção [...] da aprendizagem (escola democrática que **humanize** e assegure o conhecimento, as transformações necessárias para o **pleno desenvolvimento** do discente e assegurar as múltiplas visões (culturais, sociais, étnicos e religiosos) dentro do espaço educacional brasileiro). [...] 2- Nesse contexto, o currículo é vivo, real e globalizado, atende a toda comunidade escolar, valorizando a **formação humana**, tendo em sua consolidação a premissa de **valores inclusivos**, respeito à diversidade, a vida, o cuidado com o planeta e a luta pela construção de uma **sociedade mais humanizada**. 3- Um currículo que garanta as aprendizagens essenciais para a **formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos**, capazes de **atuar** na sociedade com **responsabilidade** e onde possam ver suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas atendidas⁵¹.

⁵¹ Essas falas foram retiradas de sugestões apresentadas pelas escolas que responderam os questionários enviados pela Secretaria de Educação, bem como o uso da intervenção, de cada escola, em um texto base para fomentar uma discussão no “I Diálogo em rede” do dia 14 de novembro de 2013.

Entendemos que um currículo preocupado com uma sociedade mais humanizada, é possível estabelecer vínculos, ações solidárias e afetos. Nessa perspectiva, os educadores são convidados a reverem sua cultura pessoal e profissional. Os alunos e alunas são instigados a expressarem suas opiniões ao invés de apenas reproduzirem o que se diz na sala de aula (VASCONCELLOS, 2010), em um currículo que exija engajamento dos atores envolvidos no cotidiano escolar e da vida comunitária, num currículo sustentador de ideais, utopias, da certeza do inacabado, da “efemeridade” da vida; dos conhecimentos e acontecimentos da vida humana. Como enfatiza Freire (2005):

Gosto de ser homem, de ser gente, porque não está dado como certo, inequívoco, irrevogável que sou ou serei decente, que testemunharei sempre gestos puros, que sou e que serei justo, que respirarei os outros, que não mentirei escondendo o seu valor porque a inveja de sua presença no mundo me incomoda e me enraivece. Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida [...] gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo (p.53).

Sendo assim, os atores do processo educativo da rede municipal de Mesquita caminham para construção de um currículo preocupado com ação social do ser humano. Essa ação envolvida com a diversidade e as multiculturas que constituem esse ser humano. As falas dos professores explicitam que:

Através das ***ações multiculturais*** e relações dialógicas em que todos os sujeitos educacionais [...] através de práticas que valorizem e ampliem e respeitem a cultura do educando [...].

[...] considerado a ***diversidade cultural*** da comunidade escolar, que priorize uma prática dialógica, flexível e interdisciplinar, que possibilite o aluno a se tornar ***crítico e autônomo***, capacitado a construir seus conhecimentos e aprendizagens através das ***interações com o outro*** e com o meio, e não só recebendo dessas interações, mas também contribuindo para a ***formação da identidade cultural*** da comunidade em que está inserido.

É importante enfatizar que as falas dos professores apontam que cabe à escola perceber que não há um único conhecimento, nem um conhecimento neutro, ou cultura mais importante que as outras. Os agentes ativos dessa proposta de ação pedagógica

sinalizam a urgente valorização das culturas circulantes no cotidiano escolar e até mesmo na sociedade. A escola não pode ser ingênuo a tal ponto de achar que todo mundo é igual e que os indivíduos precisam se adequar à escola e não a escola aos indivíduos.

Sobre a questão das desigualdades Canen (2009) salienta que:

A reprodução dos padrões culturais dominantes e a expulsão das classes populares dos bancos escolares passam a ser apontadas. O determinante, classe social, assume relevo, acusando-se a escola de reproduzir desigualdades, por intermédio de suas dinâmicas pedagógicas e avaliativas que levam as populações de baixa renda às contínuas reprovações e o abandono da escola (p. 63).

Espera-se que, com as percepções multiculturais, a escola seja concebida como organização multicultural, “que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua organização” (ALARÇÃO, 2001, p. 11). Assim, passaria a escola a fomentar situações de aprendizagens justas, favorecendo a equidade social e cognitiva para as camadas sociais através dos conhecimentos escolares ressignificados em uma dimensão mais democrática e inclusiva⁵².

Diante disso, percebe-se que um olhar mais plural para as diversidades e singularidades dos indivíduos e grupos sociais faz-se urgente. A opressão de grupos sociais dominante tentou e ainda tenta silenciar as vozes de outros grupos sociais como também concepções de vida, de mundo e até mesmo as marcas epistemológicas são marginalizadas, pelas práticas explícitas e implícitas, nos relacionamentos escolares e sociais.

Essa proposta enfatiza um currículo identitário não para totalizar as raças, etnias e orientações sexuais, mas para dinamizar as identidades forjadas nas relações e construções sociais dentro e fora da escola, percebendo a educação e o currículo como

⁵² Para enfatizar esta sentença é possível dialogar com os postulados de (Santos, apud Frazão, 2014) no qual os conhecimentos disciplinarizados e os conhecimentos dos outros atores sociais são vistos, reconhecidos e validados para serem incluídos na escola, isso diminuirá a exclusão social e cognitiva. (SANTOS, 2010)

projetos construídos na diversidade e pluralidade de marcas pessoais e sociais (PACHECO, 2009).

O projeto curricular multicultural constitui-se em proposta que oferece respostas à diversidade cultural, trabalhando as identidades individuais, coletivas e institucionais como plurais. Assim, segundo Canen (2012); Canen & Xavier (2011); Batista, Silva Júnior e Canen (2013) e Monteiro, Fontoura e Canen (2014), a visão multicultural parte da ideia de que tanto o currículo escolar como o de formação inicial e continuada de professores poderia oferecer subsídios para se pensar em planejamento, desenvolvimento curricular e avaliação que incorporassem a pluralidade e o desafio a enfrentar preconceitos nos programas de ensino.

Nesse sentido, as respostas à diversidade poderiam estar presentes nas diversas áreas, disciplinas e projetos interdisciplinares. Em uma abordagem folclórica ou liberal, estas respostas valorizam os ritos, costumes e características dos diversos grupos e identidades coletivas. Em perspectivas mais críticas, tais respostas focalizam as construções das diferenças, contribuindo para a percepção das raízes e formas pelas quais os preconceitos se manifestam, de modo a desafiá-los em atividades e conteúdos planejados. Em perspectivas mais pós-coloniais, trata-se de trabalhar as hibridizações, mostrando as diferenças dentro das diferenças, de modo a não encarar as identidades como fixas ou estáticas e permitir o desafio a estereótipos⁵³.

⁵³ Por: Ana Ivenicki- Escrito na Integra. Uma contribuição carinhosa da nossa digníssima professora que colaborou com esta rede municipal de ensino nas formações continuadas durante o ano de 2014.



A avaliação da aprendizagem em debate: o que pensam professores e alunos mesquitenses?

A avaliação leva em consideração (grifo nosso) a aprendizagem, fruto da construção decorrente da interação entre o sujeito, o objeto de conhecimento e o meio (a construção do conhecimento como fruto de um processo de interação entre o sujeito e o objeto de conhecimento), sendo o professor o principal mediador a proporcionar esse meio necessário para a busca da construção lógica, dialógica, reflexiva (das questões formativas na busca do vir a ser), desdobrando novas oportunidades de construção de conhecimentos, criando condições que favoreçam o desenvolvimento do educando⁵⁴.

A citação acima faz parte das respostas de questionários encaminhados à Secretaria de Educação de Mesquita durante o movimento de reestruturação curricular. O posicionamento de um grupo de professores apresenta que “avaliar” significa considerar a relação entre o ensino e a aprendizagem. Percebe-se que, para esses profissionais, a avaliação não se constitui somente a partir de um único instrumento, como a prova, mas, como aponta os professores, de um processo marcado por uma mediação pedagógica de forma dialógica e reflexiva.

Mas o que é “avaliação”? Esse questionamento tornou-se frequente no cenário educacional, e tem suscitado uma reflexão sobre questões de ensino, processos de aprendizagem, fracasso escolar, repetência e exclusão social. Para Catani e Gallego (2009)⁵⁵, a avaliação:

[...] é usada nas várias situações cotidianas. Avaliam-se possibilidades, condições, coisas, atributos, preços, enfim quase tudo é avaliável, no sentido de que podemos conferir valores e com isso dirigir nossas ações, escolhas, preferências etc. Na situação escolar, o ato de avaliar está comumente identificado com dar ou receber notas,

⁵⁴ Essas reflexões foram retiradas de sugestões, apresentadas pelas escolas, por meio de questionários enviados pela Secretaria de Educação às escolas da rede municipal de Mesquita. Cada escola recebeu um texto base para fomentar mais uma discussão no “IV Diálogo em rede”, no dia 14 de julho de 2014.

⁵⁵ CATABI, Denise Barbara; GALLEGOS, Rita de Cassia. *Avaliação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

fazer provas, exames ou passar de ano. [...] Mas, [...] procura-se instaurar um processo de avaliação comprometida com a aprendizagem dos alunos, que visa à formação e não, a classificação (p.10).

Para pensar sobre a avaliação da aprendizagem, voltemos à interpretação trazida na epígrafe deste texto apresentada pelos professores. O posicionamento desta escola – e de outras de Mesquita, mostrou a superação de algumas práticas avaliativas presentes, durante décadas, no cotidiano de professores e estudantes: o declínio da concepção de avaliação como um valor ou uma classificação para os alunos. Essa prática parece não ter contribuído para a democratização do conhecimento escolar. Isso pode ser localizado, como disseram os professores, na ideia de que a avaliação da aprendizagem decorre da interação entre pessoas envolvidas com os conhecimentos: professores e alunos.

Para Hoffmann (2014), justamente a interação cotidiana, favorece condições para o desenvolvimento dos estudantes, porque auxiliam na integração consigo mesmo e com os outros e na criação de percursos de aprendizagens significativas. De acordo com a autora, é a interação que oportuniza a construção e reconstrução dos conhecimentos.

Convém ressaltar que a percepção da avaliação da aprendizagem como um processo dialógico vem se desenvolvendo, de forma mais acentuada, a partir da década de 1990. Nesse período, houve a preocupação de que é o professor quem precisa direcionar e conduzir o processo de ensino e aprendizagem, a partir de uma relação horizontal com os alunos, já que ambos são sujeitos do ato do conhecimento.

Desse modo, a noção de aprendizagem ganha outros sentidos. Esta passa ser analisada de forma integrada à sociedade-cultura, a suas crenças e a valores dominantes em uma determinada época, o que envolve quatro aspectos relevantes: *escola, aluno, professor e aprendizagem*. Logo, o enfoque sobre o processo de ensino e aprendizagem parte das necessidades do contexto histórico-social, tanto de professores como dos alunos. Significava a busca da valorização do diálogo e de grupos de discussão a fim de gerar uma interpretação crítica importante para a prática de vida dos estudantes.

Assim, a forma de “avaliar” ganha mais profundidade e passa ser conhecida como “avaliação formativa”. Essa concepção defende a superação da ideia de que a prática avaliativa limita-se aos aspectos técnicos (“como fazer”), não se referindo

somente à promoção dos estudantes ou finalização do processo de aprendizagem. Dessa maneira, a “avaliação formativa” exigiria uma pedagogia diferenciada, exatamente a partir do diálogo, porque se trabalha com o movimento colaborativo e coletivo de experiências em uma sala de aula. Eis o que diz um coletivo de professores de Mesquita:

O professor deve buscar uma avaliação formativa, observando e registrando o desenvolvimento do aluno durante as aulas, a fim de analisar as possibilidades de aprendizagem de cada um e do grupo como um todo. Dessa forma, pode planejar e replanejar os processos de ensino, bem como as intervenções necessárias.

(IV Diálogo em Rede: Concepções sobre avaliação – 14/07/14)

Nesse sentido, o professor precisa conhecer um conjunto de práticas e efeitos da avaliação associados às relações que acontecem no interior da escola, entre professores e alunos e entre alunos e alunos. Assim, para a avaliação formativa, é importante a coleta de informação sobre a aprendizagem dos alunos por meio de “uma pluralidade de métodos e técnicas que incluem desde o recurso à memória que o professor guarda das características dos alunos até as mais diversificadas e conhecidas estratégias, como a observação livre, a observação sistemática, a autoavaliação, a entrevista, o trabalho de grupo e outras formas de interação pedagógica” (JANELA, 2000, p.38) ⁵⁶.

Dentre essas estratégias, destaca-se a autoavaliação, em que cada estudante pode relatar de que forma desenvolveu a capacidade de reconhecer adequadamente situações de aprendizagem. Significa uma autorreflexão de posicionamentos, atitudes individuais e no grupo: avanços, medos e conquistas. É a oportunidade de externar-se de forma escrita (ou de outras formas) para refletir sobre os avanços a respeito da socialização e aspectos concernentes às aprendizagens específicas. Para Canen (2009):

[...] autoavaliação pode ser proposta para os alunos, por meio de questões em que eles tenham de analisar em que medida compreendeu o significado dos conteúdos, mas também em que medida mobilizou outras habilidades e sentimentos, como curiosidade, o “gostar” de aprender, a capacidade de análise crítica, o compromisso pessoal, a

⁵⁶ Vale lembrar que há várias perspectivas formais para a avaliação das aprendizagens, como autoavaliação do aluno; portfólio; os registros das aulas por escrito ou diário de aulas do professor; trabalhos em grupo e provas.

perspectiva de pesquisa, a ética nas relações interpessoais e outras".
(p.54)

Nota-se que a autoavaliação, como possibilidade de avaliação, oferece ao estudante a superação dos empecilhos na aprendizagem. Conforme Canen (2009), se este recurso for bem trabalhado no dia a dia da escola, proporcionará um subsídio para o desenvolvimento da responsabilidade dos alunos, da autonomia em concomitância com o desenvolvimento de habilidades cognitivas e de apropriação do conhecimento.

São essas variedades de interpretações que mostram a importância da multiplicidade de recursos para avaliar. Tais interpretações baseiam-se na ideia de que a avaliação está voltada à aprendizagem do aluno, considerando-o um indivíduo em formação, que possui vivências e saberes individuais reconhecidos pelo professor. Essa prática tem como objetivo ampliar a percepção crítica dos alunos, desenvolvendo a autonomia para atuar em sociedade. Assim sendo, a avaliação formativa está comprometida com a aprendizagem dos alunos, visando à formação e não uma classificação, como um processo de democratização do conhecimento escolar.

Cabe ressaltar que, considerando que uma das dificuldades atuais dos professores é proporcionar explicações individuais ao aluno, a interação, presente na dinâmica dos processos colaborativos em sala e nas diferentes práticas avaliativas, favorece correlações imediatas para a superação de situações desafiadoras para alguns estudantes. Se nas práticas avaliativas tradicionais, os alunos precisam se adaptar à escola, na perspectiva formativa, a escola procura atender as necessidades e dificuldades dos alunos, não considerando apenas os resultados, mas também os processos, acompanhando o trabalho diário de cada um.

Importante lembrar que a compreensão sobre “avaliação”, presente no cotidiano escolar, vem mostrando a valorização de outros sentidos para o conhecimento e para educação pública.

Entretanto, em Mesquita, para os estudantes, quando indagados sobre o “ato de avaliar”, algumas escolas sinalizaram, a partir de entrevistas, que:

- A avaliação é uma prova muito importante para os alunos;
- A avaliação é uma coisa para ver se os alunos estão bons nas matérias;
- Avaliação é prova teste e trabalho em grupo;
- A avaliação para a gente é muito legal porque nos ajuda a aprender;
- Avaliação é um momento que a gente fica indeciso.

Os alunos mantêm uma noção predominante que atravessou gerações na cultura escolar: a avaliação está inclinada para verificar aprendizagens e testagem do que “aprendeu”.

Convém ressaltar, de acordo com Depresbiteres e Tavares (2009), que os testes foram criados para evitar a constante ameaça de apropriação de cargos, monopólios de pessoas nobres e notáveis na China Imperial. Contudo, com o decorrer do tempo, o ato de testar (ou aplicar um exame) se tornou um ato de controle social. Essa interpretação não colabora com a escolarização na contemporaneidade, porque favorece a ampliação de tabus, mitos e preconceitos e estes reforçam pensamentos generalizantes, como o “pensamento dicotômico: sim ou não, certo ou errado” (Depresbiteres e Tavares, 2009, p.56).

Para Luckesi (2011)⁵⁷, há uma diferença entre as abordagens dos conceitos de verificação e avaliação, porque “a verificação transforma o processo dinâmico da aprendizagem em passos estáticos e definitivos. A avaliação, ao contrário, manifesta-se como um ato dinâmico que qualifica e subsidia o reencaminhamento da ação” (p.93). Dessa forma, a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir, porque é processual e dinâmica. É a possibilidade de inserir a trajetória existencial e pessoal de cada aluno para, a partir de novas decisões pedagógicas, fazer avançar nos conhecimentos.

Assim, o processo avaliativo proporciona aspectos em que o aluno e sua aprendizagem tornam-se o centro do processo didático-pedagógico, mostrando que o erro não é um déficit. Para tal “é preciso ultrapassar a sistemática tradicional de buscar os absolutamente certos e errados em relação às respostas do aluno” (HOFFMAN, 2014, p.76).

Essa concepção é recorrente nas interpretações dos professores de Mesquita, pois segundo tais profissionais “a avaliação deve privilegiar a aprendizagem e não o

⁵⁷ Conforme o autor, “o processo de verificar configura-se pela observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações que delimitam o objeto ou ato com o qual se está trabalhando. A verificação encerra-se no momento em que o objeto ou ato de investigação chega a ser configurado, sinteticamente, no pensamento abstrato, isto é, no momento em que se chega à conclusão que tal objeto ou ato possui determinada configuração (p.75)”. LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

fracasso, uma vez que se avalia para dar continuidade à aprendizagem e não para medir ou dar notas⁵⁸.

Da mesma forma, a fala dos professores de Mesquita sugere que a avaliação do processo de ensino aprendizagem consiste em:

[...] um processo contínuo, em que a construção do conhecimento se sobreponha a avaliações quantitativas, que avalie o desenvolvimento do aluno de forma global e contextualizada, abrangendo os conhecimentos individuais, teóricos e conhecimentos adquiridos através de atividades realizadas em grupo, observando o comportamento, a participação e o interesse (Idem).

De acordo com esses professores, avaliar a aprendizagem dos alunos se dá nas tarefas rotineiras ou em conhecimentos que ultrapassam uma simples memorização. A avaliação abrange compreender os processos complexos de pensamento. Assim, vive-se uma considerável transformação da relação dos professores com o conhecimento escolar e da identidade profissional, assim como uma reflexão sobre a avaliação das competências profissionais para “dar a aula”.

Justamente a complexidade do cotidiano é acompanhada de momentos de tensão para os professores, porque a avaliação precisa incorporar os saberes e a diversidade cultural dos alunos. Nessa perspectiva, teme-se que haja uma desqualificação do conhecimento e, consequentemente, da autoridade do professor. Isso pode justificar a valorização do instrumento “prova” ainda por boa parte da comunidade escolar. Significa a interpretação, por diferentes atores sociais – professores, alunos, pais, sistema educacional – de que a autoridade pedagógica se limita ao desempenho ou domínio de conteúdos, em avaliações escritas. Constitui assim, a ausência dos sentidos sobre a apropriação do conhecimento escolar.

A partir dessa noção, a ação de “escrever um bilhete”, como “domínio da escrita”, pode não traduzir o êxito na prática pedagógica, porque desconsidera os contextos interativos entre professores e alunos e a apropriação da leitura e da escrita como instrumento de comunicação.

⁵⁸ Essas falas foram retiradas de sugestões apresentadas pelas escolas que responderam os questionários enviados pela Secretaria de Educação, bem como o uso da intervenção, de cada escola, em um texto base para fomentar uma discussão no “IV Diálogo em rede” do dia 14 de julho de 2014.

Contudo, a “prova”, ou testes, pode compor uma lógica formativa se, conforme Moretto (2005), houver a distinção entre os sentidos de “transmissão” e “apropriação”. Para a primeira, é fundamental buscar os significados da palavra. Conforme o autor, estes já são bem conhecidos na realidade educacional: simples processo de “decorar” informações⁵⁹. Já para a segunda, a apropriação, baseia-se na compreensão, pelos alunos, de significados dos contextos das próprias experiências, assim como dos contextos sociais e culturais. Dessa forma, uma “prova” pode representar também um momento de estudo ou aprendizagem. Compõe mais uma oportunidade para que os alunos busquem suas concepções prévias e, a partir de representações individuais, manifestam suas interpretações sobre um assunto.

Nesse sentido, ainda de acordo com Moretto (2005), uma “prova” não pode ser concebida somente como um estudo específico de uma determinada área do conhecimento, mas sua elaboração precisa da reflexão sobre o processo avaliativo. Este se inicia a partir de “como” se elabora uma pergunta para os alunos e, da mesma forma, “como” os contextos favorecem sentidos para os estudantes sobre um determinado texto. Assim sendo, elaborar uma “prova”, buscando os sentidos para a aprendizagem não é algo fácil e rápido, porque exige do professor clareza sobre as finalidades dos processos pedagógicos, curriculares e avaliativos.

Significa, para fins de aprendizagem, mais uma alternativa para a articulação entre o processo de ensino e a avaliação, pois abrange grande variedade de domínios do currículo, como já dito anteriormente. Se as provas trazem significados que permitem aos agentes sociais a se situarem em um espaço social, estas podem se constituir como instrumentos pedagógicos que fazem parte de conjunto de práticas docentes dentro de uma sala de aula.

É pelos motivos já elucidados que o uso de “provas”, pode auxiliar em dois momentos distintos no contexto escolar: 1. Avaliação da aprendizagem, 2. Avaliação institucional. A diversidade colabora no comprometimento com a democratização das práticas pedagógicas e avaliativas em uma escola. Desse modo, é necessário elucidar mais uma modalidade da avaliação dos processos de ensino e aprendizagem: a perspectiva “institucional”.

⁵⁹ De acordo com o autor, “o ensinar um dia, já foi concebido como transmitir conhecimentos prontos e acabados, conjunto de verdades a serem recebidas pelo aluno, gravadas e devolvidas na hora da prova (p.117)”.

Convém ressaltar que essa modalidade ainda possui poucas investigações sobre suas finalidades no campo educacional, bem como as práticas importantes para realizá-las na escola. Cabe também considerar que o desenvolvimento da avaliação institucional é fundamentado na participação democrática dos atores sociais envolvidos no cotidiano escolar.

De acordo com Sobrinho e Balzan (2011), a avaliação institucional exige a utilização de um determinado tipo de procedimento que consiga articular as prioridades pedagógicas e administrativas. Segundo os autores, essa prática avaliativa se estabelece como um recurso importante para a escola discutir amplamente suas concepções, princípios, objetivos, limites e alcances, metodologias e estratégias de ação. Ela requer a possibilidade de estabelecer as prioridades, as avaliações e os meios para ações sistemáticas que ajudem a compreender melhor o processo escolar⁶⁰.

Essa concepção sugere a combinação de procedimentos metodológicos e qualitativos, com ênfase nestes últimos, bem como a elaboração de relatórios que mostrem as questões suscitadas e o cotejo das respectivas análises, que possam compor um documento de autoavaliação de uma escola. Por conseguinte, faz com que os atores pedagógicos e sociais consigam explicar a realidade escolar a respeito dos aspectos administrativos, pedagógicos, políticos, culturais e outros. Isso é fundamental para a compreensão da avaliação da aprendizagem delineada em cada sala de aula de uma escola pública.

Assim, verifica-se que a avaliação institucional pode se mostrar como um instrumento importante para gestão administrativa e pedagógica de diferentes instâncias educacionais. Entretanto, não é simples realizá-la e nem de tão fácil entendimento para alguns atores sociais, envolvidos na sua elaboração. Para isso, é necessário o processo de participação dos atores sociais nela envolvidos, por meio de uma aprendizagem profissional e colaborativa, a qual busca os múltiplos olhares sobre uma determinada realidade educacional, com a perspectiva de criar melhores condições para ensinar e aprender.

Tal assertiva baseia-se na ideia de que o trabalho pedagógico não é uma responsabilidade única do professor, mas se desenvolve por meio de um projeto de

⁶⁰ Os autores alertam que esse processo necessita de ações consistentes que possam ser implementadas em um determinado período, não inferior a dois anos.

escola. Neste sentido, o debate sobre o ensino e a aprendizagem confronta discursos presentes no cotidiano escolar. Esse movimento – do exercício da autoavaliação e a avaliação dos pares – permite a constituição de processos de formação docente e favorece mudanças na cultura escolar, em especial, na avaliação da aprendizagem.

O Conselho de Classe é uma possibilidade para exemplificar um tipo de avaliação institucional, haja vista que é uma instância decisiva na articulação das funções formativas de uma escola. Supõe suscitar os aspectos individuais e coletivos dos alunos. Geralmente, preparado por diretores, orientadores e coordenadores pedagógicos a partir do acompanhamento pedagógico e da observação da vida na escola, pode ser considerado um “dossiê” escolar dos alunos. Nesse espaço, constitui-se a integração da “psicologia do aluno” e as experiências pedagógicas. Delas dependem as práticas de avaliação e a apreciação sobre estas. Porém Sant’Anna (2010) alerta:

Há necessidade de que as escolas trabalhem melhor os professores para que o conselho de classe atinja realmente seus objetivos. Atualmente, é quase regra que no dia destinado à avaliação pelo conselho, os alunos não tenham aula e os responsáveis pela classe passem horas reunidos apenas citando nomes, notas ou conceitos respectivos e registrando um parecer descriptivo padronizado (p.88).

Assim, o Conselho de Classe pode se constituir como um ponto de referência para professores e alunos. Também como um espaço de ligação com pais, ou responsáveis, e a coordenação pedagógica. Mas é preciso saber planejar as reuniões, conduzindo a dinâmica do grupo através do conhecimento da realidade escolar. Contudo, o que se vê são conselhos mal preparados, visto por muitos professores como simulacro administrativo, usado para legitimar decisões que não são verdadeiras.

Por outro lado, os professores de Mesquita já iniciaram a compreensão sobre a noção de aprendizagem, o que evidencia a continuidade sobre o debate para aprofundamentos das práticas que auxiliam na percepção da apropriação do conhecimento.

Assim sendo, tanto a avaliação da aprendizagem como a avaliação institucional são importantes encaminhamentos para a gestão escolar, pois ambas representam uma base sólida para superar desafios e limites, seja em uma sala de aula, seja na escola. Atualmente, faz-se necessária a preocupação da gestão escolar em zelar pela aprendizagem, assim como estar atenta às práticas pedagógicas. Significa utilizar e

compreender os diferentes recursos que avaliam o processo educacional e o contexto profissional a partir de diagnósticos gerados por debates.

Por tudo o que foi dito, a finalidade da avaliação não se restringe apenas ao processo ensino e aprendizagem. Ela precisa englobar todos os envolvidos no processo, tendo em vista que a escola é um lugar de mediações e conflitos em dimensões éticas e em representações culturais, políticas, sociais e pedagógicas. Nesse sentido, a discussão em torno das práticas avaliativas não caminha para um consenso. O tema está presente nas salas de aulas e nas reuniões dos professores e merece muitos debates.

Indiscutivelmente, as finalidades da avaliação da aprendizagem têm sido analisadas pelos profissionais do município de Mesquita. Considerando essa afirmação, pode-se indagar: como avaliar os alunos a partir da perspectiva formativa? Como desenvolver um processo mais crítico junto aos alunos sobre a importância do conhecimento escolar? Como realizar uma autoavaliação? Quais são os sentidos dos Conselhos de Classe para a melhoria da educação pública?



Formação continuada em debate em Mesquita

A formação continuada tem sido um tema recorrentemente abordado na literatura brasileira e estrangeira, através de documentos legais, pesquisas acadêmicas ou trabalhos que tratam da temática (GATTI, 2008; GATTI e BARRETO, 2009; TARDIF, 2004). Assim, a fim de fomentar a discussão acerca do tema, nesta Reestruturação Curricular, torna-se necessário, inicialmente, tecer algumas considerações a respeito de Leis que direcionam a formação de professores e, consequentemente, compreender como as esferas de governo têm organizado a formação continuada dos professores.

Para Gatti (2008), foi a partir de meados da última década que houve uma preocupação maior com a formação dos professores e, posteriormente, a expansão da oferta de programas e cursos de educação continuada, uma vez que a formação dos professores

entrou na pauta mundial pela conjunção de dois movimentos: de um lado, pelas pressões do mundo do trabalho, que se vem estruturando em novas condições, num modelo informatizado e com o valor adquirido pelo conhecimento, de outro, com a constatação, pelos sistemas de governo, da extensão assumida pelos precários desempenhos escolares de grandes parcelas da população. Uma contradição e um impasse. Políticas públicas e ações políticas movimentam-se, então, na direção de reformas curriculares e de mudanças na formação dos docentes, dos formadores das novas gerações (p.62).

Algumas das iniciativas públicas de formação de professores, de acordo com Gatti e Barreto (2009), criadas a partir dos anos 1990, adquiriram o caráter de programas compensatórios e não propriamente de atualização e aprofundamento de conhecimentos, sendo realizados com a finalidade de suprir a fragilidade da formação inicial.

As autoras destacam que a formação continuada vem sendo compreendida como uma possibilidade de preencher lacunas da formação inicial, já que as exigências do cotidiano escolar e os desafios presentes no campo escolar não cessam de evoluir.

Assim, como apresentado, a formação continuada de professores tem assumido um espaço importante nas discussões que se referem às políticas públicas de formação, como é possível encontrar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e no Plano Nacional de Educação (2014-2024).

A Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo 67, estabelece que “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, nos termos, estatutos e planos de carreira do magistério público” (BRASIL, 1996). Destacando a necessidade de haver um “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim” (BRASIL, 1996).

O artigo 80, da Lei supracitada, traz em sua redação as obrigações do poder público para com a educação continuada, pois o mesmo “incentivará o desenvolvimento e a veiculação de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

Nesse sentido, pode-se perceber que a LDB apresenta a necessidade de cada sistema de ensino, no âmbito dos entes federados (União, Distrito Federal, estados e municípios), garantir e promover a valorização docente, assegurando: o ingresso exclusivamente por meio de concurso público de provas e títulos, aperfeiçoamento profissional continuado, piso salarial, progressão funcional, período reservado a estudos, planejamento e avaliação e condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996).

De acordo com Gatti (2008), a LDB “veio provocar especialmente os poderes públicos quanto a essa formação” (p.34), pois a Lei trouxe em sua redação o resultado dos debates acerca da importância da valorização docente, por isso poderia proporcionar o desenvolvimento de políticas públicas sobre o tema.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, na Meta 16 e suas estratégias, ressalta a necessidade de “garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2014).

Assim, o PNE corrobora a necessidade dos municípios, estados, Distrito Federal e União realizarem, em regime de colaboração⁶¹, um planejamento para garantir e fomentar a formação continuada para todos os profissionais da educação.

De posse dessas informações, pode-se perceber que a formação continuada, apresentada pelas políticas públicas em educação, é vista ora como uma possibilidade de ampliar as titulações acadêmicas, ora como meio de preencher lacunas de uma formação inicial “ineficiente” e, consequentemente, criar estratégias para melhorar a qualidade de ensino.

Assim, é necessário que as políticas educacionais encontrem meios de solucionar: a) a disparidade entre os locais de formação e os locais de prática; b) a organização do trabalho docente, em seus diversos elementos; c) os programas de formação continuada, compreendidos como mecanismos de preenchimento das lacunas deixadas pela formação inicial.

Nesse horizonte, é possível perceber que a expansão dos programas e cursos de formação continuada, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação, é considerada como resultado da massificação dos sistemas de ensino, visto que tal fato se evidencia como sendo um motivo para a necessidade das mais diversas propostas de formação continuada de professores existentes:

O surgimento de tantos tipos de formação não é gratuito. Tem base histórica em condições emergentes na sociedade contemporânea, nos desafios colocados aos currículos e ao ensino, nos desafios postos aos sistemas pelo acolhimento cada vez maior de crianças e jovens, [...] Criaram-se o discurso da atualização e o discurso da necessidade de renovação (GATTI, 2008, p. 3).

Contudo, é necessário indagar acerca de qual o conceito de formação continuada deseja para os professores, pois Gatti (op.cit.) expõe que, devido às inúmeras propostas existentes e pesquisas sobre o tema, vem ocorrendo um movimento de “reconceitualização da formação continuada” (p.202).

⁶¹ Para Cury (2008), a Constituição Federal de 1988 reconhece o Brasil como uma República Federativa. Tal fato propicia um “regime em que os poderes do governo são repartidos entre instâncias governamentais por meio de campos de poder e de competências legalmente definidas” (p.1196).

Mesquita e a Formação Continuada

No que se refere à formação continuada, Mesquita vem avançando nas discussões sobre o tema, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) procura proporcionar aos profissionais da educação uma formação continuada que esteja em sintonia com as necessidades e demandas de seu sistema de ensino, visto que a formação continuada e a valorização docente é tema recorrente nos documentos legais do município.

A Lei nº 355, de 25 de outubro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Mesquita, como validade de 10 anos, traz em sua redação um capítulo destinado à educação, intitulado de “Capítulo VII – Da política de Educação”, no qual elenca uma série de estratégias vinculadas à educação, desde a democratização do acesso e permanência na escola à promoção de uma reorientação curricular. O documento apresenta em seu artigo 65, inciso terceiro, alínea b e c, as estratégias referentes à formação continuada dos profissionais da educação, como a viabilização “de convênios com universidades e outras instituições”.

De posse do Plano Diretor Participativo, a Secretaria Municipal de Mesquita pode estabelecer metas, visando o desenvolvimento da educação no município e atender o exposto na Lei nº 355, de 25 de outubro de 2006. Quanto às metas⁶², destaca-se a de número 10, que discorre sobre a “valorização e fortalecimento de políticas de Formação Continuada e Seminários de Educação”.

Outro documento legal do município que evidencia o debate sobre a formação continuada em Mesquita é o Plano Municipal de Educação (PME), aprovado por meio da Lei nº 908 de 29 de junho de 2015.

O artigo segundo, inciso IX, do PME, ressalta a importância da “valorização dos (as) profissionais da educação” no município, fazendo eco a meta estabelecida pela Secretaria. No anexo da referida Lei, no qual são apresentadas 20 metas e suas respectivas estratégias, destaca-se a meta 16, que discorre sobre a necessidade de:

⁶² As 20 metas estabelecidas pela SEMED foram divulgadas no Seminário de Abertura do ano letivo, que teve como tema a *Valorização profissional: aprendizagem em foco*. Esse seminário foi apresentado em fevereiro de 2013 pela Secretaria Municipal de Educação, professora Áurea de Almeida Lobo.

Assegurar, em 30% (trinta por cento), até o último ano de vigência deste Plano, a elevação de titulação do docente, em nível de pós-graduação, na sua respectiva área de atuação, e garantir a todos (as) os profissionais da educação básica formação continuada, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Quanto às 15 estratégias referentes à meta 16, destacam-se as 1 e 2, que abordam a necessidade de haver a realização de um planejamento estratégico, pautado no regime de colaboração, “para dimensionamento da demanda por formação continuada, nas modalidades presencial, semipresencial e à distância” e a necessidade de “ampliar parcerias e convênios com universidades, para o aumento de oferta de vagas e acesso aos cursos de pós-graduação, inclusive em nível de mestrado e doutorado”, respectivamente.

Desse modo, é preciso compreender que o município vem demonstrando interesse no tema, já que, além de promulgar leis com metas claras sobre a formação continuada e a valorização docente, vem procurando aderir a alguns dos programas de formação continuada oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC), em regime de colaboração, na tentativa de atender as necessidades de seu sistema de ensino e propiciar aos profissionais da educação um espaço de reflexão sobre sua prática.

Vale destacar alguns destes programas aderidos pelo município: o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA)⁶³, o Pró- Letramento⁶⁴ e o Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)⁶⁵.

Além destes programas, Mesquita realizou parcerias com Universidades públicas (UFRJ, UERJ, UFF, UFRRJ e outras) para a realização de cursos e palestras

⁶³ O PROFA tinha como público alvo os professores alfabetizadores atuantes da rede pública nas séries iniciais, que lecionavam para crianças, jovens e adultas. O Programa tinha por objetivo suscitar a melhoraria da qualidade da educação no país. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/apres.pdf> - Acesso em 17/06/2016.

⁶⁴ Pró- Letramento constitui-se como sendo um programa de formação continuada realizado em parceria com Universidades, estados e municípios, visando à “melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pro-letramento> - Acesso em 17/03/2016.

⁶⁵ O Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) constitui-se, inicialmente, como sendo um compromisso formal do Ministério da Educação assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, que firmaram um regime de colaboração para que estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados até os oito anos de idade, em Língua Portuguesa e em Matemática, ao final do 3º ano do ensino fundamental (CONSTANT; SANTOS; ALMEIDA, 2014).

visando proporcionar aos profissionais da educação do município um espaço de diálogo e reflexão. Como por exemplo, o Curso de Formação Continuada para Professores Alfabetizadores.

Entretanto, o município, por meio da Secretaria Municipal de Educação, também realizou e realiza Centro de Estudos e projetos no âmbito da formação continuada, como é o caso do projeto intitulado “De professor para professor”⁶⁶, implementado em 2013. Esse projeto tinha por objetivo propiciar a formação continuada de professores do 4º e 5º anos, através do diálogo entre seus pares.

Tardif (2002) destaca a importância da interação entre os pares para a formação continuada, pois, de acordo com o autor, os saberes dos professores são resultados de processos individuais, mas ao serem compartilhados proporcionam um processo de valorização e reconhecimento dos saberes da classe.

Assim, pode-se compreender que, com esta Reestruturação Curricular, a Secretaria Municipal de Educação procura promover um debate ainda mais amplo sobre a formação continuada e o trabalho docente pautado em um ambiente formativo e colaborativo.

Nesse horizonte, Gatti e Barreto (2009, p. 203) consideram:

[...] a formação como um contínuo ao largo da vida profissional, o conceito subjacente é o de desenvolvimento profissional. O processo de formação é definido como um movimento orientado a responder aos diversos desafios que sucedem no que se poderia identificar como diferentes fases da vida profissional: o início da carreira, o processo de desenvolvimento e os tempos mais avançados em que o professor consolida suas experiências profissionais.

Considerando o que foi apresentado, é possível observar certo avanço sobre o tema no município, mas cabe ainda indagar: como os professores atuantes na rede municipal de Mesquita vêm compreendendo a proposta de ampliar e aprofundar o debate sobre formação continuada proposta pela Secretaria Municipal de Educação?

⁶⁶ Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?p=8459> – Acesso em: 17/03/2016

Considerações finais

A ênfase apresentada pela Secretaria Municipal de Mesquita para a formação continuada e a valorização docente evidencia a preocupação do município em proporcionar aos professores uma formação continuada que possibilite a reflexão acerca de suas práticas e, consequentemente, tornem-se protagonistas de “novas” práticas, levando em consideração suas vivências.

Tal assertiva encontra eco nas palavras de Imbernón (2002), que salienta sobre a importância de investimento em programas de formação continuada que estejam próximos a realidade dos professores e que possibilitem a troca de informação entre os eles, pois é do cotidiano que os problemas emergem. Assim, somente na interação com seus pares em um espaço propício que os problemas podem ser debatidos.

Desse modo, a formação continuada não deve estar longe do contexto da prática docente, visto a necessidade de valorizar os saberes trazidos pelos professores. Sendo assim, a atividade de análise das práticas de sala de aula com seus pares constitui-se como sendo um meio para trabalhar o diálogo e a reflexão durante a formação.

Giroux (1997) defende a necessidade dos professores se tornarem “intelectuais transformadores”. Logo, quando os professores engajam-se no debate e na investigação de suas práticas, adquirem postura crítica e comprometida com a liberdade individual, social dos sujeitos e, principalmente, com sua prática.

A Secretaria Municipal de Educação de Mesquita, por meio desta Reestruturação Curricular, vem procurando promover um diálogo sobre o desencadeamento das mudanças sociais estabelecidas no município e sobre como elas acabam por influenciar o trabalho docente, para que, assim, a formação continuada seja potencializada e que os professores se tornem os protagonistas de suas práticas.

Por tudo isso, este texto procurou evidenciar como a Secretaria Municipal de Educação de Mesquita vem compreendendo e fomentando a formação continuada e, consequentemente, a valorização dos profissionais da educação do município. Contudo, esse tema necessita de inúmeras investigações, pois a formação continuada não pode ser considerada como um meio para preencher lacunas da formação inicial dos professores.

Nessa perspectiva, para que esta visão acerca da formação continuada seja ultrapassada, é necessário indagar: como a política educacional de Mesquita proporciona ações para que a formação continuada deixe de ser um mecanismo de “preenchimento” de lacunas e torne-se uma formação voltada para o aprofundamento teórico e prático? Quais são as contribuições dos debates, a partir da Reestruturação Curricular, para a formação em *lócus* de Mesquita?

Princípios das Ações Pedagógicas

PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE

PRINCÍPIO DA CIDADANIA

PRINCÍPIO DA FORMAÇÃO DE VALORES

PRINCÍPIO DA ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

PRINCÍPIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar."

Nelson Mandela

PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE

PRINCÍPIO (S)	AÇÕES EDUCATIVAS
Respeito às diferenças e valorização da diversidade, com noções que demonstrem as festas, ritos, formas de pensar e agir de vários povos, raças, etnias, religiões e classes sociais, buscando garantir a dignidade, equidade e igualdade de oportunidades, exercício da participação e da autonomia dos diferentes atores durante o processo educativo.	Desenvolver valores que enfatizem o respeito para o fortalecimento de atitudes de cooperação e solidariedade com as diferenças. Promover uma pedagogia participativa que inclua as diferentes culturas articulando, no currículo e nas ações educativas, estratégias que atendam ao multiculturalismo nas dimensões crítica e pós-colonial. Incluir e garantir, no currículo, de forma interdisciplinar, temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, diversidade familiar, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos. Implementar projetos culturais e educativos de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violações de direitos no espaço escolar e na sociedade. Desenvolver estratégias que assegurem o respeito aos direitos humanos e sua prática no contexto escolar, por meio do diálogo sobre as maneiras de aplicá-los no convívio social. Ampliar ações que contemplem a Lei 11.645 para promoção das culturas de matrizes africanas e indígenas possibilitando o respeito, o reconhecimento, a compreensão das pluralidades culturais. Elaborar coletivamente iniciativas pedagógicas que se preocupem com a educação nas dimensões multiculturais através de projetos e práticas inovadoras, garantindo a construção de uma escola realmente inclusiva.
Compreensão da escola pública como espaço laico que garanta a diversidade de ideias, de culturas, de raças, de opção sexual, de gênero, e de concepções religiosas dos sujeitos.	Trabalhar a educação para a diversidade cultural, que desafie preconceitos, estereótipos, discriminações, silêncios e exclusão social. Desenvolver maneiras criativas de dialogar com princípios, estéticos e políticos, para a formação da cidadania, de forma ética, que intermedie conflitos, almejando, com isso, consensos, ainda que temporários, construídos na/pela coletividade.
Entendimento que não há homogeneidade de identidades, pois estas não são puras, tampouco estáveis. Para isso, vale dialogar com a perspectiva pós-colonial do multiculturalismo que evidencia as culturas se inter-relacionando, se entrecruzando e dialogando para formar novas culturas e novas identidades, bem como desconstruir mensagens etnocêntricas, racistas e discriminatórias nos discursos e nos materiais didáticos utilizados em sala de aula.	Trabalhar o currículo escolar com ações concretas, de forma multiculturalizada, abrindo-se para laborar com as três principais percepções do multiculturalismo: Folclórica, Crítica e Pós-Colonial. A perspectiva folclórica focaliza a diversidade, em termos de ritos, festas, e outros determinantes culturais. A perspectiva crítica aborda as desigualdades, a construção histórica dos preconceitos e diferenças, de modo a superar tais mecanismos; a visão pós-colonial traz a atenção às diferenças dentro das diferenças, de modo a evitar congelamentos e preconceitos contra aqueles percebidos como híbridos. Observa-se que, em alguns momentos, durante as práticas curriculares, as ações podem vir a dialogar com a dimensão folclórica, e em outros momentos, estrategicamente, podem ser desenvolvidas em uma dimensão crítica e/ou pós-colonial.

98

PRINCÍPIO DA CIDADANIA

"A Escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela."

Paulo Freire

PRINCÍPIO (S)	AÇÕES EDUCATIVAS
Formação da cidadania ativa reconhecendo que, nas sociedades contemporâneas, a escola é um dos locais, de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, da constituição de sujeitos históricos e de desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipatórias.	Ampliar os espaços de participação da comunidade escolar tendo os conselhos escolares como um dos instrumentos para as ações e/ou decisões pedagógicas e administrativas, tornando a escola um ambiente mais democrático e participativo.
Reconhecimento da escola como espaço de fortalecimento de valores democráticos, éticos e humanos.	Organizar a escola de forma mais planejada e elaborada dialogando com a sociedade como um todo, em todas as suas instâncias: família, religião, política, mídia economia.
Reconhecimento da cidadania como construção histórico-cultural e como atividade real dos direitos e cumprimento dos deveres.	Contribuir para a educação em direitos humanos, desde a infância, ressaltando a perspectivas de direitos, independente de diferenças sociais, raciais ou econômicas dos indivíduos.
Conscientização dos sujeitos quanto aos seus direitos de liberdade de expressão, de pensamento, ideológica, culturais e religiosas, da participação cidadã, trabalho, saúde, e ao lazer.	Desenvolver ações pedagógicas que estimulem o exercício da participação e da autonomia do aluno.
	Contribuir para a educação em direitos humanos concentrando esforços, desde a infância, na formação de cidadãos (as), com atenção especial às pessoas e segmentos sociais historicamente excluídos e discriminados, para a inserção dos mesmos de forma igualitária e equitativa.
	Promover projetos que consolidem práticas cidadãs e reconhecimento de direitos e deveres formais.
	Implementar experiências de interação da escola com a comunidade, que contribuam para a formação da cidadania em uma perspectiva crítica dos direitos humanos e dos direitos e deveres de crianças e adolescentes.
	Incentivar a organização estudantil por meio de grêmios, associações, grupos de estudos e trabalho, representantes de turma, entre outros e a participação nos Conselhos de Classe.
	Elaboração de Projetos permanentes para fomentar uma cultura de paz propondo ações fundamentadas em princípios, incluindo procedimentos para a resolução de conflitos nas relações interpessoais e sociais.

99

PRINCÍPIO DA FORMAÇÃO DE VALORES

“A dimensão moral da criança tem de ser trabalhada desde a pré-escola. Ética se aprende, não é uma coisa espontânea.”

Ives de La Taille

PRINCÍPIO (S)	AÇÕES EDUCATIVAS
<p>Desenvolvimento de uma educação comprometida com valores imprescindíveis à convivência humana que dê sentido à vida sintonizada com os movimentos sociais e atenta às transformações que estes movimentos apontam, contribuindo para a formação de sujeitos éticos, críticos, ativos, responsáveis e comprometidos com a transformação social respeitando e valorizando a diversidade com todas as suas singularidades.</p> <p>Uma educação que ofereça uma experiência significativa que prepare para a vida. Onde o espaço escolar não esteja apenas preocupado com a formação intelectual do educando, mas também e principalmente, com a sua formação quanto ser humano, ético e participativo.</p>	<p>Desenvolver ações pedagógicas que estimulem a construção de valores e atitudes positivas diante da vida, de si mesmo e do outro interagindo numa continua construção de identidade e autoconhecimento.</p> <p>Implementar projetos de afirmação dos valores imprescindíveis à convivência humana na defesa e construção da liberdade e responsabilidade pessoal e coletiva promovendo atitudes críticas e reflexivas que conduzam ao reconhecimento da dimensão pessoal e, ao mesmo tempo, do valor da participação ética conduzindo o sujeito à consciência crítica sobre a cultura desumanizadora (consumismo, materialismo, competitividade exacerbada e individualismo oriundos do neoliberalismo).</p> <p>Estimular a solidariedade, a igualdade, equidade de condições e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as diferentes culturas.</p> <p>Trabalhar os valores na escola associados aos princípios preconizados na Proposta Pedagógica escolar, não perdendo, assim a função principal da escola que é a desenvolvimento do conhecido científico, crítico e reflexivo e pluricultural.</p> <p>Entender que valores são reflexos de uma construção coletiva do grupo social, e que perpassam pelos direitos e deveres do cidadão.</p>

100

PRINCÍPIO DA ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

Hoje, na crise do projeto humano, sentimos a falta clamorosa de cuidado em toda parte. Suas ressonâncias negativas se mostram pela má qualidade de vida, pela penalização da maioria empobrecida da humanidade, pela degradação ecológica e pela exploração exacerbada da violência. Que o cuidado aflore em todos os âmbitos, que penetre na atmosfera humana e que prevaleça em todas as relações! O cuidado salvará a vida, fará justiça ao empobrecido e resgatará a Terra como pátria e matria de todos.

Leonardo Boff

PRINCÍPIO (S)	AÇÕES EDUCATIVAS
<p>Desenvolvimento de uma educação ambiental numa perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.</p> <p>Ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade reconhecendo que a educação ambiental é individual e coletiva.</p> <p>Afirmar valores e ações que contribuam para a transformação humana e social e para a preservação ecológica estimulando o reconhecimento da interdependência e diversidade de espécies.</p> <p>Ter o cuidado como ética do humano e como princípio inspirador para o desenvolvimento e a construção de um novo paradigma de convívio do ser humano com si mesmo, com o outro e com a natureza.</p> <p>Responsabilização pela vida e pelo Planeta.</p>	<p>Tratar, através do currículo, as questões globais críticas, suas causas e interrelações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico, destacando aspectos primordiais relacionados ao ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna e consumismo.</p> <p>Implementar projetos com princípios teóricos da interdisciplinaridade e da transversalidade para a formação de cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem e cuidem do ambiente e se vejam como parte integrante da natureza reconhecendo a interdependência entre os seres humanos e as outras formas de vida.</p> <p>Estimular o senso de responsabilidade individual e coletiva com a preservação ambiental através de propostas que possam culminar em hábitos e atitudes positivas para com si mesmo, com o outro e com o ambiente local, nacional e planetário.</p> <p>Desencadear ações junto à comunidade que favoreçam a melhoria de qualidade de vida intensificando parcerias com Projetos ambientais da cidade, como por exemplo, a coleta seletiva.</p> <p>Problematizar e orientar quanto ao destino adequado a todos os detritos orgânicos e inorgânicos produzidos no espaço escolar.</p> <p>Fomentar ações educativas que estimulem a pesquisa para o desenvolvimento de novas tecnologias que melhorem a interrelação do homem com o ambiente.</p>

101

PRINCÍPIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

"Tornou-se chocantemente óbvio que a nossa tecnologia excede a nossa humanidade."

Albert Einstein

PRINCÍPIO	AÇÕES EDUCATIVAS
Desenvolvimento da capacidade de se posicionar criticamente perante as diferentes fontes e instrumentos tecnológicos.	Promover e garantir no espaço escolar a inclusão digital, inclusive aos cidadãos com necessidades educacionais especiais, através de laboratórios, jogos interativos e acessibilidade.
Democratização da informação e das tecnologias.	Implementar projetos com princípios teóricos da interdisciplinaridade e da transversalidade para o desenvolvimento de valores vinculados aos interesses coletivos, como os de solidariedade, de fraternidade, de consciência do compromisso social, de reciprocidade, de respeito ao próximo, do consumo consciente e de generosidade conduzindo o sujeito ao questionamento da ordem capitalista.
Promoção de uma educação científica e tecnológica cidadã, auxiliando o educando a construir conhecimentos, habilidades e valores necessários para tomar decisões responsáveis sobre questões de Ciência e Tecnologia na sociedade e atuar na solução de tais questões.	Promover, através do currículo, a discussão sobre questões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais relativas à ciência e tecnologia e os seus efeitos sobre a saúde, o meio ambiente, o seu valor econômico e as questões éticas relacionadas à sua produção, comercialização e consumo.
Desenvolvimento de uma educação científica e tecnológica crítica que favoreça uma abordagem com a função social de questionar modelos e valores de desenvolvimento científico e tecnológico em nossa sociedade.	Utilizar as tecnologias numa perspectiva de construção do conhecimento por meio de atividades que desenvolvam a criatividade e o senso crítico no aluno.

102

OBJETIVOS GERAIS DOS PRINCÍPIOS DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS

PRINCÍPIOS	OBJETIVOS GERAIS
1- DIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> A. Reconhecer a importância da diversidade cultural, étnica, racial, de gênero, de religião, linguística, de orientação sexual e outras, valorizando as suas diferentes manifestações para o enriquecimento das relações locais, nacionais e globais. B. Compreender as diferenças nas diferenças para a desconstrução de estereótipos, desenvolvendo o enfrentamento a todas as formas de discriminação e violações de direitos no espaço escolar e na sociedade.
2- CIDADANIA	<ul style="list-style-type: none"> A. Perceber-se como sujeito histórico portador de direitos e deveres, reconhecendo o espaço escolar como espaço de fortalecimento de valores democráticos, éticos e humanos. B. Valorizar o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos como possibilidade de combate a todas as formas de discriminação, exploração, preconceito, assédios e quaisquer formas de intolerância e violência contra o outro, buscando reconhecer suas origens e denunciar suas manifestações. C. Conhecer e preservar o patrimônio material e imaterial local e nacional como forma de valorização da cultura do nosso povo.
3- FORMAÇÃO DE VALORES	<ul style="list-style-type: none"> A. Identificar-se como membro de determinado classe social, grupo social, cultural e étnico, respeitando e valorizando a diversidade e a pluralidade de outras identidades. B. Valorizar a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a equidade de condições, o respeito aos direitos humanos como forma de interação com as diferentes identidades e manifestações culturais, de grupos sociais, ambientais e políticos.
4- ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> A. Compreender as questões globais e locais críticas, suas causas e interrelações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico, analisando aspectos primordiais relacionados ao ambiente e a sustentabilidade, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, modo de produção, degradação da flora e fauna e consumismo. B. Valorizar a natureza respeitando seus elementos como forma de perpetuação da vida no planeta, reconhecendo as relações de interdependência entre os seres e a importância de cuidar de si, do outro e da preservação biodiversidade. C. Reconhecer os diferentes ecossistemas como forma de manutenção do equilíbrio sócio-ambiental e preservação da biodiversidade.
5- CIÉNCIA E TECNOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> A. Compreender de modo crítico as questões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais relativas à ciência, tecnologia e inovações, bem como os seus efeitos sobre a saúde, meio ambiente, seu valor econômico e questões éticas relacionadas à sua produção, comercialização e consumo sustentável. B. Relacionar-se de forma crítica, criativa e construtiva com as tecnologias e suas inovações, utilizando-as como recursos sustentáveis para o avanço do conhecimento, da pesquisa e de sua inserção no mundo contemporâneo e plural. C. Valorizar as contribuições dos diferentes povos, nos mais diversos contextos da ciência, tecnologia e inovações, contrapondo-se ao eurocentrismo como única forma de conhecimento valorizado.

103

CURRÍCULO MULTICULTURALIZADO:

UMA AMOSTRAGEM

104

Curriculum da Educação Infantil

CRECHE

LINGUAGEM ORAL E ESCRITA - Educação Infantil/CRECHE

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Comunicação e expressão de seus desejos, desagrados, necessidades, preferências e vontades em brincadeiras e nas atividades cotidianas.	<p>Participar da elaboração de regras simples de convívio social.</p> <p>Construir sua identidade física descobrindo o que é capaz de fazer, como é, como está no mundo e o que está à sua volta.</p>	<p>Respeitar as regras simples elaboradas pelo grupo, reconhecendo-se como parte importante do convívio social. (2 A e B)</p> <p>Reconhecer a atividade escolar individual e coletiva como espaço de construção da identidade, propiciando a constituição de sentimentos de autoestima, respeito ao outro e cooperação. (2B, 3 A e B)</p>

105

LINGUAGENS ARTÍSTICAS: ARTE, MOVIMENTO E MÚSICA - Educação Infantil/CRECHE

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Favorecer a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical.	Expressar e interpretar vivências significativas do cotidiano, desejos, necessidades, ideias e sentimentos, utilizando múltiplas linguagens.	Perceber a importância das diferentes linguagens em todas as atividades humanas e suas manifestações nos diferentes grupos sociais. (1 A, 2 C e 3 A e B).

CONHECIMENTOS LÓGICOS MATEMÁTICOS - Educação Infantil/CRECHE

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Recriar, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais.	<p>Perceber as relações do corpo com o tempo através dos ritmos corporais.</p> <p>Construir noções espaciais em relação ao próprio corpo, ao do outro e aos objetos.</p> <p>Afirmar sua própria lateralidade, desenvolvida nas diversas situações cotidianas e lúdicas.</p> <p>Explorar seres e elementos do ambiente, classificando-os, comparando-os e relacionando quantidades.</p> <p>Identificar o desenvolvimento das tecnologias de controle e representação do tempo: fotografias, mapas do tempo e outros.</p>	<p>Agrupar pessoas, fatos, grupos sociais e outros, segundo diferentes critérios reconhecendo a importância das diferenças e valorizando a diversidade. (1 A e B)</p> <p>Perceber as influências das descobertas científicas na transformação do cotidiano de diferentes grupos sociais. (5 A, B e C)</p>

NATUREZA E SOCIEDADE - Educação Infantil/CRECHE

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive.	<p>Reconhecer o ciclo de vida na natureza e os acontecimentos cíclicos na vida do ser humano e do ambiente.</p> <p>Reconhecer a importância da água, ar e luz para os seres vivos.</p> <p>Observar os seres vivos, sua relação com o ambiente e as transformações sofridas pela ação ambiental.</p> <p>Interagir com pequenos animais, com plantas e com objetos diversos, manifestando curiosidade e interesse.</p>	<p>Oportunizar visitas a parques, jardins e zoológicos para desenvolver a percepção da importância da diversidade de seres vivos para o equilíbrio e a preservação da biodiversidade. (4 A, B e C)</p> <p>Identificar o cuidado como elemento essencial para a preservação da natureza e como direito de todos. (2 A, B e C e 1 A)</p>

108

4 E 5 ANOS

LINGUAGEM ORAL E ESCRITA - Educação Infantil/4 E 5 ANOS

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Possibilitar às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos.	<p>Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros textuais orais e escritos.</p> <p>Explorar os múltiplos usos e funções da língua no seu grupo social, observando o quê, como e para quê se lê e se escreve.</p>	<p>Participar de diversas situações de intercâmbio social envolvendo gêneros textuais orais e escritos nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas respeitando as diferentes manifestações de expressão dos outros. (1 A e 3 A)</p> <p>Conhecer diferentes sotaques e formas de utilização da língua portuguesa, respeitando e valorizando as diferenças. (1 A, 3 A e B)</p>

109

LINGUAGENS ARTÍSTICAS: ARTE, MOVIMENTO E MÚSICA - Educação Infantil/4 E 5 ANOS

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Promover o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura.	<p>Conhecer as manifestações culturais do município de Mesquita.</p> <p>Ampliar a expressão corporal e cultural relacionando-se com a história e tradições populares, através do universo de jogos e brincadeiras tradicionais e atuais.</p> <p>Interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura.</p>	Construir conhecimentos sobre os costumes, valores, formas de expressão de sua cultura e da cultura de diferentes grupos sociais, através de atividades artísticas e culturais, valorizando a diversidade de manifestações musicais, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura. (1 A, 2 C e 3 A e B)

110

CONHECIMENTOS LÓGICOS MATEMÁTICOS - Educação Infantil/4 E 5 ANOS

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Agrupar pessoas, fatos e objetos por classes, segundo diferentes critérios.	Identificar semelhanças e diferenças nos diversos tipos de agrupamentos por gênero, etnia, cultura, classe social e outros valorizando a diversidade.	Possibilitar vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade. (1 A e B e 3 A e B)

111



NATUREZA E SOCIEDADE - Educação Infantil/4 E 5 ANOS

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Promover a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais.	<p>Identificar as mudanças ocorridas na relação ser humano/ambiente através do tempo.</p> <p>Desenvolver a noção de que o ser humano se distribui sobre o espaço, dele extrai sua sobrevivência, a ele se adapta e o transforma.</p> <p>Estabelecer relações entre as características e comportamentos dos seres vivos e condições do ambiente em que vivem, valorizando a diversidade da vida.</p> <p>Dialogar sobre a importância da reciclagem e do reaproveitamento do lixo como forma de preservação da natureza.</p>	<p>Reconhecer a ação do ser humano na natureza através do trabalho, destacando a preservação e a valorização da biodiversidade. (4 A, B e C)</p> <p>Conhecer formas pelas quais diferentes grupos humanos se relacionam com seus ambientes. (1 B, 3 B, 5 A, B e C)</p>

112

Curriculo Do Ensino Fundamental**CICLO DE ALFABETIZAÇÃO**

LÍNGUA PORTUGUESA - Ciclo de Alfabetização

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
LINGUAGEM E LETRAMENTO Leitura Leitura de mundo	<p>Ler textos não-verbais, em diferentes suportes.</p> <p>Ler textos (poemas, canções, tirinhas, textos de tradição oral, dentre outros), com autonomia.</p> <p>Compreender textos lidos por outras pessoas, de diferentes gêneros e com diferentes propósitos.</p>	<p>Reconhecer a evolução histórica das diferentes linguagens: gestos, sinais, símbolos, escrita, computador e outros, valorizando as contribuições culturais dos diversos grupos sociais ao longo do tempo. (5 C e 1 A)</p> <p>Identificar a transformação das linguagens de geração para geração (gírias, gestos, histórias, meios de comunicação e outros), reconhecendo o valor de suas contribuições para as futuras gerações. (5 B, 3 A e B)</p>

113

HISTÓRIA E GEOGRAFIA - Ciclo de Alfabetização

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
HISTÓRIA E COTIDIANO Identidade e Grupos Sociais: família, escola e comunidade local	<p>Identificar-se como integrante de grupos sociais, em diferentes espaços de convivência.</p> <p>Estabelecer e respeitar regras de convivência social existentes nos diferentes grupos (escola, família e outros).</p> <p>Compreender a organização do próprio bairro, reconhecendo a estrutura existente e as transformações ocorridas.</p> <p>Identificar e diferenciar os meios de comunicação e de transporte existentes na comunidade local.</p> <p>Estabelecer relações entre a história de vida e local através de quadros cronológicos, linhas do tempo, medições de tempo e calendários.</p> <p>Identificar as diferentes contribuições culturais na formação da população local.</p>	<p>Reconhecer e valorizar a importância das diferenças e semelhanças individuais, sociais, econômicas e culturais existentes entre os grupos sociais (sexo, idade, origem, costumes, trabalho, religião, etnia, organização familiar, formas de lazer, tipos de moradia e outros) (1 A e B)</p> <p>Valorizar as diferentes contribuições culturais na formação da população local, construindo a sua identidade cultural a partir do reconhecimento de semelhanças e diferenças entre as diversas comunidades. (3 A e B)</p> <p>Reconhecer-se como sujeito integrante de grupos sociais, em diferentes espaços de convivência valorizando a sua participação no respeito às regras de convivência. (2 A, B e C)</p>

114

CIÊNCIAS - Ciclo de Alfabetização

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Ambiente e Sociedade Hábitos de saúde corporal, vida saudável e bem-estar social	<p>Observar as características do corpo humano e os comportamentos nas diferentes fases da vida, no menino e na menina, aproximando-se à noção de ciclo vital do ser humano.</p> <p>Identificar os princípios básicos de uma alimentação saudável.</p> <p>Identificar as condições necessárias para uma vida saudável individual e coletiva, em espaços de convivência (família e escola).</p> <p>Perceber a importância da utilização de vacinas na prevenção de doenças.</p>	<p>Conhecer hábitos alimentares e higiênicos em diferentes grupos sociais e culturais e seus reflexos na saúde do ser humano. (1 A e B)</p> <p>Reconhecer e respeitar as diferenças individuais e de gênero. (1 A e B) (3 A)</p>

115

MATEMÁTICA - Ciclo de Alfabetização

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO <i>Análise e compreensão de dados e informações</i>	<p>Coletar e organizar informações acerca de grupos sociais locais do passado e do presente: hábitos alimentares, de vestuário, de lazer, religiões e outros.</p> <p>Criar registros pessoais para comunicação das informações coletadas sobre o passado e o presente.</p>	Reconhecer, através das informações coletadas, o processo de transformação realizada pelo ser humano e a contribuição dos diferentes grupos sociais no enriquecimento da cultura local. (3 A, 1 A e 2 C)

4º E 5º ANOS DE ESCOLARIDADE**LÍNGUA PORTUGUESA - 4º e 5º anos de escolaridade**

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
Interpretação e Compreensão de texto	<p>Identificar finalidades e funções da leitura, em função do reconhecimento do suporte, do gênero e da contextualização do texto.</p> <p>Coordenar estratégias de decodificação com as de antecipação, inferência e verificação, utilizando procedimentos simples para resolver dúvidas na compreensão.</p> <p>Compreender o sentido nas mensagens orais e escritas de que é destinatário direto ou indireto.</p> <p>Levantar e confirmar hipóteses relativas ao conteúdo do texto que está sendo lido</p> <p>Trabalhar a intertextualidade e a contextualidade como ferramenta de suporte.</p> <p>Buscar pistas textuais, intertextuais e contextuais para ler nas entrelinhas, ampliando a compreensão.</p> <p>Construir a compreensão global do texto lido, unificando e inter-relacionando informações explícitas e implícitas.</p> <p>Avaliar ética e afetivamente o texto, fazer extrações.</p>	<p>Observar diferentes textos produzidos por diversos grupos sociais em diferentes épocas, discutindo as múltiplas significações culturais desses textos. (1 A e 5 C)</p> <p>Desenvolver atitudes de apreciação crítica dos meios de comunicação quanto aos seus aspectos estéticos e ideológicos. (4 A e 5 A)</p> <p>Conhecer e analisar os usos da língua como veículo de valores e preconceitos, valorizando-a também como fonte de entretenimento. (1 B e 3 A)</p> <p>Conhecer diferentes usos da língua portuguesa, por parte de diversos grupos, valorizando a pluralidade de sotaques e promovendo o diálogo respeitoso entre os mesmos. (1 A e B, 3 A e B)</p>

HISTÓRIA E GEOGRAFIA - 4º e 5º anos de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>História de Mesquita e da Baixada Fluminense História do Brasil Brasil e suas regiões Área rural e área urbana e suas paisagens</p>	<p>Valorizar a história do município de Mesquita e da Baixada Fluminense.</p> <p>Identificar a importância de grupos sociais (indígenas, africanos e imigrantes) para o desenvolvimento social, cultural e econômico do município de Mesquita, da Baixada Fluminense e do nosso país.</p> <p>Identificar a hidrografia e o relevo do município de Mesquita e sua importância para o município.</p>	<p>Identificar as mudanças no espaço geográfico do município, da Baixada Fluminense e do país, compreendendo a ação do homem e suas atividades produtivas, as desigualdades sociais suas causas e consequências. (4A)</p> <p>Reconhecer as relações políticas e sociais que um grupo ou uma classe social estabelece com outros grupos e classes sociais e de produção no presente e no passado. (2B)</p> <p>Identificar as transformações sociais e políticas ocorridas nos diferentes grupos e classes e sua influência nas relações de trabalho. (5A)</p>

118

CIÊNCIAS - 4º e 5º anos de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>AMBIENTE <i>Interdependência entre seres e componentes ambientais</i></p>	<p>Identificar as relações de interdependência entre seres vivos e entre estes e os demais componentes do ambiente.</p> <p>Estabelecer relação de dependência entre a luz e os vegetais (fotossíntese), para compreendê-los como iniciadores das cadeias alimentares.</p> <p>Reconhecer a diversidade de hábitos e comportamentos dos seres vivos relacionados aos períodos do dia e da noite e à disponibilidade de água.</p>	<p>Reconhecer as alterações provocadas pelo homem no ambiente ao longo do tempo e suas implicações na vida dos seres vivos. (4 A-B-C)</p> <p>Discutir os impactos culturais, sociais e econômicos da presença de diversos grupos humanos sobre os ambientes onde habitam. (5 A-B-C)</p>

119

MATEMÁTICA - 4º e 5º anos de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
NÚMEROS E OPERAÇÕES <p>Números Naturais</p> <p>Resolução de Problemas</p> <p>Numerais Cardinais e Ordinais</p>	<p>Ler, escrever, interpretar números naturais.</p> <p>Construir gráficos e tabelas.</p> <p>Ampliar o conceito e o significado de ordenação em diferentes contextos sociais.</p> <p>Compreender e representar quantidades e medidas utilizando números racionais, em contextos variados como: Sistema monetário, perímetro e área, leitura de mapas e suas diferentes aplicações no contexto social.</p> <p>Explorar diferentes significados para números racionais ao analisar razões e proporções obtidas a partir de dados demográficos, territoriais, econômicos e outros.</p>	<p>Valorizar a linguagem simbólica matemática para análise de situações sociais, políticas, econômicas e outras relativas ao cotidiano. (2 B e C) e (5 A)</p>

120

ANOS FINAIS 6º ANO DE ESCOLARIDADE

LÍNGUA PORTUGUESA – 6º Ano de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>Vocativo e formas de tratamento.</p> <p>Marcas do registro coloquial.</p> <p>Emprego da vírgula;</p> <p>Dificuldades ortográficas recorrentes.</p> <p>Elementos da comunicação.</p> <p>Relação de referência entre substantivos e adjetivos.</p> <p>Produção de textos de acordo com os gêneros estudados.</p>	<p>Identificar referências textuais ao emissor e ao receptor da mensagem em textos do gênero bilhete e mensagens instantâneas (<i>torpedos, postagens em redes sociais e e-mails</i>).</p> <p>Identificar e diferenciar os diferentes recursos utilizados na internet para garantir agilidade na comunicação em textos do gênero bilhete e mensagens instantâneas (<i>torpedos, postagens em redes sociais e (e-mails)</i>).</p> <p>Relacionar o contexto de produção e recepção do texto ao emprego de recursos expressivos da língua.</p> <p>Reconhecer que a comunicação se estabelece a partir do conhecimento e domínio de uma determinada linguagem compartilhada entre emissor e receptor (interlocutor) (inclusive entre pessoas com deficiência) em textos do gênero bilhete e mensagens instantâneas (<i>torpedos, postagens em redes sociais e emails</i>).</p> <p>Relacionar o significado das palavras ao contexto linguístico de produção e recepção do texto.</p> <p>Refletir sobre a relevância da adequação ortográfica, sobretudo, em contextos formais de uso da língua escrita.</p> <p>Reconhecer como se dá a estrutura da comunicação dentro do contexto social (emissor, receptor, canal, código e mensagem) em textos do gênero bilhete e mensagens instantâneas (<i>torpedos, postagens em redes sociais e emails</i>).</p> <p>Reconhecer e empregar os elementos da comunicação em diferentes contextos da produção escrita.</p> <p>Inferir o significado de palavras a partir do conhecimento compartilhado entre emissor e receptor em textos do gênero bilhete e mensagens instantâneas (<i>torpedos, postagens em redes sociais e emails</i>).</p> <p>Escrever e reescrever textos que atendam as especificidades dos gêneros estudados.</p>	<p>Reconhecer as diferentes formas dos elementos linguísticos na oralidade e nas produções escritas. (1A)</p> <p>Reconhecer as várias lógicas internas da língua de variantes linguísticas de menor capital simbólico (menos prestígio) na sociedade. (2C)</p> <p>Compreender a função das regularidades e irregularidades da língua escrita e dos diferentes símbolos e sinais de forma a potencializar a escrita fazendo com que o indivíduo consiga adequar essa escrita aos vários contextos sociais. (1A)</p> <p>Perceber a multiplicidade cultural e semiótica da constituição dos textos e as formas pelas quais estes se informam e se comunicam. (1A)</p> <p>Reconhecer os novos tipos de letramentos presentes na sociedade contemporânea, sem deixar de levar em conta a multimodalidade textual (linguística, visual, gestual, espacial e de áudio e a multiplicidade de significados em contextos /culturas). (2C e 3A)</p> <p>Comunicar-se de forma autônoma e crítica por meio de textos dos gêneros bilhete e mensagens instantâneas (<i>torpedos, postagens em redes sociais e emails</i>), dialogando com as diversas modalidades textuais e coleções culturais. (1A)</p> <p>Apropriar-se de como e quando usar a língua, as linguagens e as ferramentas escolhidas para facilitar a coesão e coerência textuais. (5 A e B)</p>

121

LÍNGUA INGLESA – 6º Ano de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>Importância da Língua Inglesa.</p> <p>Reconhecimento de palavras estrangeiras como nomes de lugares, marcas de produto, etc.</p> <p>Cumprimentos.</p> <p>Apresentações e despedidas.</p>	<p>Observar a influência da Língua Inglesa no nosso cotidiano.</p> <p>Estabelecer relações entre os objetos e os nomes estrangeiros.</p> <p>Aprender os principais cumprimentos e saudações em inglês.</p> <p>Apresentar-se e perguntar o nome das pessoas.</p>	<p>Apreciar e respeitar os costumes e valores de outras culturas desenvolvendo a percepção das diferentes manifestações culturais e suas maneiras de comunicação e de comportamento. (1A, 2B, 3A e B)</p> <p>Conscientizar-se da inserção do universo linguístico estrangeiro no meio em que vive através da observação de palavras e expressões já incorporadas ao cotidiano, valorizando e respeitando a interculturalidade. (1A e 5C)</p> <p>Perceber a existência de regras de convívio de outras culturas e suas formas de realizações linguísticas em situações variadas reconhecendo a diversidade de costumes e de uso da língua. (1A e 3A)</p> <p>Perceber que a língua inglesa é falada por diferentes povos, com sotaques e interpretações linguísticas diferentes, tais como escoceses, irlandeses e assim por diante, desafiando preconceitos e valorizando a diversidade. (1A e 3A)</p>

122

ARTES - 6º ano de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>Experimentar e explorar as possibilidades de cada linguagem artística.</p> <p>Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), de modo que os utilize nos trabalhos pessoais, identifique-os e interprete-os na apreciação e contextualize-os culturalmente.</p>	<p>Perceber o uso de elementos da linguagem plástica, cênica e musical em diversas criações artísticas e em outras expressões contemporâneas, tendo em vista a produção local e nacional.</p> <p>Valorizar a importância das diferentes manifestações artísticas para o enriquecimento da cultura local e nacional.</p>	<p>Reconhecer a importância do patrimônio artístico local e nacional para o processo de desenvolvimento cultural de Mesquita e do Brasil. (2 C)</p> <p>Valorizar as contribuições das culturas indígena, africana e europeia no desenvolvimento da linguagem artística local e nacional. (1 A, 2 C e 3 A e B)</p> <p>Reconhecer que as diferenças culturais são recursos que permitem aos indivíduos/sujeitos desenvolverem a criatividade e a formação de novas subjetividades. (1 A e B, 2 C, 3 A)</p>

123

EDUCAÇÃO FÍSICA - 6º ano de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>Patrimônio Cultural Corporal</p> <p>Manifestações Corporais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Jogos cooperativos Jogos Desportivos Jogos de tabuleiro <ul style="list-style-type: none"> Lutas Danças Ginásticas Atividades Recreativas Brincadeiras de Rua Atletismo e outros 	<p>Conhecer o Patrimônio Cultural Corporal de sua região.</p> <p>Valorizar e conhecer as diferentes manifestações culturais corporais e seus diferentes grupos.</p> <p>Ressignificar as práticas corporais conforme as características do grupo.</p> <p>Desenvolver valores positivos, entre eles a cooperação, o trabalho em equipe, a tolerância e a disciplina.</p> <p>Criar novas possibilidades de práticas corporais. Experimentar possibilidades corporais diversas.</p> <p>Conhecer a interação do esporte com o meio ambiente.</p>	<p>Construir um autoconceito positivo e de respeito ao outro. (2 A, 3 A e B)</p> <p>Interpretar a cultura corporal predominante e a marginalizada. (1 A, 3 B e 5 A e C)</p> <p>Superar processos discriminatórios e de preconceitos sociais, de classe, étnicos, de gênero, de orientação sexual, habilidades ou padrões corporais. (1 B, 2 B e 3 B)</p>

124

CIÊNCIAS - 6º ano de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>Ecologia</p> <p>Relações ecológicas</p> <p>Cadeia e teia alimentar</p> <p>Transferência de matéria e energia no ecossistema</p>	<p>Perceber a importância da natureza para a sobrevivência e perpetuação das espécies.</p> <p>Respeitar as características biográficas locais evitando a sua degradação.</p> <p>Identificar métodos para obtenção de nutrientes/energia que variam entre os organismos.</p>	<p>Reconhecer a importância das interações entre os diversos seres vivos e destes com os diferentes ambientes como fatores fundamentais na manutenção da biodiversidade terrestre. (1A e 4B)</p> <p>Ser atuante na cobrança junto à sociedade e ao poder público, visando uma ação conjunta a favor da natureza (3B,4B,4C).</p>

125

MATEMÁTICA - 6º ano de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>Sistema de Numeração Decimal Números Naturais Operações Fundamentais com os naturais Potenciação Radiciação (Raiz Quadrada) Expressões Numéricas As Formas (ponto, reta e plano) relacionando-os aos elementos de figuras planas e espaciais (lados, arestas, vértices e faces)</p>	<p>Reconhecer o sistema posicional decimal, suas características de ordem e classe.</p> <p>Resolver problemas identificando operações e suas características.</p> <p>Desenvolver estratégias para compreender o processo de construção da tabuada.</p> <p>Utilizar estratégias de contagem (com somas e multiplicações).</p> <p>Relacionar a divisão com a ideia de contagem simples e com a tabuada.</p> <p>Identificar quadrados perfeitos.</p> <p>Calcular raiz quadrada de quadrados perfeitos.</p>	<p>Reconhecer a importância dos diversos povos que contribuíram para a construção dos conceitos matemáticos, valorizando a diversidade e a necessidade do entendimento das diferenças. (1A e B, 3A e B, 5C)</p> <p>Estimular à criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade para facilitar a constituição de identidades. (1A, 2A, 3B)</p> <p>Expandir o lúdico, os espaços e os tempos planejados para acolher e expressar a diversidade dos alunos e oportunizar trocas. (2A)</p> <p>Transformar o uso do tempo num exercício produtivo e criador, facilitando o reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira e das formas de perceber e expressar a realidade e os conhecimentos lógico-matemáticos própria dos gêneros, das etnias, e das muitas regiões e grupos sociais, numa abordagem etnomatemática. (3A, 3B)</p> <p>Incentivar a motivação, criatividade, iniciativa, capacidade de aprendizagem no estágio individual e grupal, observando a importância do trabalho coletivo para a consecução dos objetivos. (2B)</p> <p>Transpor os conhecimentos lógico-matemáticos para a sua realidade social significando-os de maneira a respeitar seu próprio ambiente. (3A e B, 4 A)</p>

HISTÓRIA - 6º ano de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO</p> <p>Principais teorias para a origem do ser humano: Criacionismo e Evolucionismo. Pré-História: Paleolítico, Neolítico Do Australopithecus ao Homo sapiens sapiens O homem Pré-Histórico, a natureza e a domesticação do fogo. A arte na Pré-História As primeiras formas de organização social: do bando à sociedade de classes (bando, tribo, chefia e Estado organizado)</p>	<p>Conhecer a existência de diferentes teorias explicativas sobre a origem do ser Humano.</p> <p>Identificar os cortes temporais da Pré-História.</p> <p>Entender o processo de evolução do ser humano.</p> <p>Relacionar as condições ambientais do homem Pré-Histórico com suas tecnologias.</p> <p>Comparar as diversas características das primeiras sociedades coletores, horticultores e a domesticação de animais.</p> <p>Entender que o homem é um ser social, portanto vive em sociedade.</p> <p>Compreender conceitos e noções de nomadismo, sedentarismo e divisão do trabalho.</p>	<p>Reconhecer a diversidade de formas de organização do ser humano hoje, incluindo aquelas de grupos plurais, como indígenas no Brasil e no exterior, desafiando preconceitos. (1 A e B)</p> <p>Compreender e respeitar a pluralidade de teorias acerca da origem do homem. (1A e B)</p> <p>Perceber a profunda relação entre o ambiente e o desenvolvimento dos grupos humanos. (4A)</p> <p>Reconhecer que a pré-história foi um período de produção cultural, científica e tecnológica o que representa um período histórico tão importante quanto todos os outros. (5A e C)</p> <p>Perceber a importância dos fatores ambientais na vida dos primeiros hominídeos e sua contribuição na transformação do meio em que vivia, reconhecendo a ação do homem na natureza. (4B e C)</p> <p>Discutir indícios de culturas passadas e suas conquistas, ilustrando com dados arqueológicos e descobertas recentes sobre aquele período, inclusive desafiando dados anteriores sobre povos e suas origens. (1 A e B e 3 A)</p> <p>Reconhecer o trabalho como forma de transformação da sociedade e de exploração do ser humano. (5A)</p>

GEOGRAFIA - 6º ano de escolaridade

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
PLANETA TERRA A Terra e o Universo. Os movimentos da Terra. Orientação e localização na Terra. Terra, planeta da vida.	Compreender o nosso planeta como um astro do Cosmo e entender de que maneira se deu a sua formação. Constatar a existência dos movimentos da Terra e confirmar sua importância para a vida no planeta. Desenvolver noções de localização e orientação espacial e compreender o princípio das coordenadas geográficas e dos fusos horários. Compreender a importância da manutenção dos ecossistemas e identificar os elementos que sustentam a vida na Terra.	Compreender as teorias de origem do planeta e as suas diversas formas de entendimento dos povos. (Tupi, Nagô, Big Bang e outros) (5C) Reconhecer que os movimentos de rotação e translação influenciam no equilíbrio do ecossistema e no comportamento dos seres vivos valorizando a preservação da natureza. (4B) Compreender a importância da noção de espaço para que o ser humano se localize no ambiente em que vive reconhecendo e respeitando as diversas características territoriais. (5A) Reconhecer que o ser humano tem um papel preponderante na manutenção da vida e na preservação dos ecossistemas para manter o equilíbrio do planeta. (4A, B e C) Reconhecer que o nosso planeta faz parte de um sistema solar e é interdependente. (4B) Analisar notícias recentes sobre acordos para a preservação do clima e do planeta, discutindo formas com que grupos plurais, inclusive de outras culturas tais como indígenas e outros, têm pensado sobre a questão, desafiando preconceitos e pensando em soluções. (1 A e B, 4 A e 5A)

128

Curriculo da Educação de Jovens e Adultos**CICLO ALFABETIZADOR**

ÁREA DE CONHECIMENTO: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – DISCIPLINA: Língua Portuguesa, Artes e Informática

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
LINGUAGEM E LETRAMENTO: APRIMORANDO LEITURA, ESCRITA E O CONHECIMENTO FORMAL DA LÍNGUA Leitura de textos de gêneros diversos Produção de textos a partir dos gêneros estudados Compreensão textual Debate de ideias a partir de temas estimulados por leituras em suportes diversos e registro escrito de suas conclusões Gênero/Número/Grau Diminutivo / aumentativo Substantivos próprios e comuns Sinais de pontuação / acentuação no contexto Antônimo / sinônimo Os sentidos das palavras (conotação, denotação, ambiguidade) Linguagem coloquial / culta no contexto Ortografia.	Interpretar imagens, obras de arte, textos sem palavras, composições musicais ou charges com criticidade. Reconhecer usos e funções sociais da língua. Reconhecer outras formas de linguagem, variações da língua portuguesa de acordo com a localidade. Reconhecer na língua portuguesa falada no Brasil, aspectos da formação do povo brasileiro Identificar conjuntos de palavras derivadas, observando semelhanças ortográficas e de sentido. Identificar conjuntos de palavras derivadas, observando semelhanças ortográficas e de sentido. Ler com autonomia textos de diferentes gêneros, sendo capaz de compreender o que está explícito e o que está implícito. Compreender textos em diferentes linguagens, refletindo e posicionando-se criticamente. Relacionar espaço de conversa, onde os alunos narrem fatos que aconteceram no dia-a-dia. Formular perguntas cujas respostas exijam do aluno manifestação de opiniões ou compreensão do conteúdo abordado. Convidar constantemente os alunos a expressarem suas dúvidas oralmente. Utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais.	Reconhecer e respeitar a variedade lingüística que caracteriza a comunidade dos falantes da Língua Portuguesa, inclusive a praticada pelo próprio aluno e seu grupo. (1 A e B; 2 C, 3 A) Reconhecer a importância das festas populares como patrimônio artístico local e nacional para o processo de desenvolvimento cultural e para a construção da identidade local, regional e nacional. (2 C) Reconhecer as várias lógicas internas da língua de variantes linguísticas de menor capital simbólico (menos prestígio) na sociedade. (1B, 2C, 3A, 3B) Compreender a função das regularidades e irregularidades da língua escrita e dos diferentes símbolos e sinais de forma a potencializar a escrita fazendo com que o indivíduo consiga adequar essa escrita aos vários contextos sociais. (1A) Perceber a multiplicidade cultural e semiótica da constituição dos textos e as formas pelas quais estes se informam e se comunicam. (1A) Analisar a língua oficial portuguesa como padrão socialmente aceito, porém em diálogo com o dialeto ou a linguagem materna dos alunos, sendo trabalhada nos moldes de uma segunda língua, de modo a valorizar a diversidade e desafiar preconceitos. (1A e B)

129

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências do Homem e da Sociedade – DISCIPLINA: História, Geografia e Ensino Religioso (Ética e Cidadania)

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>O SUJEITO CIDADÃO</p> <p>Meu nome e minha percepção pessoal</p> <p>História do nascimento (documentos pessoais e carteira de trabalho)</p> <p>Meu contexto social</p> <p>Meu papel na sociedade</p>	<p>Identificar-se como integrante de grupos sociais, em diferentes espaços de convivência.</p> <p>Refletir criticamente sobre as regras de convivência social existentes nos diferentes grupos (escola, família e outro) e fazendo proposições para transformações positivas para o coletivo.</p> <p>Conhecer os vários documentos de identificação pessoal e suas utilidades (certidão de nascimento, RG, título de eleitor etc.).</p> <p>Estabelecer relações entre a história de vida através de quadros cronológicos, linhas do tempo, medições de tempo e calendários.</p>	<p>Perceber-se como pessoa humana, sujeito de direitos e deveres, com necessidades e sonhos, potenciais e limites em formação contínua, em aprendizagem do viver e conviver consigo e com os outros. (1A, 2A, 3A)</p> <p>Reconhecer-se como sujeito integrante de grupos sociais, em diferentes espaços de convivência valorizando a sua participação no estabelecimento e cumprimento das regras de convivência justas, democráticas e inclusivas (2 A, B e C)</p> <p>Conhecer os vários documentos de identificação pessoal e suas utilidades (certidão de nascimento, RG, título de eleitor etc.) e reconhecer a necessidade e buscar formas de constituir-los para a garantia de seus plenos direitos e deveres de cidadão. (2A e B)</p> <p>Reconhecer e valorizar sua identidade cultural, sem menosprezar ou discriminar a identidade do outro. (1A e B; 2B; 3A e B)</p> <p>Exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais. (1B, 2A, 2B, 3A)</p> <p>Compreender a diversidade étnica, racial, de gênero, orientação sexual, linguística e outras como vantagens e não como déficits, reconhecendo sua própria identidade e desafiando preconceitos com relação à pluralidade identitária. (1A e B, 2A e B, 3A e B)</p>

130

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da natureza e suas Linguagens e Tecnologias – DISCIPLINA: Matemática, Ciências e Educação Física

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>O SUJEITO E SEUS CUIDADOS COM A ALIMENTAÇÃO, O CORPO E O MEIO</p> <p>Alimento como fonte de energia</p> <p>Pirâmide alimentar</p> <p>Dieta alimentar saudável.</p> <p>Alimentação: mídia e publicidade. O que considerar?</p> <p>Alimentos in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados.</p> <p>Reaproveitamento dos alimentos.</p> <p>A hidratação do corpo e as atividades físicas</p> <p>A alimentação e as atividades físicas</p>	<p>Refletir sobre formas de uso racional dos recursos naturais visando a sustentabilidade.</p> <p>Identificar os princípios básicos de uma alimentação saudável.</p> <p>Compreender a utilização da tecnologia em diferentes situações, avaliando seu papel nas transformações da matéria, energia e vida.</p> <p>Utilizar os movimentos corporais característicos de algumas manifestações culturais e atividades profissionais para o desenvolvimento de hábitos favoráveis a saúde.</p> <p>Aplicar de noções e controle de tempo em jogos e atividades laborais que envolvam a organização de pequenos grupos ou circuitos de atividades laborais.</p> <p>Pesquisar sobre a origem e evolução de diferentes jogos e brincadeiras, estimulando a curiosidade dos alunos.</p> <p>Promover atividades que permitam a localização do corpo no espaço com distinção de posições e eixos de orientação (diagonal, em frente...) e explorando formas, dimensões e características presentes no ambiente explorado, por meio de atividades individuais e grupais.</p> <p>Reconhecer a necessidade de cuidados na aquisição e conservação de alimentos (validade, locais apropriados, cozimento, etc.).</p>	<p>Identificar e conhecer os hábitos alimentares de diferentes grupos sociais e culturais, e seus reflexos sobre a saúde do ser humano. (1A, 5ª)</p> <p>Perceber a influência da mídia na criação de hábitos alimentares através da reflexão crítica, de maneira a desconstruir hábitos nocivos a saúde e de construção de atitudes saudáveis ao ser. (5A e B)</p> <p>Conhecer e compreender, por meio de reflexão crítica, as mudanças na produção e conservação dos alimentos em função dos avanços tecnológicos (geladeira, freezer, conservantes, acidulantes, etc.). (4A, 5A)</p> <p>Refletir sobre os direitos do consumidor como garantia de saúde e respeito ao cidadão. (2A)</p> <p>Conhecer formas plurais de plantio e colheita de alimentos, respeitando as diferenças e a pluralidade cultural. (1A e 4A)</p>

131

ANOS FINAIS 6º PERÍODO

ÁREA DE CONHECIMENTO: Linguagens, códigos e suas tecnologias - DISCIPLINA: Língua Portuguesa – EJA 6º período

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>O sujeito e suas linguagens As diferentes linguagens e as variantes linguísticas sociais e contextuais Os sentidos das palavras</p>	<p>Compreender a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.</p> <p>Utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos, de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos e considerar as diferentes condições de produção do discurso.</p> <p>Relacionar o significado das palavras ao contexto linguístico de produção e recepção do texto.</p> <p>Utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade, operando sobre as representações construídas em suas várias vivências.</p>	<p>Reconhecer as diferentes formas dos elementos linguísticos na oralidade e nas produções escritas. (1A, 3A)</p> <p>Reconhecer as várias lógicas internas da língua de variantes linguísticas de menor capital simbólico (menos prestígio) na sociedade. (1B, 2C, 3A, 3B)</p> <p>Reconhecer os novos tipos de letramentos presentes na sociedade contemporânea, sem deixar de levar em conta a multimodalidade textual (linguística, visual, gestual, espacial e de áudio e a multiplicidade de significados em contextos /culturas). (1A, 1B2C e 3A)</p>

ÁREA DE CONHECIMENTO: Linguagens, códigos e suas tecnologias - DISCIPLINA: Língua Inglesa – EJA 6º período

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>A língua inglesa no cotidiano do sujeito Importância da Língua Inglesa. Reconhecimento de palavras estrangeiras como nomes de lugares, marcas de produto, etc.</p>	<p>Observar a influência da Língua Inglesa no nosso cotidiano.</p> <p>Estabelecer relações entre os objetos e os nomes estrangeiros.</p>	<p>Apreciar e respeitar os costumes e valores de outras culturas desenvolvendo a percepção das diferentes manifestações culturais e suas maneiras de comunicação e de comportamento. (1A, 2B, 3A e B)</p> <p>Identificar, no universo que o cerca, as línguas estrangeiras que cooperam nos sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilingüe e compreendendo o papel hegemônico que algumas línguas desempenham em determinado momento histórico. (1A, 3A, 3B, 5A, 5C)</p> <p>Conscientizar-se da inserção do universo linguístico estrangeiro no meio em que vive através da observação de palavras e expressões já incorporadas ao cotidiano, valorizando e respeitando a interculturalidade. (1A e 5C)</p> <p>Reconhecer a inserção do universo linguístico estrangeiro no meio em que se vive: termos ligados a esportes, tecnologia, economia e artes; termos ligados a gírias, nomes de lojas, produtos variados. (1A, 2C, 5A, 5B, 5C)</p> <p>Reconhecer que a língua inglesa apresenta diversidade de usos, por parte de povos diferentes, em função de processos de colonização desenvolvidos, desafiando preconceitos e estereótipos. (1A e B, 3A)</p>

ÁREA DE CONHECIMENTO: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – DISCIPLINA: Artes – EJA 6º período

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
As manifestações culturais em Mesquita Festas populares Propaganda Cultura de massa	Conhecer os artistas da região e relacionar os artistas de várias épocas e estilos. Reconhecer e valorizar as manifestações artísticas de Mesquita. Relacionar as questões de consumo capitalistas e a produção de arte. Compreender os conhecimentos teóricos às análises da arte no entorno e nos meios de comunicação. Posicionar-se criticamente diante dos meios de comunicação em massa. Compreender as influências das mídias digitais. Compreender, analisar e observar as relações entre as artes visuais com outras modalidades artísticas e também com outras áreas do conhecimento humano, estabelecendo as conexões entre elas.	Valorizar as manifestações artísticas de povos e culturas de diferentes épocas e locais, incluindo a contemporaneidade e a arte brasileira. (1A) Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e o conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas. (1A, 1B, 2A, 2B 3A, 3B) Identificar, relacionar e compreender a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo cultural e natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos. (1A, 1B, 2A, 2C, 3A, 3B) Reconhecer e criticar manifestações artísticas manipuladoras, que ferem o reconhecimento da diversidade cultural e a autonomia e ética humanas. (1A, 1B, 2A, 2B, 3A, 5A)

134

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Natureza e Suas Linguagens e tecnologias - DISCIPLINA: Educação Física - EJA 6º período

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<i>O corpo em movimento e o patrimônio cultural</i> Relações entre Sociedade, Competição e Cooperação Atividades Recreativas e Brincadeiras de Rua Jogos de Tabuleiro, Lutas e Danças; Atletismo e jogos com raquetes.	Interpretar a cultura corporal predominante e a marginalizada. Compreender os aspectos histórico-sociais relacionados aos jogos, às lutas, aos esportes e às ginásticas. Compreender o processo expressivo, partindo do código individual para o coletivo (mimicás individuais, representações de cenas do cotidiano em grupo, danças individuais, pequenos desenhos coreográficos em grupo). Valorizar, apreciar e desfrutar dos benefícios advindos da cultura corporal de movimento, a partir daquelas presentes nas experiências dos educandos da EJA, criando novas possibilidades de práticas corporais e promovendo a experimentação de possibilidades corporais diversas. Desenvolver a percepção dos limites corporais na vivência dos movimentos rítmicos e expressivos, mas promovendo a predisposição a superar seus próprios limites nas vivências rítmicas e expressivas. Compreensão das relações entre as capacidades físicas e as práticas da cultura corporal de movimento, assim como das técnicas de desenvolvimento e manutenção das capacidades físicas básicas. Conhecer a interação do esporte com o meio ambiente.	Valorizar e conhecer as diferentes manifestações culturais corporais e seus diferentes grupos a partir da realidade local. (1 A e 3 B) Superar processos discriminatórios e de preconceitos sociais, de classe, étnicos, de gênero, de orientação sexual, habilidades ou padrões corporais. (1 B, 2 B e 3 B) Promover a valorização da cultura corporal de movimento como parte do patrimônio cultural da comunidade, do grupo social e da nação; instrumento de expressão de afetos, sentimentos e emoções; possibilidade de obter satisfação e prazer; linguagem e forma de comunicação e interação social. (1A, 1B, 2A, 2B, 2C, 3 ^a , 3B) Vivenciar das danças da cultura popular regional, compreendendo seus contextos de manifestação (carnaval, escola de samba e seus integrantes, frevo, capoeira, bumba-meу-boi etc.), buscando desenvolver atitudes positivas com relação a diversidades dessas manifestações corporais culturais dos grupos sociais. (1A, 1B, 2A, 2B, 2C, 3A, 3B, 4A) Discutir as diferenças e características relacionadas ao gênero presentes nas práticas das diferentes atividades físicas, desafiar preconceitos promovendo atitudes de combate a estereótipos sexistas e de gênero. (1A e B, 2A e B) Conhecer manifestações corporais presentes em paralimpíadas, por parte de pessoas com deficiências, reconhecendo os padrões plurais das expressões do corpo e valorizando os potenciais e as diferenças entre elas. (1A e B, 3B)

135

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências do Homem e da Sociedade - DISCIPLINA: História – EJA 6º período

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>ESTADO, CULTURA E DIVERSIDADE</p> <p>As primeiras formas de organização social: do bando à sociedade de classes (bando, tribo, chefia e Estado organizado), destacando as instituições principais que caracterizaram as sociedades mais complexas em termos políticos, sociais, econômicos e culturais</p>	<p>Identificar as principais instituições políticas, econômicas, sociais e culturais construídas pelos povos, que induzem a outras formas de organização no decorrer do tempo histórico.</p>	<p>Reconhecer o trabalho como forma de transformação da sociedade, que pode se dar de forma cooperativa ou de exploração do ser humano. (5A)</p> <p>Questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que permitem atuar sobre a realidade. (2A, 3B)</p> <p>Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e povos, como condição para fortalecer a democracia, respeitando-se as diferenças e lutando contra as desigualdades. (1A, 2A, 2B, 2C, 3A, 3C, 5C)</p> <p>Identificar e refletir sobre as problemáticas contemporâneas pertinentes à realidade social, econômica, política e cultural da localidade, de sua própria região, de seu país e do mundo, a partir dos recortes proporcionados pelas temáticas discutidas nos conteúdos propostos. (1, 2, 3, 4, 5)</p> <p>Reconhecer e valorizar os diferentes tipos de organização humana, desafiando preconceitos raciais, étnicos, de gênero e outros. (1A e B, 3A e B)</p>

136

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências do Homem e da Sociedade - DISCIPLINA: Geografia – EJA 6º período

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>GEOGRAFIA E O COTIDIANO</p> <p>- O conhecimento geográfico e sua presença na vida dos sujeitos</p> <p>- As diferentes paisagens e as relações do ser humano no espaço.</p>	<p>Perceber a Geografia como um conhecimento presente e facilitador da vida e trabalho dos cidadãos no seu cotidiano.</p> <p>Identificar os diferentes tipos de espaços e suas modificações, a partir dos espaços relacionados às vivências dos educandos.</p> <p>Refletir sobre o significado da ação do homem sobre a natureza, no processo de construção do espaço geográfico: a construção dos vários espaços e os impactos sobre o meio ambiente a partir da percepção dos educandos.</p>	<p>Construir um conjunto de conceitos, procedimentos e atitudes relacionadas ao conhecimento da Geografia, que permita aos sujeitos alunos da EJA, conhecerem a constituição do Universo e do planeta, assim como do mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão de como as paisagens, os lugares e os territórios se constroem, identificando suas relações complexas sistêmicas. (4A, B e C; 5C)</p> <p>Reconhecer que o ser humano tem um papel preponderante na manutenção da vida e na preservação dos ecossistemas para manter o equilíbrio do planeta. (4A, B e C)</p> <p>Reconhecer a diversidade cultural que permeia a presença do homem nos diferentes ecossistemas, valorizando a pluralidade e desafiando preconceitos contra continentes, países e povos. (1A e B, 5C)</p>

137

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Natureza e suas Linguagens e Tecnologias – DISCIPLINA: Matemática – EJA 6º período

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>Números Naturais Operações com os números naturais Sistema Monetário Brasileiro Frações Sistema de Numeração Decimal</p>	<p>Ampliar as concepções numéricas do educando, construindo novos significados para os números (naturais) a partir de sua utilização no contexto social e da análise de alguns problemas que motivaram sua construção.</p> <p>Compreender as propriedades do sistema de numeração decimal, assim como, compreender as ideias relacionadas às operações de soma, subtração, multiplicação, divisão, potência e radiciação.</p> <p>Resolver problemas identificando operações e suas características.</p> <p>Desenvolver estratégias para compreender o processo de construção da tabuada e buscar desenvolver estratégias de contagem (com somas e multiplicações), que facilitem cálculos relacionados às experiências cotidianas do educando.</p> <p>Desenvolver procedimentos de cálculo (exato ou aproximado, mental ou escrito), em função da situação-problema proposta.</p> <p>Resolver situações-problema envolvendo números naturais, decimais e fracionários, e, a partir delas, ampliar e construir novos significados para a adição, subtração, multiplicação, divisão, assim com para a potenciação e radiciação com números naturais.</p> <p>Reconhecer o sistema posicional decimal, suas características de ordem e classe.</p> <p>Resolver problemas relacionados a situações comuns às vivências dos alunos envolvendo o sistema monetário nacional.</p>	<p>Reconhecer a importância dos diversos povos que contribuíram para a construção dos conceitos matemáticos, valorizando a diversidade e a necessidade do entendimento das diferenças. (1A e B, 3A e B, 5C)</p> <p>Transformar o uso do tempo num exercício produtivo e criador, facilitando o reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira e das formas de perceber e expressar a realidade e os conhecimentos lógico-matemáticos próprios dos gêneros, das etnias, e das muitas regiões e grupos sociais, numa abordagem etnomatemática. (2C, 3A, 3B)</p> <p>Transpor os conhecimentos lógico-matemáticos para a sua realidade social significando-os de maneira a respeitar seu próprio ambiente. (3A e B, 4 A)</p> <p>Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas. (1A, 2B, 3B, 5A)</p> <p>Fazer observações sistemáticas de aspectos Quantitativos e qualitativos da realidade, estabelecendo inter-relações entre eles, utilizando o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, métrico). (4C, 5B)</p> <p>Resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como intuição, indução, dedução, analogia e estimativa, utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis. (5B)</p> <p>Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a auto-estima e a perseverança na busca de soluções. (2A, 3A)</p> <p>Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles. (1A, 2B, 2C, 3A)</p>

138

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Natureza e suas Linguagens e Tecnologias – DISCIPLINA: Ciências – EJA 6º período

CONHECIMENTO ESCOLAR	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	HORIZONTE MULTICULTURAL
<p>O HOMEM E A NATUREZA</p> <p>Ecologia (Meio Ambiente e Preservação) Relações entre os seres vivos Cadeias alimentares</p>	<p>Identificar e refletir a partir das concepções de meio ambiente trazidas pelos alunos.</p> <p>Reconhecer a importância das interações entre os diversos seres vivos e destes com os diferentes ambientes como fatores fundamentais na manutenção da biodiversidade terrestre.</p> <p>Identificar nos ambientes próximos aos alunos e as relações estabelecidas nestes ambientes.</p> <p>Identificar métodos para obtenção de nutrientes/energia que variam entre os organismos.</p>	<p>Refletir sobre as influências dos diferentes meios de comunicação na percepção atual do meio ambiente, a mundialização dos problemas ambientais e sobre a possibilidade de conhecimento de ambientes “distantes” a partir do uso das mídias. (5A, 5B)</p> <p>Perceber que cada grupo social possui uma concepção de meio ambiente. (1A, 1B, 3A, 5C)</p> <p>Reconhecer e analisar criticamente como se dá a utilização social e econômica dos diferentes componentes do ambiente visando formas mais justas e harmônicas com a natureza em prol da própria vida local, nacional e planetária (2C, 4B, 4C, 5A).</p> <p>Reconhecer que a biodiversidade é consequência da grande variedade de ambientes, e as diferentes relações que os seres vivos mantêm entre si e com o meio (4A, 4C).</p> <p>Reconhecer a pluralidade cultural e os modos com que diferentes povos e grupos se relacionam com o meio ambiente, valorizando formas pelas quais indígenas, quilombolas e outros grupos desenvolvem essas relações e desafiando preconceitos e estereótipos. (1A e B, 3A e B)</p>

139

Referências Bibliográficas

_____. Lei nº 908, de 29 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Mesquita*, Mesquita: RJ, 29 jun. 2015.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília: DF, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm – Acesso: mar/2016.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília: DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723> – Acesso: mar/2016.

Abairramento definido pela Câmara Municipal, instituído pela lei Complementar 009 de 25/08/2009 – DOE, Mesquita-RJ.

ALARCÃO, Isabel (Org.). Escola Reflexiva e Nova Racionalidade. Porto Alegre, Artmed, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Perspectiva. vol.16 n. 1, São Paulo Jan./Mar. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100002 Acesso em: 03/11/15.

BARÃO, Gilcilene Oliveira, ALCÂNTARA, Alzira Batalha, LAGES, Iclea Melo. Plano de Desenvolvimento da Educação e alguns dos seus desdobramentos nos municípios da baixada Fluminense. Revista Educação e Cultura Contemporânea. 2012, Vol 10, nº 21. Pesquisa realizada nos municípios da Baixada Fluminense.

BATISTA, Aline Cleide; SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço & CANEN, Ana. Em Busca de um Diálogo entre Plano Nacional de Educação (PNE), Formação de Professores e Multi/Interculturalismo. Ensaio, vol. 21, n. 79, abr/jun 2013, p. 253 – 268.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituaocompilado.htm – Acesso: out/2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. In: *Biblioteca digital da Câmara dos Deputados*. Brasília. 35ª edição, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/> - Acesso: mar/2016

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares nacionais gerais da educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa & CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: 2007.

BRITTO, Ana Lucia Nogueira de Paiva; BARBOSA, Paula Sousa de Oliveira; MELLO Yasmim Ribeiro; MENDONÇA, Marina de Oliveira; CRHRISTOVÃO, Ana Carolina. PAP008343 -

DESAFIOS À GESTÃO INTEGRADA DAS ÁGUAS URBANAS: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA/RJ. Associação Brasileira de Recursos Hídricos. XIX Simpósio Brasileiro, 27 de novembro a 1 de dezembro de 2011, Maceió-AL. P. 36

CANEN, Ana & XAVIER, G., Formação Continuada de Professores para a Diversidade Cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, vol. 16, n. 48, set-dez 2011, p. 641 – 662.

CANEN, Ana e SANTOS, A. R. Educação multicultural: teoria e prática para professores e gestores em educação. Rio de Janeiro, Moderna, 2009.

CANEN, Ana. Currículo e Multiculturalismo: reflexões a partir de pesquisas realizadas. In: Santos, L.L. de C. P & Favacho, A. M. P. Políticas e Práticas Curriculares: desafios contemporâneos. Curitiba: Editora CRV, 2012, p. 237- 250.

CANEN, Ana & GRANT, Nigel. Conecimento e multiculturalismo em políticas educacionais no MERCOSUL: limites e possibilidades. In: CANEN, Ana; MOREIRA, Flávio (Org.). *Ênfases e Omissões no Currículo*. 2^a ed. São Paulo: Papirus, 2005.

CANEN, Ana; MOREIRA, Flávio (Org.). *Ênfases e Omissões no Currículo*. 2^a ed. São Paulo: Papirus, 2005.

CARBONEL, Sônia. Educação Estética na Eja: A Beleza de ensinar e aprender com jovens e adultos. Cortez, 2012.

CHARLOT, Bernard. Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. Revista de Ciências da Educação, Lisboa, n. 4, p. 129-136, out/dez 20007.

CHAUÍ, Marilena & SANTOS, Boaventura de Souza. Direitos Humanos, democacia e desenvolvimento. Cortez editora, 2013.

CONSTANT, Elaine; SANTOS, Gabriela; ALMEIDA, Maria Elisa. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no estado do Rio de Janeiro: desafios com uma política pública de formação continuada. In: IV Seminário Estadual da ANPAE-RJ. 2014, Niterói. *Anais...* Niterói: RJ

CORAZZA, Sandra. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, Antonio F. (Org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas: Papirus, 2003.

COTRIM, G & FERNANDES, Mirna. Fundamentos de Filosofia. São Paulo. Saraiva, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: Desafio para uma educação igualitária e federativa. *Educação & Sociedade*. Campinas, v.29, n°.105, set/dez, 2008. p.1187-1209.

DIAS, K.S. Formação Estética: Em Busca do Olhar Sensível. In KRAMER, Sonia, LEITE. M.I, NUNES, F.M e GUIMARÃES.D. (Org.). Infância e Educação Infantil. Campinas, SP: Papirus, 2009.

DIAS, Ondemar e NETO, Jandira. O castelo (que nunca foi) da Marquesa de Santos, ou crônica de uma Olaria que deu certo. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

DUBET, François. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

DUBET, François. “A formação dos indivíduos: a Desinstitucionalização”. Revista Contemporaneidade e Educação, ano 3, v.3, pp. 27-33, 1998.

DUBET, François. O que é uma escola justa? A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

EAGLETON, Terry. A Ideologia da Estética. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Estudo de Caso do Município de Mesquita realizado pelo grupo de pesquisadores universitários com apresentação no XIX Simpósio de Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.abrh.org.br/sgcv3/UserFiles/Sumarios/10629d1e32441593f396785d78b9e6b4_94d5f20436aa3a342a7b22bd860c8c4.pdf Acesso em: 16/03/2015.

FREIRE, José Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*. v.13, n.37. jan./abr. 2008

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais transformadores*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

GIROUX. H.A e MCLAREN. P. Formação do professor como uma contraesfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In MOREIRA, A.F e TADEU, Tomaz (Org). Cultura, Currículo e Sociedade. São Paulo, Cortez, 2011.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, Ed. 24, Edições Loyola, 2013.

HERMANN, Nadjan. A questão do outro e o diálogo. *Revista Brasileira de Educação*. V. 19, n. 57, p. 477-493, abr.-jun., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n57/v19n57a11.pdf> Acesso em: 14/09/2015.

HORA, Dinair Leal da. Gestão dos sistemas educacionais: modelos e práticas exercidas na Baixada Fluminense. RBPAE – v.26, n.3, p. 565-581, set./dez. 2010.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional*: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2002.

IVENICK, Ana & CANEN, Alberto. Metodologia da pesquisa: rompendo fronteiras curriculares, Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2016.

LELEUX, Claudine. Educar para a cidadania através da filosofia para crianças. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, J. F., TOSCHI, M. S. (Orgs.). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo, Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo, Edições Loyola, 1998.

LIMA, S.F; CANDAU, M.V. Currículo, Conhecimento e Cultura: Indagações sobre Currículo. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LOPES, A.C. e MACEDO Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, Stephen J. e MANARDES, Jefferson. (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. p. 275, São Paulo, Cortez, 2011.

LOPES, A.C; MACEDO, E. Teorias de Currículo. São Paulo, Cortez, 2011.

LOPES, A.C; MACEDO, E. Teorias de Currículo. São Paulo, Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. O Pensamento Curricular no Brasil. In: _____ (org.). *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002. 237 p.

MARCONDES, Hilton Japiassú Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. Jorge Zahar Editor, 2001.

MARTINS, Angela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvia Simões (Orgs.). Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MARTINZZO, Celso José. A Utopia de Edgar Morin: da complexidade à concidadania planetária. 2^a ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

MESQUITA. Lei n° 355, de 25 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo no âmbito do Município de Mesquita, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Mesquita*, Mesquita: RJ, 25 out. 2006.

MCLAREN, P. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997.

MONTEIRO, Filomena Arruda; FONTOURA, Helena & CANEN, Ana. Ressignificando Práticas de Ensino e de Formação Docente: contribuições de narrativas, diálogos e conferências, Revista de Educação Pública, vol. 23, n. 53/2, p. 637 – 654, maio/agosto de 2014.

MOREIRA, A.F. Multiculturalismo, Currículo e Formação de Professores. In: MOREIRA, A.F. (Org.). *Currículo: Políticas e Práticas*. São Paulo: Papirus, 2003.

MOREIRA, A.F.B e CANEN.A. (Org.). Reflexões sobre o Multiculturalismo na Escola e na Formação Docente. Campinas, SP: Papirus, 2005.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Conhecimento escolar. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; PORTO, Rita de Cassia Cavalcante (Org.). Globalização, currículo e interculturalidade na cena escolar. Campinas - SP: Alínea Editora, 2009. Pgs (55-70).

MOREIRA, Antonio Flávio e CANEN, Ana (Orgs.). Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. Campinas, SP: Papirus, 2005.

MOREIRA, Antonio Flávio B.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Antonio Flávio Barbosa Moreira, pesquisador em currículo/Organização e introdução*. Marlucy Alves Paraíso. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MORETTO, Vasco Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudos, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NASCIMENTO, Tania Bittencourt do. Regime de colaboração: formas de sua efetivação e a

apropriação pelo município de Mesquita. In: SARMENTO, Diva Chaves (Org.). Educação e Qualidade: sistemas educacionais em construção. Juiz de Fora; Editora UFJF, p. 193, 2012.

NETO, Veiga Alfredo. Currículo e exclusão social. In: MOREIRA, Antonio Flavio B. (Org.). *Ênfases e omissões no currículo*. Campinas, Papirus, 2005.

OLIVEIRA, J.F., LIBÂNEO, J.C. A Educação Escolar: sociedade contemporânea. In: Revista Fragmentos de Cultura, v. 8, n.3, p.597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes & BARROS, Jose Flávio de. (Org.). Todas as Cores na Educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

PACHECO. J.A. Currículo: Entre Teorias e Métodos. In: Cadernos de Pesquisa, maio/agosto. Fundação Carlos Chagas. Autores Associados, 2009.

PADILHA, P.R. Educação Integral e currículo intertranscultural. In MOLL, J. (Org.). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

PIZARRO, Monsenhor José de Souza Azevedo. Visitas pastorais na Baixada Fluminense, 1794.

PRADO, Cruz & GUTIÈRREZ, Francisco. Ecopedagogia e Cidadania Planetária. São Paulo. Cortez, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA. Plano Diretor do Município de Mesquita. Lei Nº 355 de 25 de outubro de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA. Plano Diretor do Município de Mesquita. Lei Nº 908 de 29 de junho de 2006. Sábado, 25/07/2015 Atos Oficiais Jornal de Hoje - 2667-1100

RAMOS, Maria de Lourdes Lôpo. Educação e Currículo: as políticas públicas educacionais nos anos 90, Alpharrabios - Revista do Curso de História. V. 2, nº1, 2008. Revista eletrônica publicada pela EDUEP-UEPB. Disponível: Link <http://eduep.edu.br/alpharrabios> - UEPB - EDUEP – Acesso em 05/06/2015

RIO DE JANEIRO (Estado). Diário Oficial do Estado, Ano XXXV - No - 232 - Parte I Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2009.

RIO DE JANEIRO, Assembleia Legislativa do Estado. Lei nº 3.253, de 25 de setembro de 1999. Cria o município de Mesquita a ser desmembrado do município de Nova Iguaçu. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 25 set. 1999.

SACRISTAN, G. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza e CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo, Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. Tempo social; Ver. Sociol., USP, São Paulo, 5 (1-2); 31-52, 193 (editado em Nov. 1994).

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade, São Paulo, Cortez, 4. ed, 1997.

SANTOS, L.L.C.P. Dilemas e controvérsias no campo do currículo. [S.L]: FAE/UFMG, 2001.

SANTOS, Lucíola L. C. P. Globalização, multiculturalismo e currículo. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.). *Curriculum: questões atuais*. São Paulo, Papirus, 2005.

SARMENTO, Diva Chaves (Org.). *Educação e Qualidade: sistemas educacionais em construção*. Juiz de Fora; Editora UFJF, 2012.

SARMENTO, Diva Chaves (Org.). *Sistemas de Educação no Brasil: políticas, autonomia e cooperação*. Juiz de Fora; Editora UFJF, 2010.

SILVA, T.T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

SILVA, T.T., *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 154p.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense*. Mesquita, Ed. Entorno, 2011.

SOBRINHO, José Dias; BALZAN, Newton César. *Avaliação institucional: teoria e experiências*. São Paulo: Cortez, 2011. 5. ed.

SOUZA, Ana Lucia Gomes de. *Formação continuada de alfabetizadores: uma experiência formativa de professores em Mesquita/RJ*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, Donaldo Bello de, Maria Celi Chaves, ALCÂNTARA e VASCONCELOS, Alzira Batalha. Diagnósticos locais do Plano de Ações Articuladas: uma análise de sua confiabilidade. *Educação*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 218-231, maio/ago. 2014. Link <file:///C:/Users/leda%20pon/Downloads/16432-72233-1-PB.pdf> - Acesso 08/07/2015

SOUZA, Elaine. C. P. Mercadores de ilusões: a autoajuda e o empreendedorismo no cotidiano dos professores da rede pública do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Quartet, 2011.

SUCUPIRA, Lins. Temas transversais e aprendizagem de ética in Revista. Arte e Educação UNIVILLE- 16-25- v.9 n. 2 Dez/2004-Universidade. Joinville/ Santa Catarina - Brasil - ISSN 1415 (2789) Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplcinefe/eventos/cinefe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico5/Etica%20e%20formacao%20de%20professores.pdf Acesso em: 04/05/15

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TORO, J. B. A construção do público: cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro, SENAC Rio, 2005.

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 14ª Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 14ª Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2002.

XI Congresso Luso Afro brasileiro de Ciências Sociais (CONLAB). 2011, Salvador. Diversidades e (Des)igualdades. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina: Migração? Para a favela Não!, COSTA, Carlos Eduardo C. da., 2011, 22 p.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA SEMED Nº 46/2016**
Dispõe sobre alteração do Calendário Escolar.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e considerando as diretrizes emanadas pela Lei 9394/96

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida alteração do calendário escolar.
Art.2º - O encerramento passa de 23 de dezembro para 26 de dezembro de 2016.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Mesquita, 12 de dezembro de 2016.

ALESSANDRA CRISTINE FERNANDES
Secretária Municipal de Educação
Matrícula 11/004.889-5

○ Planeta
AGRADECE
Ao publicar no
Diário Oficial Online
o Governo poupa o
DESMATAMENTO e
DIMINUI o CONSUMO
de PAPEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MESQUITA